

Relatório de Desempenho 2021

BANESE.COM.BR



Banco do Estado de Sergipe S/A | Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, 31 - Bairro Inácio Barbosa CEP 49040-840 - Aracaju - Sergipe

BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A. – BANESE RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 4T2021 E DE 2021

Para Divulgação Imediata: Aracaju, 25 de fevereiro de 2022. O Banco do Estado de Sergipe S.A. – **BANESE** (“Banese” ou “Banco”), Sociedade Anônima de capital misto, com ações transacionadas na B3 sob os códigos BGIP3 (Ações Ordinárias Nominativas) e BGIP4 (Ações Preferenciais Nominativas) e listadas no índice ITAG (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado), anuncia seus resultados para o 4T2021 e o ano de 2021. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banese, no endereço <https://ri.banese.com.br/>.

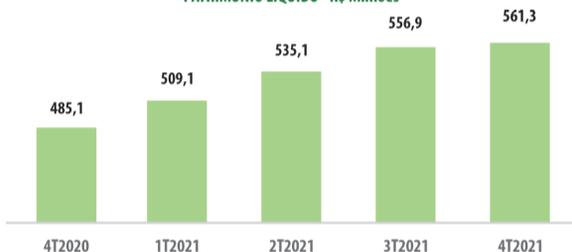
BANESE REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 83,7 MI ATIVOS DE CRÉDITO E VOLUME CAPTADO SEGUEM CRESCENTES

Destaques do 4T2021

Todas as comparações nessa seção referem-se ao 4T2020 (12M)

- Patrimônio Líquido de R\$ 561,3 milhões (+15,7%);
- Ativos totais totalizaram R\$ 7,3 bilhões (+7,2%);
- Operações de Crédito cresceram R\$ 537,5 milhões (+19,2%);
- Captações Totais atingiram R\$ 6,4 bilhões (+8,4%);
- Índice de cobertura de despesa administrativa 31,8% (+7,8 pp.).

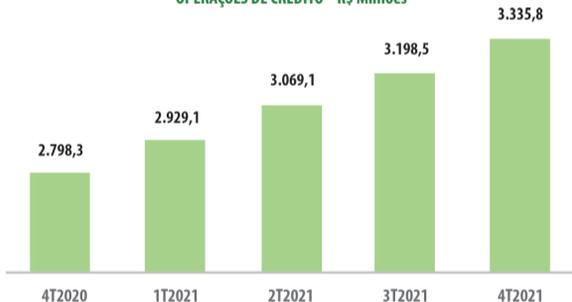
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ Milhões



Todas as comparações nessa seção referem-se ao 3T2021 (3M)

- Operações de Crédito totalizaram R\$ 3,3 bilhões (+4,3%);
- Receitas Totais com incremento de R\$ 22,6 milhões (+8,7%);
- Ativos líquidos de crédito registraram R\$ 3,2 bilhões (+3,9%);
- Despesa de Provisão (PCLD) apresentou redução de 7,5%.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - R\$ Milhões



Contato de Relações com Investidores
Aléssio de Oliveira Rezende
Diretor Executivo
+55 (79) 3218-1201
ri@banese.com.br

| Ítems Patrimoniais - R\$ milhões | 4T2021 | 4T2020 | V12M | 4T2021 | 3T2021 | V3M |
|----------------------------------|---------|---------|----------|---------|---------|---------|
| Ativos Totais | 7.319,5 | 6.825,2 | ▲ +7,2% | 7.319,5 | 7.364,9 | ▼ -0,6% |
| Operações de Crédito | 3.335,8 | 2.798,3 | ▲ +19,2% | 3.335,8 | 3.198,5 | ▲ +4,3% |
| Aplicações Financeiras (1) | 3.328,7 | 3.342,3 | ▼ -0,4% | 3.328,7 | 3.439,5 | ▼ -3,2% |
| Captações Totais | 6.448,7 | 5.948,0 | ▲ +8,4% | 6.448,7 | 6.422,9 | ▲ +0,4% |
| Patrimônio Líquido | 561,3 | 485,1 | ▲ +15,7% | 561,3 | 556,9 | ▲ +0,8% |

| Ítems de Resultado - R\$ milhões | 2021 | 2020 | V12M | 4T2021 | 3T2021 | V3M |
|------------------------------------|---------|-------|------------|--------|--------|------------|
| Receitas Totais | 1.000,0 | 940,9 | ▲ +6,3% | 284,7 | 261,1 | ▲ +9,0% |
| Resultado Bruto Interm. Financeira | 427,1 | 454,4 | ▼ -6,0% | 96,9 | 106,7 | ▼ -9,2% |
| Resultado Operacional (2) | 150,2 | 73,3 | ▲ +104,9% | 28,2 | 35,9 | ▼ -21,4% |
| Margem Financeira (3) | 499,0 | 504,9 | ▼ -1,2% | 125,3 | 129,2 | ▼ -3,0% |
| EBITDA (4) | 152,4 | 77,6 | ▲ +96,4% | 31,3 | 36,3 | ▼ -13,8% |
| Lucro Líquido | 83,7 | 48,9 | ▲ +71,2% | 11,1 | 21,8 | ▼ -49,1% |
| Receita Líquida de Juros (NII) (5) | 468,8 | 448,6 | ▲ +4,5% | 121,4 | 120,9 | ▲ +0,4% |
| Receita de Serviços | 129,1 | 132,7 | ▼ -2,7% | 32,5 | 34,6 | ▼ -6,1% |
| Despesas com Provisões (PCLD) | 147,5 | 140,8 | ▲ +4,8% | 41,9 | 45,3 | ▼ -7,5% |
| Despesas Administrativas | 368,3 | 394,5 | ▼ -6,6% | 102,1 | 92,6 | ▲ +10,3% |
| Margem Líquida (6) | 8,3% | 5,2% | ▲ +3,1 pp. | 3,9% | 8,3% | ▼ -4,5 pp. |
| Margem EBITDA (7) | 15,2% | 8,2% | ▲ +7,0 pp. | 11,0% | 13,9% | ▼ -2,9 pp. |

| Índices e Medidas de Eficiência (%) | 2021 | 2020 | V12M | 4T2021 | 3T2021 | V3M |
|--|--------|--------|-------------|--------|--------|-------------|
| Inadimplência (% da carteira) | 1,21% | 1,44% | ▼ -0,23 pp. | 1,21% | 1,07% | ▲ +0,14 pp. |
| Índice de Basileia | 13,15% | 11,18% | ▲ +1,97 pp. | 13,15% | 13,35% | ▼ -0,20 pp. |
| Margem Líquida de Juros (NIM) (8) | 6,9% | 7,2% | ▼ -0,3 pp. | 1,8% | 1,8% | ND |
| Rentabilidade s/ Ativos (ROAA) (9) | 1,2% | 0,8% | ▲ +0,4 pp. | 1,2% | 1,3% | ▼ -0,1 pp. |
| Rentabilidade s/ Patrim. Líq. (ROE) (10) | 15,7% | 10,3% | ▲ +5,4 pp. | 15,7% | 18,4% | ▼ -2,7 pp. |
| Índice de Eficiência (11) | 66,2% | 67,2% | ▼ -1,0 pp. | 78,9% | 65,5% | ▲ +13,4 pp. |
| Índice de Provisãoamento | 4,1% | 3,9% | ▲ +0,2 pp. | 4,1% | 3,7% | ▲ +0,4 pp. |
| Índice de Cobertura Adm. (12) | 35,0% | 33,6% | ▲ +1,4 pp. | 31,8% | 37,3% | ▼ -5,5 pp. |
| Índice de Cobertura Folha (13) | 74,0% | 57,7% | ▲ +16,3 pp. | 70,3% | 75,8% | ▼ -5,5 pp. |

- (1) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários + Créditos Vinculados Remunerados
- (2) Receita Operacional - Despesa Operacional (não considera receitas e despesas não operacionais).
- (3) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
- (4) Resultado Operacional - Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.
- (5) Receita de juros (operações de crédito + aplicações financeiras) - Despesa de juros (captação, TVM, empréstimos e participações).
- (6) Lucro Líquido / Receita Total.
- (7) EBITDA / Receita Total.
- (8) Receita de juros líquida / Saldo médio dos ativos geradores de receitas (op. crédito + aplicações interfinanceiras + TVM + relações interfinanceiras).
- (9) Lucro Líquido sobre Ativo Total Médio (taxa anualizada).
- (10) Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido Médio (taxa anualizada).
- (11) Despesas Administrativas / (Resultado Bruto de Intermediação Financeira + Receita de Serviços) *.
- (12) Receita de Serviços / Despesas Administrativas.
- (13) Receita de Serviços / Custos diretos e indiretos de Folha.

Este relatório pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações refletem expectativas da administração que podem não se tornar reais por motivos intrínsecos ou extrínsecos à Companhia. Palavras como “acredita”, “antecipa”, “deseja”, “prevê”, “espera” e similares, pretendem identificar informações que necessariamente envolvem riscos futuros, conhecidos ou não.

Riscos conhecidos incluem incertezas e não são limitados ao impacto da competitividade de preços e serviços, aceitação de serviços no mercado, mercado competitivo, aspectos macroeconômicos internos ou sistêmicos, ambiente regulatório e legal, flutuações de moedas, inflação e taxas de juros, riscos políticos e outros riscos, descritos em materiais publicados anteriormente pelo Banese.

Este relatório está atualizado até a data de sua publicação e o Banese não pode ser responsabilizado por eventos posteriores, não previstos ou mencionados neste relatório.

*Alteração de metodologia no 2T2021.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O crescimento da economia global desacelerou consideravelmente no final do ano de 2021, principalmente na China, Estados Unidos e União Europeia, reduzindo os efeitos dos estímulos monetários e fiscais para o aumento dos gastos do consumidor e atração de investimento. A previsão do crescimento econômico mundial para 2021 reduziu para 5,9%, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), e a recuperação em 2022 corre risco diante das sucessivas pressões inflacionárias em muitos países.

Já no Brasil, o ano de 2021 foi marcado por uma forte recuperação da atividade econômica no primeiro trimestre, porém prosseguiu de forma heterogênea e lenta no decorrer do ano, devido à parcial melhora das condições sanitárias e à aceleração da trajetória crescente da inflação, o que reduziu as perspectivas de crescimento. A indústria ainda sofre com a escassez de matéria-prima, com gradativa normalização dos estoques. O setor de serviços apresentou desaceleração, principalmente nos serviços prestados às famílias, causado pelo alto nível de desemprego e inflação. A projeção do Produto Interno Bruto (PIB) Brasil para 2021 reduziu ao patamar de 4,5% e a inflação acumulada no ano foi de 10,06%. E com o objetivo de controlar a inflação, a taxa básica de juros – SELIC alcançou o percentual de 9,25% em dezembro de 2021. É certo que o ano de 2022 ainda será desafiador, tanto do ponto de vista econômico, como também social e político.

O Banese obteve um Lucro Líquido de R\$ 83,7 milhões no acumulado deste ano, o que corresponde a um crescimento de 71,2% quando comparado ao mesmo período de 2020, resultado que é reflexo do comportamento dos negócios, com expansão da carteira de crédito, captações mantendo ritmo de crescimento, e da recuperação de créditos baixados em prejuízo. Diante do cenário de lenta retomada da atividade econômica e do quadro inflacionário, os resultados obtidos pela Companhia são considerados positivos e acima das expectativas projetadas, a exemplo do Lucro Líquido, da Carteira de Crédito e do Patrimônio Líquido.

Em 2021 o Banco continuou reforçando o estímulo à utilização dos canais digitais e a obrigatoriedade de observação aos protocolos sanitários durante o atendimento em suas unidades de negócio, como forma de enfrentamento à Covid-19 e manutenção de cuidados com seus clientes e empregados.

Dirigimos um especial reconhecimento aos nossos colaboradores, comprometidos com a expansão dos nossos negócios, cuja dedicação e esforço resultaram no bom desempenho alcançado pelo Banco no ano 2021. Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pela confiança em nós depositada.

ANÁLISE DAS OPERAÇÕES

Ativos

Total de Ativos por Tipo – R\$ milhões

| | 4T2021 | 4T2020 | V12M | 3T2021 | V3M |
|----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Ativos de Crédito | 3.335,8 | 2.798,3 | ▲ +19,2% | 3.198,5 | ▲ +4,3% |
| (-) Provisões | -135,7 | -109,7 | ▲ +23,7% | -119,5 | ▲ +13,6% |
| Ativos Líquidos de Crédito | 3.200,1 | 2.688,6 | ▲ +19,0% | 3.079,0 | ▲ +3,9% |
| Aplicações Financeiras | 2.959,7 | 2.990,3 | ▼ -1,0% | 3.072,1 | ▼ -3,7% |
| Créditos Vinculados | 471,6 | 425,1 | ▲ +10,9% | 453,8 | ▲ +3,9% |
| Permanente | 177,6 | 177,2 | ▲ +0,2% | 182,4 | ▼ -2,6% |
| Outros | 510,5 | 544,0 | ▼ -6,2% | 577,6 | ▼ -11,6% |
| Total | 7.319,5 | 6.825,2 | ▲ +7,2% | 7.364,9 | ▼ -0,6% |

Os ativos totais do Banese ultrapassaram a marca dos R\$ 7,3 bilhões ao final do 4T2021, com crescimento de 7,2% em 12 meses, onde destaca-se o crescimento no saldo dos ativos líquidos investidos em crédito, com variação positiva de 19,0% em 12M (R\$ +511,5 milhões) e de 3,9% em 3M (R\$ +121,1 milhões) e registrando uma carteira de R\$ 3,2 bilhões ao final do exercício.

O volume de provisionamento apresentou expansão em 12 meses em decorrência do crescimento da carteira e da piora de *ratings* de operações de crédito. No trimestre o incremento das provisões foi ocasionado basicamente pelo crescimento das carteiras Comercial, Financiamentos e Títulos e Créditos a Receber (relacionados a cartões de crédito), além da migração de níveis de risco de operações vinculadas à carteira comercial.

No encerramento do 4T2021, os ativos líquidos de crédito representaram 43,7% do ativo total e as aplicações financeiras participaram com 40,4%. Comparado ao trimestre anterior, os ativos líquidos de crédito cresceram sua participação relativa em 1,9 pp. e as aplicações financeiras reduziram em 1,3 pp.. Em 12 meses cresceram sua participação em 4,3 pp., enquanto as aplicações financeiras reduziram em 3,4 pp.

Em relação aos créditos vinculados, a variação observada em 12 meses (R\$ +46,5 milhões) é decorrente do aumento do saldo do exigível sobre depósitos a vista no período; no trimestre (R\$ +17,8 milhões), a variação observada está relacionada ao crescimento dos créditos vinculados ao Pix – Pagamentos Instantâneos, onde no período houve uma maior demanda e necessidade de recursos.

O Ativo Permanente apresentou leve variação positiva em 12 meses (R\$ +0,4 milhão) e registrou uma redução de R\$ -4,8 milhões no trimestre, atribuídas, principalmente, à incorporação de resultados da SEAC – Sergipe Administradora de Cartões S.A., empresa pertencente ao conglomerado Banese.

Captações

CAPTAÇÃO POR LINHA DE PRODUTOS - R\$ MILHÕES

| | 4T2021 | 4T2020 | V12M | 3T2021 | V3M |
|------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Depósitos à Vista | 1.158,4 | 1.047,0 | ▲ +10,6% | 1.117,7 | ▲ +3,6% |
| Poupança | 1.937,9 | 1.879,4 | ▲ +3,1% | 1.915,9 | ▲ +1,1% |
| Depósitos Judiciais | 1.287,3 | 1.088,5 | ▲ +18,3% | 1.241,4 | ▲ +3,7% |
| CDB/RDB | 1.568,3 | 1.463,8 | ▲ +7,1% | 1.659,8 | ▼ -5,5% |
| CDI/DPGE | 152,0 | 139,9 | ▲ +8,6% | 150,1 | ▲ +1,3% |
| LF/LFS/LCI | 186,8 | 191,0 | ▼ -2,2% | 180,3 | ▲ +3,6% |
| Compromissadas | 13,0 | 7,8 | ▲ +66,7% | 8,6 | ▲ +51,2% |
| Obrigações de Repasses | 145,0 | 130,3 | ▲ +11,3% | 149,1 | ▼ -2,7% |
| Total | 6.448,7 | 5.947,7 | ▲ +8,4% | 6.422,9 | ▲ +0,4% |

Ao final do 4T2021 o total de recursos captados alcançou R\$ 6,4 bilhões, um acréscimo de 8,4% em 12M, reflexo, principalmente, do crescimento dos depósitos judiciais com remuneração (R\$ +198,8 milhões), depósitos à vista (R\$ +111,4 milhões) e a prazo (R\$ +104,5 milhões). Em 3M o total de recursos captados apresentou elevação de 0,4% (R\$ +25,8 milhões), também resultante do crescimento dos depósitos judiciais com remuneração (R\$ +45,9 milhões), depósitos à vista (R\$ +40,7 milhões) e poupança (R\$ +22,0 milhões), porém com retração nos depósitos a prazo (R\$ -91,5 milhões) e em Operações por Repasses (R\$ -4,1 milhões).

O volume das captações em depósitos interfinanceiros (CDI) apresentou crescimento de 8,6% nos últimos 12 meses (R\$ +12,1 milhões), em decorrência das captações que são reciprocidade das aplicações em depósitos interfinanceiros vinculados ao crédito imobiliário; e de 1,3% quando comparado ao último trimestre, em decorrência da rentabilização da carteira.

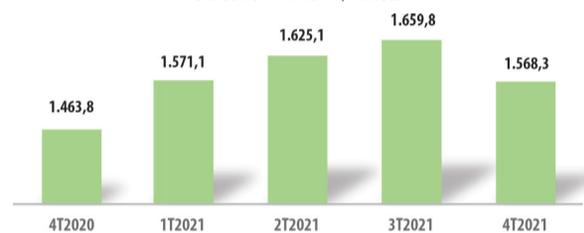
O saldo das captações em Letras Financeiras Subordinadas apresentou crescimento de 16,3% em 12M (R\$ +17,7 milhões) e de 4,5% no último trimestre (R\$ +5,4 milhões), ambos resultantes da remuneração do estoque. As Letras Financeiras apresentaram redução de 36,5% em 12M, decorrente de vencimentos não renovados, e elevação de 1,9% em 3M, resultante da remuneração do estoque. As captações em Letras de Crédito Imobiliário apresentaram decréscimo de 11,6% em 12M, reflexo de vencimentos não renovados, e crescimento de 1,8% no trimestre, resultado da rentabilização da carteira.

Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB)

Os depósitos a prazo atingiram R\$ 1,6 bilhão em dezembro de 2021, apresentando crescimento de 7,1% (R\$ +104,5 milhões) em 12 meses e um recuo de -5,5% (R\$ -91,5 milhões) no trimestre, ambos períodos foram impactados, principalmente, pelas captações de governo.

A estrutura das captações é diversificada, o que contribui para manter níveis confortáveis de liquidez, bem como para dar suporte à retomada das concessões de crédito num cenário de recuperação da economia.

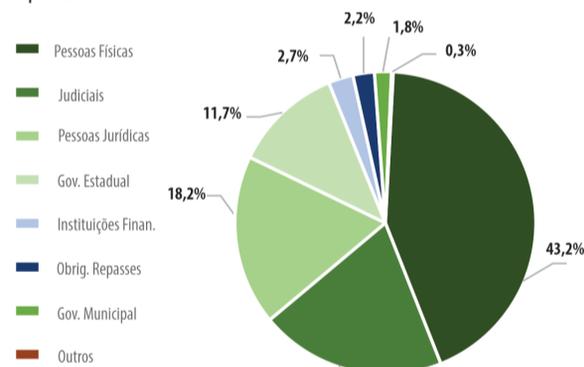
DEPÓSITO A PRAZO - R\$ milhões



Maiores Fontes de Captação (% do total)

A maior fonte de captação de recursos do Banese é de pessoas físicas, representando 43,2% do volume captado. Os depósitos judiciais representam 20,0% do total do volume captado pelo Banese. As pessoas jurídicas respondem por 18,2% das captações.

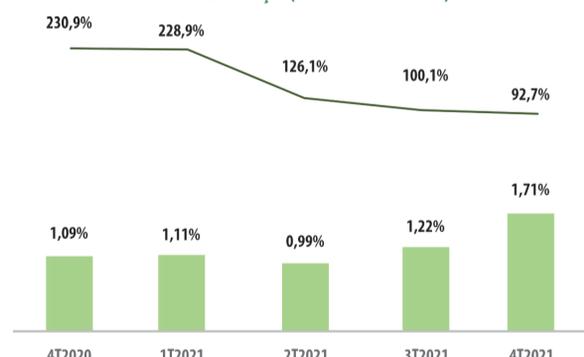
A dispersão da captação entre pessoas físicas e jurídicas mitiga riscos de liquidez.



Custos de Captação (Absoluto e em % do CDI)

O custo da captação remunerada apresentou crescimento absoluto de 0,49 pp. e 0,62 pp. em 3M e 12M, respectivamente, em decorrência do aumento da taxa SELIC, que remunera a maior parte da captação pós-fixada, e do aumento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, que remunera o maior volume captado em Letra Financeira Subordinada – LFS. Em termos de CDI, a redução observada no trimestre e em 12 meses decorre do aumento da taxa SELIC, mesmo com o aumento do custo absoluto das captações que possuem indexação prefixada e inflação, como as dívidas subordinadas.

CUSTOS DE CAPTAÇÃO (Absoluto e em % do CDI)



Crédito

CARTEIRA DE CRÉDITO POR TIPO – R\$ MILHÕES

| | 4T2021 | 4T2020 | V12M | 3T2021 | V3M |
|------------------------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|
| Carteira Comercial | 2.359,3 | 1.914,3 | ▲ +23,2% | 2.259,7 | ▲ +4,4% |
| Para Pessoas Físicas | 1.805,3 | 1.476,8 | ▲ +22,2% | 1.718,3 | ▲ +5,1% |
| Para Pessoas Jurídicas | 554,0 | 437,5 | ▲ +26,6% | 541,4 | ▲ +2,3% |
| Carteira de Desenvolvimento | 707,1 | 628,8 | ▲ +12,5% | 690,0 | ▲ +2,5% |
| Para Pessoas Físicas | 570,6 | 490,3 | ▲ +16,4% | 554,8 | ▲ +2,8% |
| Para Pessoas Jurídicas | 136,5 | 138,5 | ▼ -1,4% | 135,2 | ▲ +1,0% |
| Títulos e Créditos a Receber | 269,4 | 255,2 | ▲ +5,6% | 248,8 | ▲ +8,3% |
| Total | 3.335,8 | 2.798,3 | ▲ +19,2% | 3.198,5 | ▲ +4,3% |

(*) modalidade de crédito de livre destinação



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>

Relatório de Desempenho 2021

Pode Contar **Banese**

BANESSE.COM.BR

A carteira de crédito do Banese alcançou R\$ 3,3 bilhões de ativos, registrando um crescimento de 4,3% comparado ao último trimestre e de 19,2% na comparação anual. Na sua composição, R\$ 2,4 bilhões correspondem à carteira de crédito comercial, a qual cresceu 4,4% no último trimestre e 23,2% em 12 meses. O incremento no saldo aplicado da carteira de crédito comercial do Banese deve-se, sobretudo, à estratégia organizacional de vendas, com ações direcionadas para o crédito nos canais digitais, criação de linhas de crédito lastreadas no faturamento de vendas com cartão de crédito, realização de convênios com novas empresas e órgãos públicos, ações junto aos correspondentes bancários para impulsionar a concessão de crédito, além da retenção e compra de dívida para servidores ativos e inativos do Estado de Sergipe e Prefeituras.

A carteira de crédito comercial voltada ao segmento Pessoa Física alcançou o saldo de R\$ 1,8 bilhão ao final do 4T2021, crescimento de 5,1% no trimestre e 22,2% em 12 meses. Destaque para as linhas de consignação, contribuindo com a elevação da carteira de menor risco, com incremento de 8,9% no trimestre (R\$ +99,2 milhões) e de 23,5% em 12 meses (R\$ +231,8 milhões).

A carteira de crédito comercial destinada a Pessoas Jurídicas registrou incremento de 2,3% em 3M e 26,6% em 12M. Destaque para as operações de financiamento a capital de giro com lastro no faturamento das vendas de cartão de crédito, estimulando a pulverização da carteira e mitigando o risco de concentração de crédito. No exercício de 2021 houve, ainda, aplicações em programas federais de crédito, voltadas ao desenvolvimento das microempresas, empresas de pequeno porte e pequenos empreendedores dos setores da economia que tiveram seus negócios afetados pela pandemia, registrando concessões totais na ordem de R\$ 14,7 milhões.

O Banese é detentor da maior fatia do mercado de crédito com recursos livres de Sergipe, 36,0% de participação, segundo dados do Banco Central do Brasil (novembro/2021). A exposição é focada em operações de varejo, com destaque para créditos consignados, vinculados a salários e créditos a pequenas e médias empresas.

A carteira de crédito de desenvolvimento, que engloba as carteiras imobiliária, financiamento e rural, representou 21,2% da carteira de crédito total do Banese, totalizando um saldo aplicado de R\$ 707,1 milhões ao final do 4T2021. No último trimestre, o saldo do crédito de desenvolvimento registrou incremento de 2,5%, influenciado por operações na carteira de crédito imobiliário (+4,5%), tanto para o público Pessoa Jurídica quanto para o Público Pessoa Física. Em 12 meses, o crescimento de 12,5% foi influenciado principalmente pelas operações concedidas nas carteiras rural (+36,3%) e imobiliária (+6,5%).

A carteira de Títulos e Créditos a Receber com Características de Concessão de Crédito apresentou crescimento na ordem de R\$ 20,6 milhões no último trimestre e de R\$ 14,2 milhões em 12 meses, motivado pela maior utilização do limite rotativo de cartão de crédito no período.

Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco

| | R\$ milhões | | Variação | % Carteira | | Variação |
|--------------|----------------|----------------|-----------------|---------------|---------------|-------------|
| | 4T2021 | 4T2020 | | 4T2021 | 4T2020 | |
| AA | 1.371,8 | 975,6 | ▲ +40,6% | 41,1% | 34,9% | ▲ +6,2 pp. |
| A | 1.098,9 | 1.026,8 | ▲ +7,0% | 32,9% | 36,7% | ▼ -3,8 pp. |
| B | 467,6 | 453,3 | ▲ +3,2% | 14,0% | 16,2% | ▼ -2,2 pp. |
| C | 192,0 | 201,7 | ▼ -4,8% | 5,8% | 7,2% | ▼ -1,4 pp. |
| D - H | 205,5 | 140,8 | ▲ +46,0% | 6,2% | 5,0% | ▲ +1,2 pp. |
| Total | 3.335,8 | 2.798,3 | ▲ +19,2% | 100,0% | 100,0% | ▶ ND |

Em termos relativos, as operações de crédito classificadas entre as faixas de risco "AA" a "C" representaram 93,8% do total da carteira do Banese (-1,2 pp. em comparação aos 95,0% do 4T2020). Os créditos classificados nas faixas de risco "D" a "H", que concentram as operações de maior risco de crédito, representaram 6,2% da carteira de crédito do Banese (+1,2 pp. em relação aos 5,0% verificados no 4T2020).

Qualidade do Crédito por Carteira 4T2021 - R\$ milhões

| | Total | Crédito Comercial | Industrial | Rural | Imobiliário | Outros |
|--------------|----------------|-------------------|-------------|--------------|--------------|--------------|
| AA | 1.371,8 | 1.371,8 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| A | 1.098,9 | 288,0 | 15,8 | 114,1 | 419,9 | 261,1 |
| B | 467,6 | 380,3 | 44,3 | 22,8 | 13,4 | 6,8 |
| C | 192,0 | 146,6 | 30,7 | 11,4 | 2,8 | 0,5 |
| D - H | 205,5 | 172,6 | 3,6 | 26,6 | 1,8 | 0,9 |
| Total | 3.335,8 | 2.359,3 | 94,4 | 174,9 | 437,9 | 269,3 |

Em relação à segmentação do crédito por níveis de risco, os produtos da carteira rural (onde os créditos classificados como "D - H" representam 15,2% da carteira) apresentam os créditos com qualidade inferior. A classificação refere-se às características dos produtos e ao volume relativamente alto de cada operação individual.

Aplicações Financeiras

Aplicações Financeiras - R\$ milhões

| | 4T2021 | 4T2020 | V12M | 4T2021 | 3T2021 | V3M |
|-------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----|
| Interfinanceiras de Liquidez | 1.514,7 | 1.744,0 | ▼ -13,1% | 1.654,5 | ▼ -8,4% | |
| Títulos e Valores Mobiliários (TVM) | 1.398,0 | 1.237,9 | ▲ +12,9% | 1.371,5 | ▲ +1,9% | |
| Cotas de Fundos | 3,4 | 4,0 | ▼ -15,0% | 2,5 | ▲ +36,0% | |
| Renda Fixa | 1.394,6 | 1.233,9 | ▲ +13,0% | 1.369,0 | ▲ +1,9% | |
| Compromissadas + Prest. Garantia | 13,6 | 8,4 | ▲ +61,9% | 46,1 | ▼ -70,5% | |
| Depósitos Compulsórios Remunerados | 402,4 | 352,0 | ▲ +14,3% | 367,1 | ▲ +9,6% | |
| Total | 3.328,7 | 3.342,3 | ▼ -0,4% | 3.439,2 | ▼ -3,2% | |

As aplicações interfinanceiras de liquidez registraram um decréscimo de 8,4% no 4T2021 (R\$ -139,8 milhões), decorrente da redução do volume em Operações Compromissadas. Em 12 meses foi registrado decréscimo de 13,1% (R\$ -229,3 milhões), consequente da redução das Operações Compromissadas, Depósitos Interfinanceiros (DI) e ativos de cumprimento de exigibilidade junto ao Banco Central (DI Rural).

Os Títulos e Valores Mobiliários apresentaram crescimento de 1,9% em relação ao 3T2021 (R\$ +26,5 milhões) e de 12,9% (R\$ +160,1 milhões) quando comparado ao 4T2021, decorrente da rentabilidade e aumento do volume de aplicações em Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

Nesse contexto, o total das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e dos Títulos e Valores Mobiliários registrou saldo de R\$ 2,9 bilhões ao final de dezembro de 2021, com decréscimos de 3,7% (R\$ -113,3 milhões) no trimestre e 2,3% (R\$ -69,2 milhões) em 12 meses, provenientes da expansão das operações de crédito. O Banese encontra-se enquadrado às regras da Circular Bacen nº 3.068/2001, que estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. As aplicações feitas em instrumentos de liquidez, denominadas em moeda nacional, são marcadas a mercado para mitigação de riscos relacionados à variação de valor e volatilidade de instrumentos financeiros.

Rentabilidade da Carteira

A estratégia da carteira de ativos da tesouraria é manter a alocação em ativos de baixo risco, com o intuito de conservar níveis confortáveis de liquidez e capital, tendo como meta de rentabilidade superar a taxa básica de juros do país.

A rentabilidade acumulada da carteira no 4T2021 foi de 109,3% do CDI, inferior à de 109,5% do CDI no 3T2021, decorrente da marcação a mercado (MtM) da carteira própria de Letras Financeiras do Tesouro (LFT), e superior à rentabilidade de 97,7% do CDI registrada no 4T2020, decorrente das aplicações em crédito privado com melhor remuneração, além do motivo supracitado. Em dezembro de 2021 foi registrada leve redução na MtM das LFT's, movimento que cessou a dinâmica de alta observada desde o final de maio do mesmo ano, quando houve melhora da precificação no mercado secundário decorrente da escalada de elevação da taxa básica de juros da economia. Apesar do impacto negativo ao final do exercício, a MtM resultou em fechamento positivo, ao contrário do registrado no ano anterior. Há perspectiva da continuidade de altas da Taxa Selic, no curto prazo, em virtude do cenário inflacionário.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Receitas

Abertura das Receitas - R\$ milhões

| | 2021 | 2020 | V12M | 4T2021 | 3T2021 | V3M |
|------------------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|--------------|----------------|
| Receitas de Crédito | 548,9 | 512,8 | ▲ +7,1% | 150,9 | 140,4 | ▲ +7,5% |
| Receitas de Aplicações Financeiras | 139,1 | 68,8 | ▲ +102,2% | 57,8 | 40,7 | ▲ +42,0% |
| Receitas de Prestação de Serviços | 128,9 | 132,5 | ▼ -2,7% | 32,4 | 34,5 | ▼ -6,1% |
| Receitas de Participações | 9,1 | 8,9 | ▲ +2,2% | 0,02 | 1,5 | ▼ -98,7% |
| Outras Receitas Operacionais | 172,4 | 217,6 | ▼ -20,8% | 42,2 | 43,9 | ▼ -3,9% |
| Receitas Não Operacionais | 1,6 | 0,3 | ▲ +433,3% | 1,4 | 0,1 | ▲ +1300,0% |
| Total | 1.000,0 | 940,9 | ▲ +6,3% | 284,7 | 261,1 | ▲ +9,0% |

As receitas do Banese totalizaram R\$ 1.000,0 milhões em 2021, 6,3% acima das receitas totais de 2020. As maiores variações observadas ocorreram nas receitas de aplicações financeiras (R\$ +70,3 milhões), consequente, sobretudo, do aumento da taxa básica de juros no país, combinado com a alocação em ativos com melhor remuneração; e nas receitas de crédito, crescimento na ordem de R\$ 36,2 milhões, diretamente influenciado pelo aumento da carteira. As outras receitas operacionais apresentaram redução nas rendas de créditos vinculados ao SFH (R\$ -41,3 milhões), cabendo observar que em 2020 foram registradas receitas relativas a processo do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, transitado em julgado em favor do Banese. Variação positiva de R\$ 1,3 milhão em receitas não operacionais decorrente de ganhos de capital. No 4T2021 as receitas totalizaram R\$ 284,7 milhões, também com destaque para as receitas de aplicações financeiras (R\$ +17,1 milhões), impactadas pelo aumento da Taxa Selic; e receitas de crédito (R\$ +10,5 milhões), consequentes do crescimento da carteira.

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 32,4 milhões no 4T2021 e acumularam R\$ 128,9 milhões no ano, com retração de 6,1% em 3M e de 2,7% em 12M, onde se observam as maiores quedas de arrecadação nas receitas relacionadas a transferências de fundos (emissão de TED/DOCs e transferências entre contas da instituição, consequência do PIX).

Como forma de se manter competitivo e alinhado ao mercado bancário na oferta de soluções inovadoras, o Banese vem desenvolvendo novos serviços vinculados aos pagamentos instantâneos - Pix (Pix Saque e Pix Troco) e analisando as oportunidades de novas fontes de receitas, além de aprimorar os serviços atuais a fim de proporcionar uma melhor experiência ao usuário.

Custos e Despesas

Custos Diretos das Operações - R\$ MILHÕES

| | 2021 | 2020 | V12M | 4T2021 | 3T2021 | V3M |
|--------------------------------|--------------|--------------|-----------------|-------------|-------------|-----------------|
| Despesas de Captação | 199,9 | 123,0 | ▲ +62,5% | 79,8 | 54,8 | ▲ +45,6% |
| Resultado de TVM | 3,6 | 3,7 | ▼ -2,7% | 0,1 | 1,7 | ▼ -94,1% |
| Desp. Obrigações p/Empréstimos | 11,9 | 6,2 | ▲ +91,9% | 3,5 | 3,7 | ▼ -5,4% |
| Total | 215,4 | 132,9 | ▲ +62,1% | 83,4 | 60,2 | ▲ +38,5% |

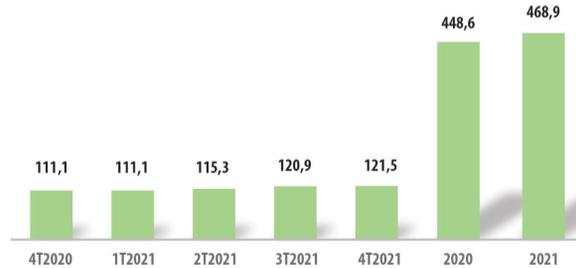
Os custos totais diretos das operações apresentaram crescimento de 62,1% (R\$ +82,5 milhões) entre os anos de 2021 e 2020 e de 38,5% (R\$ +23,2 milhões) no último trimestre, ambos diretamente relacionados à elevação da taxa básica de juros da economia - Selic e ao incremento do volume de captações remuneradas no período.

O crescimento observado nas despesas com obrigações para empréstimos e repasses, em 12M, é consequente de recursos oriundos do BNDES e FNE, onde as despesas são geradas à medida que as operações são liberadas.

Receita Líquida de Juros (NIL)

As Receitas Líquidas de Juros (Receitas de Empréstimos mais Receitas de Aplicações Financeiras menos os Custos Diretos de Captação) apresentaram crescimento de 0,5% na variação do trimestre e de 4,5% na variação anual. O resultado é uma combinação dos fatores já apresentados nos itens anteriormente mencionados neste relatório, como o crescimento das receitas com aplicações financeiras e operações de crédito que superaram o crescimento nas despesas com captação.

RECEITA LÍQUIDA DE JUROS (NIL)



Despesas com Pessoal/Folha - R\$ milhões

| | 2021 | 2020 | V12M | 4T2021 | 3T2021 | V3M |
|-----------------------|--------------|--------------|-----------------|-------------|-------------|----------------|
| Salários | 105,9 | 150,9 | ▼ -29,8% | 27,4 | 28,3 | ▼ -3,2% |
| Benefícios | 22,5 | 28,3 | ▼ -20,5% | 6,4 | 5,6 | ▲ +14,3% |
| Encargos Sociais | 45,5 | 50,4 | ▼ -9,7% | 12,1 | 11,6 | ▲ +4,3% |
| Treinamentos e Outros | 0,5 | 0,3 | ▲ +66,7% | 0,3 | 0,1 | ▲ +200,0% |
| Total | 174,4 | 229,9 | ▼ -24,1% | 46,2 | 45,6 | ▲ +1,3% |

As despesas com pessoal apresentaram redução de 24,1% em 12 meses (R\$ -55,5 milhões), cabendo ressaltar que no ano anterior foi registrado o pagamento dos benefícios financeiros e sociais previstos no Programa de Estímulo à Aposentadoria - PEA (cerca de R\$ 46 milhões), lançado no último trimestre de 2020 e contemplando o total de adesões ao citado programa. Em 2021 foram realizados 150 desligamentos, correspondente a 55% das adesões, o que representou redução acumulada de 16% no quadro de funcionários do Banese.

Em 2021 não ocorreu a efetivação de contratação dos novos funcionários aprovados em concurso realizado, contribuindo ainda para redução das despesas com pessoal, bem como foram suspensos os treinamentos corporativos presenciais, e disponibilização de novas bolsas de estudos considerando o momento ainda crítico de pandemia de Covid-19.

O índice de cobertura de folha registrado em 2021 foi de 74,0%, 16,3 pp. acima do índice registrado em 2020. No trimestre houve redução de 5,5 pp.. Para a cobertura das despesas administrativas obtivemos um índice de 35,0% em 2021, variando em +1,4 pp. no ano.

Outras Despesas Administrativas - R\$ milhões

| | 2021 | 2020 | V12M | 4T2021 | 3T2021 | V3M |
|---|--------------|--------------|-----------------|-------------|-------------|-----------------|
| Serviços de Terceiros | 91,8 | 79,3 | ▲ +15,8% | 24,7 | 23,9 | ▲ +3,3% |
| Consumo, Manutenção e Materiais | 21,5 | 21,0 | ▲ +2,4% | 6,4 | 5,2 | ▲ +23,1% |
| Serviços Financeiros e Processamento de Dados | 39,5 | 28,2 | ▲ +40,1% | 8,8 | 9,5 | ▼ -7,4% |
| Seguros | 4,0 | 3,6 | ▲ +11,1% | 0,6 | 0,8 | ▼ -25,0% |
| Transportes de Numerário | 10,6 | 9,8 | ▲ +8,2% | 2,7 | 2,7 | ▶ ND |
| Tributárias | 1,1 | 1,9 | ▼ -42,1% | 0,2 | 0,2 | ▶ ND |
| Despesas Outras | 25,4 | 20,8 | ▲ +22,1% | 12,5 | 4,7 | ▲ +166,0% |
| Total | 193,9 | 164,6 | ▲ +17,8% | 55,9 | 47,0 | ▲ +18,9% |

As outras despesas administrativas apresentaram crescimento de 17,8% em 12 meses (R\$ +29,3 milhões), destacando-se os grupos de Serviços de Terceiros (com Assessorias Técnicas e Convênio Posto Banese - Correspondente no País); Serviços Financeiros e Processamento de Dados (com custos com numerário BB, manutenção de softwares e execução de serviços de tecnologia); e Despesas Outras (com Promoções e Relações Públicas - patrocínios e doações). No último trimestre o incremento foi de 18,9% (R\$ +8,9 milhões), com destaque para o grupo de Despesas Outras, com despesas de Promoções e Relações Públicas, Propaganda e Publicidade na ordem de R\$ +9,4 milhões; e Consumo, Manutenção e Materiais (com Energia Elétrica e Conservação de Bens, com elevação de despesas na ordem de R\$ +4,8 milhões).

Outras Despesas Operacionais - R\$ milhões

| | 2021 | 2020 | V12M | 4T2021 | 3T2021 | V3M |
|--------------------------------------|--------------|--------------|-----------------|-------------|-------------|----------------|
| Amortização e Depreciação | 14,0 | 16,3 | ▼ -14,1% | 3,2 | 3,4 | ▼ -5,9% |
| Provisões p/ Operações de Crédito | 147,5 | 140,8 | ▲ +4,8% | 41,9 | 45,3 | ▼ -7,5% |
| Desvalorização de Créditos | 3,2 | 29,2 | ▼ -89,0% | 0,7 | 0,7 | ▶ ND |
| Provisões Passivas | 28,0 | 63,2 | ▼ -55,7% | 4,5 | 7,6 | ▼ -40,8% |
| Convênio com Tribunal de Justiça | 17,2 | 17,5 | ▼ -1,7% | 3,8 | 3,9 | ▼ -2,6% |
| ISS/PIS/COFINS | 35,9 | 37,3 | ▼ -3,8% | 9,4 | 9,2 | ▲ +2,2% |
| Descontos Concedidos | 4,5 | 4,3 | ▲ +4,7% | 0,1 | 0,3 | ▼ -66,7% |
| Participação nos Lucros e Resultados | 12,4 | 8,1 | ▲ +53,1% | 2,8 | 1,9 | ▲ +47,4% |
| Outras Operacionais Diversas | 10,0 | 22,5 | ▼ -55,6% | 2,1 | 1,8 | ▲ +16,7% |
| Total | 272,7 | 339,2 | ▼ -19,6% | 68,5 | 74,1 | ▼ -7,6% |

O grupo das Outras Despesas Operacionais apresentou decréscimo de R\$ 66,5 milhões no comparativo de 12 meses, com destaque para redução de despesas com Provisões Passivas (R\$ -35,2 milhões), considerando que em 2020 ocorreram lançamentos de provisões passivas de processos trabalhistas relacionados ao cumprimento de sentenças de causas relativas ao Descanso Semanal Remunerado - DSR; e Outras Operacionais Diversas (R\$ -12,5 milhões), decorrente de redução em despesas relacionadas à operacionalização do negócio crédito (cessão fidelidade, ressarcimento a clientes e prestamistas crédito parcelado) e de juros de passivo atuarial.

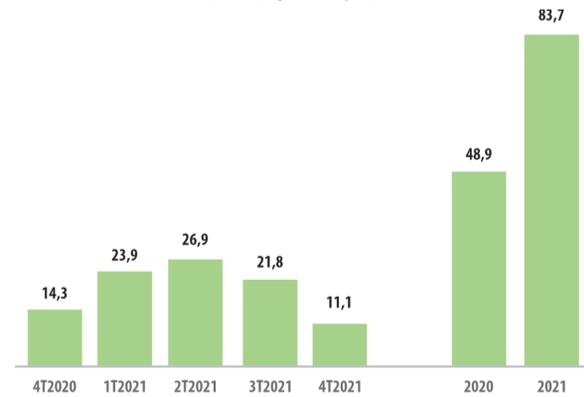
O incremento nas despesas com Provisões para Operações de Crédito na variação ano foi decorrente, principalmente, do crescimento das carteiras. No trimestre, a redução na despesa de provisão foi influenciada pela carteiras de crédito Comercial.

Lucro Líquido

O lucro líquido apresentado pelo Banese em 2021 foi de R\$ 83,7 milhões, um crescimento de 71,2% em relação ao resultado de 2020. No 4T2021, o lucro líquido foi R\$ 11,1 milhões, impactado pela despesa de equivalência patrimonial, pelo efeito do crédito tributário decorrente da mudança de alíquota da CSLL e demais despesas mencionadas anteriormente.

A evolução no resultado de 2021 é reflexo do comportamento dos negócios, com expansão da carteira de crédito, captações mantendo ritmo de crescimento e custo operacional diretamente impactado pela elevação da inflação e da taxa básica de juros da economia - Selic. Destacam-se as outras receitas operacionais, com efeito positivo de reversões de provisão de processos fiscais transitados em julgado em favor do Banese, da recuperação de créditos baixados em prejuízo e dos juros de passivo atuarial em observância ao CPC 33 (R1) e CPC 23. Evidencia-se ainda que devido à correção em 12/2020: (i) da forma de contabilização do Passivo Atuarial em conformidade com as regras do CPC 33 (R1); e (ii) dos Juros sobre Capital Próprio inerentes à Equivalência Patrimonial, houve um ajuste, em atendimento ao CPC 23, de R\$ -5,5 milhões no Lucro Líquido de 2020, passando para R\$ 48,9 milhões.

LUCRO LÍQUIDO - R\$ Milhões



Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banese variou positivamente em 5,7% no período de 12 meses e em 0,8% no último trimestre.

O crescimento observado no trimestre é consequência da incorporação do resultado do período e do ajuste de avaliação atuarial relativo ao plano de previdência complementar dos empregados do Banese junto ao Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS (plano saldado de benefício definido), conforme CPC 33 (R1), aprovada pela Deliberação CVM 695/2012; e influenciado, também, pelo pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio.



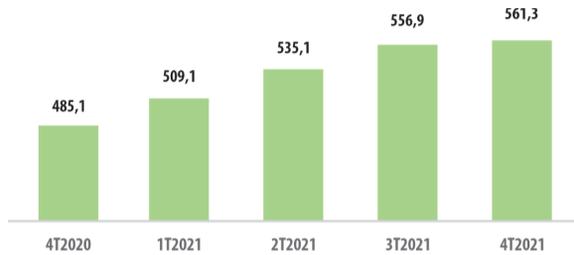
Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadãori.estadao.com.br/publicacoes/>

Relatório de Desempenho 2021



Ao final do 4T2021 o impacto do ajuste atuarial no Patrimônio Líquido do Banese foi de R\$ +5,3 milhões, por força do aumento da taxa de mercado utilizada para cálculo do valor presente das obrigações atuariais. O efeito negativo no PL do Banco era na ordem de R\$ -8,2 milhões no 4T2020 e de R\$ -4,0 milhões do 3T2021.

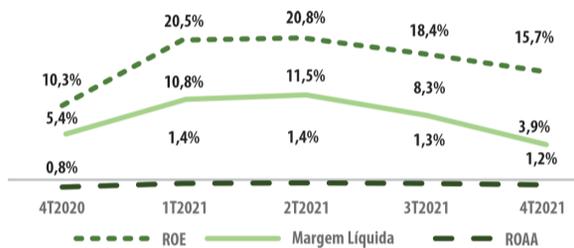
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ Milhões



Índices de Rentabilidade e Lucratividade

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e o Retorno sobre Ativos Médios (ROAA) apresentaram expansão em 12 meses, enquanto a Margem Líquida reduziu neste período. Os índices alcançados pelo Banese são consequência dos resultados e negócios apresentados neste relatório.

ÍNDICES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE (%)



Capitalização e Basileia - R\$ milhões

| Índices e Capitalização | 2021 | 2020 | V12M | 4T2021 | 3T2021 | V3M |
|--|--------|--------|--------------|--------|--------|--------------|
| Patrimônio de Referência | 613,2 | 444,1 | ▲ +38,09% | 613,2 | 603,3 | ▲ +1,65% |
| PR Nível I | 499,9 | 400,7 | ▲ +24,77% | 499,9 | 495,1 | ▲ +0,98% |
| PR Nível II | 113,3 | 43,3 | ▲ +161,30% | 113,3 | 108,2 | ▲ +4,71% |
| Índice de Basileia | 13,15% | 11,18% | ▲ +1,97 p.p. | 13,15% | 13,35% | ▼ -0,20 p.p. |
| Índice de Capital Principal | 10,72% | 10,09% | ▲ +0,63 p.p. | 10,72% | 10,96% | ▼ -0,24 p.p. |
| Índice de Capital Nível I | 10,72% | 10,09% | ▲ +0,63 p.p. | 10,72% | 10,96% | ▼ -0,24 p.p. |
| Índice Basileia Mínimo + ACP | 10,00% | 9,25% | ▲ +0,75 p.p. | 10,00% | 9,625% | ▲ +0,38 p.p. |
| Margem sobre o PR considerando a capital para cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o ACP | 119,8 | 55,5 | ▲ +115,84% | 119,8 | 142,1 | ▼ -15,69% |

O Índice de Basileia do Conglomerado Banese totalizou 13,15% ao final de 2021, o que representa um incremento de 1,97 p.p. quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente à evolução do Patrimônio de Referência Nível I em 24,77% (aprox. R\$ 99,2 milhões), diante do resultado acumulado do período e da redução dos ajustes prudenciais, bem como devido à elevação do Patrimônio de Referência Nível II em 161,30% (aprox. R\$ 70,0 milhões), em virtude de captações em letras financeiras subordinadas.

Índice de Imobilização

O índice de imobilização encerrou o 4T2021 em 14,5%, apresentando uma involução de 0,1 p.p. quando comparado ao índice observado no 3T2021, em virtude do aumento ativo permanente (aprox. R\$ 8,2 milhões). O resultado foi substancialmente abaixo do requerimento máximo de imobilização estabelecido pelo Banco Central do Brasil, que é de 50,0%. Vale ressaltar que esse índice é tão melhor quanto menor ele for.

ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO (%)



Ratings

A *Fitch Ratings*, em 30 de agosto de 2021, afirmou o *Rating* Nacional de Longo Prazo do Banese em 'A-(bra)' (A menos (bra)) com alteração da perspectiva para Estável de Negativa. A revisão da perspectiva para Estável reflete a visão da *Fitch* de que os impactos da pandemia de coronavírus em relação ao modelo de negócios e perfil financeiro do Banese foram mais baixos do que os esperados, principalmente nas métricas de qualidade de crédito e rentabilidade.

A *Moody's América Latina Ltda* ("Moody's Local") atribuiu, em 29 de junho de 2021, o *rating* de emissor de AA-.br e os *ratings* de depósito de longo prazo de AA-.br e de curto prazo de ML A-1.br, em escala nacional, com perspectiva negativa, sendo atribuída em virtude da exposição a segmentos de negócios mais vulneráveis à pandemia da Covid-19, que pode afetar a qualidade de ativos e a rentabilidade.

Já a *Moody's Investors Service* (*Moody's*) publicou, em 15 de dezembro de 2021, o *rating* de depósitos em moeda estrangeira do Banese em Ba2, considerando suas fortes métricas de liquidez, bem como a geração de ganhos recorrentes, o que garante a reposição de seu capital. A perspectiva negativa reflete os desafios para a qualidade e rentabilidade dos ativos do Banese, decorrentes do rápido crescimento do crédito e da exposição a segmentos de negócios mais vulneráveis à inflação e à fraca atividade econômica.

| Agência | Escala | Longo Prazo | Curto Prazo | Perspectiva |
|----------------------------------|---|-------------|-------------|-------------|
| <i>Fitch Ratings</i> | Nacional | A-(bra) | F1 (bra) | Estável |
| <i>Moody's Local</i> | Nacional - Depósitos | AA-.br | ML A-1.br | Negativa |
| <i>Moody's Investors Service</i> | Global em Moeda Nacional - Depósitos | Ba2 | Not Prime | Negativa |
| | Global em Moeda Estrangeira - Depósitos | Ba2 | Not Prime | Negativa |

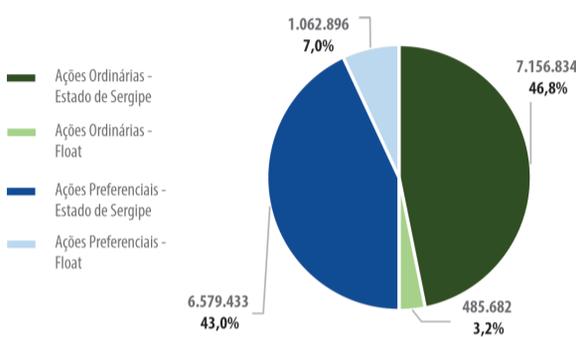
INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Banese na B3

A estrutura acionária do Banese no 4T2021 correspondia a 89,8% de ações do Governo do Estado de Sergipe e 10,2% de *Free Float*. As ações em circulação são constituídas por 31,3% ON e 68,7% PN.

A composição societária equivale a 15,2 milhões de ações, que consistem em 7,6 milhões de ações ordinárias (BGIP3) e 7,6 milhões de ações preferenciais (BGIP4).

As ações do Banese fazem parte do Índice ITAG da B3, que concentra as ações com diretos diferenciados de *Tag Along*.



Clientes e Canais de Atendimento

A base de clientes do Banese atingiu um total de 821.478 correntistas e poupadores ao final do ano de 2021, compreendendo 795.672 clientes PF e 25.806 clientes PJ.

O Banese tem investido na disponibilidade de um maior portfólio de produtos e serviços nos canais digitais, como também na melhora da usabilidade dos meios de atendimento virtual. Em decorrência da pandemia, esse investimento foi intensificado para que os clientes tenham acesso a produtos, serviços e transações de forma segura, sem precisar ir a um ponto de atendimento físico, minimizando o risco de exposição. Com o Atendimento Virtual Banese, o cliente tem uma série de produtos e serviços disponíveis e pode agendar um horário para atendimento presencial, sem filas e com mais segurança.

A utilização dos canais de autoatendimento para a realização de transações tem se tornado prioridade para os clientes Banese, visto que 85,3% do total de transações foram realizadas no autoatendimento no ano de 2021, sendo 77,4% apenas nos canais digitais.

No ano de 2021, houve um incremento de 22,7% na quantidade de transações realizadas no Internet e Mobile Banking, quando comparado ao ano anterior, e um crescimento de 127,6% no comparativo do volume transacionado entre os anos.

DADOS DE CANAIS

| | 2021 | 2020 | V12M | 4T2021 | 3T2021 | V3M |
|---|-------------|-------------|-----------|-------------|-------------|----------|
| Agências | 63 | 63 | ▶ ND | 63 | 63 | ▶ ND |
| Postos de Serviços | 09 | 09 | ▶ ND | 09 | 09 | ▶ ND |
| Terminais ATM | 476 | 486 | ▼ -10 | 476 | 464 | ▲ +12 |
| Correspondentes no País | 218 | 204 | ▲ +14 | 218 | 210 | ▲ +8 |
| Transações em Agências, ATM e Correspondentes | 34,9 Mi | 37,6 Mi | ▼ -7,2% | 8,8 Mi | 8,5 Mi | ▲ +3,5% |
| Volume Transacionado | R\$ 41,6 Bi | R\$ 36,0 Bi | ▲ +15,6% | R\$ 10,7 Bi | R\$ 10,6 Bi | ▲ +0,9% |
| Transações online | 122,2 Mi | 99,6 Mi | ▲ +22,7% | 30,3 Mi | 32,4 Mi | ▼ -6,5% |
| Volume Transacionado | R\$ 41,2 Bi | R\$ 18,1 Bi | ▲ +127,6% | R\$ 11,1 Bi | R\$ 9,9 Bi | ▲ +12,1% |

Considerando o crescente número de transações e volume financeiro movimentado através dos canais digitais, da vasta rede de Correspondentes no País e seguindo o Planejamento Estratégico da Companhia, o Banese vem nos últimos anos readequando a sua rede de atendimento a esta realidade. Dessa forma, o Banco encerrou o ano de 2021 com 63 agências, sendo 54 unidades físicas (12 na capital e 42 no interior).

Serviços Financeiros - Banese 2.0

O Banese segue implementando a estratégia de disponibilizar a seus clientes serviços bancários e de meios de pagamentos inovadores e com novas tecnologias. No ano de 2021, destacaram-se a inclusão de serviço de Recargas Digitais (que atendem ao cliente na percepção de serviços de consumo diário tais como: *Games, Uber, Netflix, Spotify*) e as novas funcionalidades do Sistema de Pagamentos Instantâneos (PIX).

Investimentos em Capital Humano

O Banese tem investido no desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos colaboradores por meio de diversas iniciativas, com destaque para a Universidade Corporativa Banese, o Programa de Incentivo à Formação Educacional, o Programa de Aprendizagem, Programa de Certificação Continuada, dentre outras ações. O Banco também incentiva a busca pelo autodesenvolvimento, visando ao aumento do desempenho e do engajamento das equipes.

O Programa de Formação Profissional integra o macro arcabouço da educação continuada do Banese. Atende aos imperativos estratégicos da instituição à medida que estimula a aplicabilidade de novos saberes às dinâmicas institucionais através da concessão de bolsas de estudo com custeio de 50% do valor nas modalidades de graduação, pós-graduação, língua inglesa e plataformas de aprendizagem. Os cursos de especialização e língua estrangeira ocupam o maior número de bolsas ativas.

No ano de 2021, houve a ampliação do público da plataforma virtual de aprendizagem, com ingresso das demais empresas do grupo Banese e os jovens aprendizes, além da inclusão de novos cursos e da continuidade das campanhas voltadas para a divulgação dos cursos. Tais iniciativas ocasionaram a soma de um total de 559 cursos concluídos apenas no 4T2021 e 2.715 cursos concluídos no ano. Destacam-se os cursos com os temas de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e de Privacidade de Dados com foco em LGPD. Em 2021 o Banese credenciou

funcionários para atuarem como Educadores Corporativos, com o objetivo de estabelecer e fortalecer uma cultura de aprendizagem contínua e o desenvolvimento organizacional na medida que é corresponsável pela produção de conteúdos e treinamentos.

Visando incentivar a certificação continuada, o Banco dispõe ainda de um programa que estimula a obtenção e atualização de certificações, assim como participação em eventos e treinamentos. Como resultado, busca-se o aprimoramento de conhecimentos técnicos do quadro de pessoal para a execução de excelência das atividades profissionais e a manutenção sustentável da competitividade do Banese em relação aos demais atores do mercado financeiro. O Banese também desenvolveu uma gama de ações voltadas à promoção da saúde, engajamento e desenvolvimento do seu quadro de empregados, e somando a isso, implementou iniciativas para tornar os processos internos mais transparentes e isonômicos.

CONGLOMERADO BANESE

O conglomerado econômico do Banese é composto pelo Banese S.A. e pela SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A. (SEAC). Adicionalmente fazem parte do grupo Banese: a Banese Corretora e Administradora de Seguros, o Instituto Banese de Seguridade Social (SERGUS), a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese (CASSE) e o Instituto Banese.

SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A.

A SEAC oferta soluções de meios de pagamento e serviços correlatos, com foco no mercado de cartões de crédito, *vouchers* e soluções de adquirencia.

A quantidade de clientes aptos a comprar apresentou crescimento de 3,6% em relação ao último trimestre de 2020 e de 0,9% quando comparado ao 3T2021, alcançando um total de 637,8 mil clientes no 4T2021. O volume transacionado pelos produtos geridos pela SEAC e outras bandeiras, incluindo na sua própria credenciadora TKS, finalizou o 4T2021 com um total de R\$ 1.059,9 milhões, uma elevação de 21,5% quando comparado com o volume alcançado no 4T2020 e de 9,7% em relação ao trimestre anterior.

No cartão de crédito Banese Card (produto com 68,2% de participação dentro o portfólio), o volume financeiro foi de R\$ 723,2 milhões no trimestre, um aumento de 18,2% em relação ao 4T2020, e de 13,0% na comparação com o 3T2021. Já o volume financeiro gerado por Outras Bandeiras (com 24,3% de participação) alcançou um total de R\$ 257,2 milhões no 4T2021. Tal desempenho é fruto das novas parcerias com as grandes redes varejistas, das ações extensivas de credenciamentos, ampliação de limites rotativos e maior aceitação, inclusive no *e-commerce*, proporcionada pelo coembadeiramento dos cartões através da parceria com a bandeira Elo.

No ano de 2021, a SEAC priorizou os esforços na criação de novos produtos, promovendo a otimização na arquitetura e produtos, melhoria nos canais de atendimento e manteve-se aderente às tendências do mercado de meios de pagamento. Destaca-se no ano o aumento de 06 para 27 do número de Estados com presença do Banese Card Elo Nanquim, consequência do sucesso de campanhas promocionais e estratégias de *marketing*. Também houve o lançamento do novo cartão Banese Card ELO Nanquim OAB, seguindo o mesmo padrão do ELO Nanquim, proporcionando a exclusividade aos Advogados de Sergipe.

Também foi entregue a 67 municípios sergipanos, em parceria com o Governo do Estado, o Cartão Mais Inclusão Sergipe pela Infância, concretizando uma das ações estruturantes do Programa Sergipe Pela Infância (PSPI), e o Cartão Lagartense, novo programa social municipal, que irá atender prioritariamente mães solteiras impreterivelmente em situação de vulnerabilidade social.

Banese Corretora de Seguros

Com o objetivo de sempre aprimorar o atendimento aos clientes, a Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda. tem consolidado sua parceria com as principais seguradoras do Brasil, oferecendo as melhores soluções nos diversos ramos de seguros e buscando o aumento do portfólio de produtos a ser ofertado ao público.

No 4T2021, a Corretora apresentou um volume de R\$ 43,8 milhões em seguros contratados, correspondendo a um incremento de 51,8% comparado ao mesmo período do ano de 2020. No ano de 2021 o volume de produção de seguros contratados alcançou R\$ 136,1 milhões, um crescimento de 12,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi motivado principalmente pela maior produção de seguros de Acidentes Pessoais, Consórcio e Prestamista. Em relação ao trimestre anterior, o volume de seguros contratados alcançou incremento de 8,0%.

No que tange à receita auferida em 2021, houve um incremento de 22,3% em relação ao ano de 2020, enquanto o crescimento entre o 4T2021 e o mesmo trimestre do ano anterior foi de 88,3%.

Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana

O Instituto Banese tem buscado ser um agente de transformação por meio de ações e investimentos voltados para os interesses da sociedade sergipana, com o intuito de ser reconhecido como fonte de conhecimento, inspiração e cultivo de expressões artísticas e culturais. Com o desenvolvimento de ações de responsabilidade socioambiental em sintonia com políticas públicas, o Instituto beneficiou um total 10.002 pessoas no 4T2021, ligadas aos projetos estratégicos das 12 entidades apoiadas, a apoios e patrocínios, além das pessoas beneficiadas. No ano foram beneficiadas um total de 40.289 pessoas.

O Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda, cerne da missão do Instituto Banese, é o projeto máster da instituição, idealizado para reforçar o papel social do Banese como grande incentivador e mecenas das diversas linguagens da cultura sergipana. Com a plataforma de visita virtual ao Museu, lançada em 2020, o visitante consegue descobrir, conhecer, pesquisar e visitar o conteúdo histórico e cultural representado pelas tradições, costumes, patrimônio arquitetônico, biodiversidade, gastronomia, aspectos econômicos e manifestações culturais em um passeio em 360° por todas as instalações do museu.

Em 2021 o Grupo Banese lançou, através do Instituto Banese, o ProjetaSE, que se constitui em um núcleo de apoio ao suporte técnico às gestões de municípios sergipanos. Tem por propósito orientar os municípios na captação de recursos para obras de diversas modalidades, desenvolvimento de projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia e fortalecimento da capacidade institucional das Prefeituras. A iniciativa encerrou seu primeiro ano de existência com 13 projetos iniciados e já conta com 33 municípios cadastrados, com potencial para melhorar a qualidade de vida de mais de 200 mil pessoas.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>

Relatório de Desempenho 2021



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL - EM REAIS MIL

| | BANESE MÚLTIPLO | | BANESE CONSOLIDADO | | | BANESE MÚLTIPLO | | BANESE CONSOLIDADO | |
|---|----------------------|------------------|----------------------|------------------|--|----------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 | | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| ATIVO | Reapresentado | | Reapresentado | | PASSIVO | Reapresentado | | Reapresentado | |
| CIRCULANTE | 3.826.479 | 3.514.992 | 4.267.190 | 3.935.459 | CIRCULANTE | 4.919.782 | 4.601.458 | 5.347.538 | 5.090.172 |
| DISPONIBILIDADE (NOTA 4) | 59.766 | 80.155 | 59.949 | 80.485 | DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS | 4.775.622 | 4.379.809 | 4.758.963 | 4.373.682 |
| INSTRUMENTOS FINANCEIROS | 3.828.838 | 3.486.915 | 4.318.810 | 3.940.388 | DEPÓSITOS (NOTA 14) | 4.676.763 | 4.288.973 | 4.654.986 | 4.280.166 |
| APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5) | 1.379.799 | 1.416.741 | 1.379.799 | 1.416.741 | Depósitos à Vista | 1.158.353 | 1.046.963 | 1.142.761 | 1.036.185 |
| Aplicações no mercado aberto | 253.285 | 647.004 | 253.285 | 647.004 | Depósitos de Poupança | 1.937.941 | 1.879.392 | 1.937.941 | 1.879.392 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 1.126.514 | 769.737 | 1.126.514 | 769.737 | Depósitos Interfinanceiros | 152.007 | 139.906 | 152.007 | 139.906 |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6) | 862.423 | 709.365 | 877.706 | 819.728 | Depósitos a Prazo | 1.427.978 | 1.222.472 | 1.419.439 | 1.222.472 |
| Carteira Própria | 815.417 | 700.923 | 830.700 | 811.286 | Depósitos Outros | 484 | 240 | 2.838 | 2.211 |
| Vinculados a Compromissos de Recompra | 12.989 | 7.821 | 12.989 | 7.821 | RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | 1.577 | 2.159 | 6.695 | 4.839 |
| Vinculados à Prestação de Garantias | 650 | 621 | 650 | 621 | Recebimentos e Pagamentos a Liquidar | 1.577 | 2.159 | 6.695 | 4.839 |
| Vinculados ao Banco Central | 33.367 | - | 33.367 | - | RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14) | 40.364 | 43.873 | 40.364 | 43.873 |
| RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7) | 407.639 | 365.513 | 500.869 | 394.853 | Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares | 40.364 | 43.873 | 40.364 | 43.873 |
| Pagamentos e Recebimentos a Liquidar | 121 | 124 | 93.351 | 29.464 | OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14) | 56.918 | 44.804 | 56.918 | 44.804 |
| Créditos Vinculados: | 407.518 | 365.349 | 407.518 | 365.349 | BNDES | 2.925 | 1.276 | 2.925 | 1.276 |
| - Depósitos no Banco Central | 407.518 | 365.098 | 407.518 | 365.098 | FINAME | 382 | 438 | 382 | 438 |
| - Convênios | - | 251 | - | 251 | Outras Instituições | 53.611 | 43.090 | 53.611 | 43.090 |
| Correspondentes | - | 40 | - | 40 | OUTROS PASSIVOS (NOTA 15) | 144.160 | 221.649 | 588.575 | 716.490 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8) | 850.501 | 696.524 | 850.501 | 696.524 | Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados | 2.607 | 498 | 2.948 | 660 |
| Operações de Crédito: | 850.501 | 696.524 | 850.501 | 696.524 | Sociais e Estatutárias | 16.182 | 13.369 | 17.457 | 16.547 |
| - Setor Privado | 850.501 | 696.524 | 850.501 | 696.524 | Fiscais e Previdenciárias | 11.043 | 31.588 | 14.510 | 34.842 |
| OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9) | 328.476 | 298.772 | 709.935 | 612.542 | Recursos em Trânsito de Terceiros | 298 | 262 | 298 | 262 |
| Rendas a Receber | 3.235 | 3.375 | 12.220 | 13.813 | Diversas | 114.030 | 175.932 | 553.362 | 664.179 |
| Diversos | 325.241 | 295.397 | 697.879 | 599.274 | NÃO CIRCULANTE | 1.838.428 | 1.738.650 | 1.850.376 | 1.618.314 |
| Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito | - | - | (164) | (545) | DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS | 1.548.514 | 1.462.013 | 1.539.737 | 1.324.435 |
| PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (NOTA 8 f) | (64.683) | (53.948) | (116.336) | (88.413) | DEPÓSITOS (NOTA 14) | 1.427.559 | 1.329.854 | 1.427.559 | 1.192.276 |
| Provisão para Perdas de Operações de Crédito | (62.913) | (52.431) | (62.913) | (52.431) | Depósitos a Prazo | 1.427.559 | 1.329.854 | 1.427.559 | 1.192.276 |
| Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa | (1.770) | (1.517) | (1.770) | (1.517) | CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (NOTA 14) | 12.954 | 7.814 | 4.177 | 7.814 |
| Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento | - | - | (51.653) | (34.465) | Carteira Própria | 12.954 | 7.814 | 4.177 | 7.814 |
| OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10) | 2.558 | 1.870 | 4.767 | 2.999 | RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14) | 20.369 | 38.700 | 20.369 | 38.700 |
| Outros Valores e Bens | 929 | 1.007 | 2.258 | 1.422 | Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares | 20.369 | 38.700 | 20.369 | 38.700 |
| Despesas Antecipadas | 1.629 | 863 | 2.509 | 1.577 | OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14) | 87.632 | 85.645 | 87.632 | 85.645 |
| NÃO CIRCULANTE | 3.493.053 | 3.310.244 | 3.538.154 | 3.304.083 | BNDES | 7.897 | 11.212 | 7.897 | 11.212 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 3.315.409 | 3.132.989 | 3.423.550 | 3.202.702 | FINAME | 415 | 801 | 415 | 801 |
| INSTRUMENTOS FINANCEIROS | 3.125.515 | 2.927.658 | 3.188.066 | 2.962.251 | Outras Instituições | 79.320 | 73.632 | 79.320 | 73.632 |
| APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5) | 134.932 | 327.243 | 134.932 | 327.243 | OUTROS PASSIVOS (NOTA 15) | 130.424 | 108.463 | 131.013 | 109.410 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 134.932 | 327.243 | 134.932 | 327.243 | Fiscais e Previdenciárias | 4.318 | - | 4.318 | - |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6) | 582.520 | 536.912 | 582.520 | 536.912 | Dívidas Subordinadas | 126.105 | 108.414 | 126.105 | 108.414 |
| Carteira Própria | 582.520 | 536.912 | 582.520 | 536.912 | Diversas | 1 | 49 | 590 | 996 |
| RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7) | 64.074 | 59.768 | 64.074 | 59.768 | PROVISÕES | 149.657 | 157.823 | 169.793 | 174.118 |
| Créditos Vinculados: | 64.074 | 59.768 | 64.074 | 59.768 | Provisão para contingências (NOTA 16b) | 149.657 | 157.823 | 169.793 | 174.118 |
| - SFH - Sistema Financeiro da Habitação | 64.074 | 59.768 | 64.074 | 59.768 | RECEITAS DIFERIDAS (NOTA 17) | 9.833 | 10.351 | 9.833 | 10.351 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8) | 2.215.956 | 1.846.558 | 2.215.956 | 1.846.558 | Resultados de Exercícios Futuros | 9.833 | 10.351 | 9.833 | 10.351 |
| Operações de Crédito: | 2.215.956 | 1.846.558 | 2.215.956 | 1.846.558 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 19) | 561.322 | 485.128 | 607.430 | 531.056 |
| - Setor Privado | 2.215.956 | 1.846.558 | 2.215.956 | 1.846.558 | Capital Social - De Domiciliados no País | 426.000 | 348.000 | 426.000 | 348.000 |
| OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9) | 128.033 | 157.177 | 190.584 | 191.770 | Aumento de Capital | - | 78.000 | - | 78.000 |
| Rendas a Receber | - | - | 20 | 29 | Reservas de Lucros | 130.044 | 67.305 | 130.044 | 67.305 |
| Diversos | 135.072 | 164.216 | 197.603 | 198.780 | Ajuste de Avaliação Patrimonial | 5.278 | (8.177) | 5.278 | (8.177) |
| Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito | (7.039) | (7.039) | (7.039) | (7.039) | Participação de Não Controladores (NOTA 18) | - | - | 46.108 | 45.928 |
| PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (NOTA 8 f) | (63.943) | (48.761) | (63.943) | (48.761) | TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 7.319.532 | 6.825.236 | 7.805.344 | 7.239.542 |
| Provisão para Perdas de Operações de Crédito | (63.943) | (48.761) | (63.943) | (48.761) | | | | | |
| CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS | 176.706 | 181.796 | 222.296 | 216.916 | | | | | |
| Créditos Tributários sobre diferenças temporárias (Nota 22) | 151.801 | 167.370 | 180.434 | 187.614 | | | | | |
| Créditos Tributários sobre base fiscal negativa (Nota 22) | - | - | 1.573 | 4.833 | | | | | |
| Créditos Tributários sobre impostos e contribuições a compensar (Nota 9.2) | 24.905 | 14.426 | 40.289 | 24.469 | | | | | |
| OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10) | 77.131 | 72.296 | 77.131 | 72.296 | | | | | |
| Outros Valores e Bens | 77.131 | 72.296 | 77.131 | 72.296 | | | | | |
| Provisões para Desvalorizações | (7.207) | (4.977) | (7.207) | (4.977) | | | | | |
| Despesas Antecipadas | 6.520 | 3.316 | 6.520 | 3.316 | | | | | |
| INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO DE COLIGADAS E CONTROLADAS (NOTA 11) | 116.703 | 116.247 | - | - | | | | | |
| Participação em Coligadas e Controladas | 116.703 | 116.247 | - | - | | | | | |
| OUTROS INVESTIMENTOS (NOTA 11) | 6 | 6 | 6 | 6 | | | | | |
| Outros Investimentos | 6 | 6 | 6 | 6 | | | | | |
| Provisões para Perdas | (448) | (448) | (448) | (448) | | | | | |
| IMOBILIZADO DE USO (NOTA 12) | 181.659 | 175.323 | 252.534 | 236.273 | | | | | |
| Imóveis de Uso | 56.085 | 56.203 | 74.103 | 74.193 | | | | | |
| Outras Imobilizações de Uso | 125.574 | 119.120 | 178.431 | 162.080 | | | | | |
| INTANGÍVEL (NOTA 13) | 75.250 | 68.849 | 88.975 | 74.321 | | | | | |
| Ativos Intangíveis | 75.250 | 68.849 | 88.975 | 74.321 | | | | | |
| DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES | (195.974) | (183.170) | (226.911) | (209.219) | | | | | |
| Depreciações Acumuladas - Imobilizado de Uso (NOTA 12) | (136.377) | (127.579) | (163.418) | (150.179) | | | | | |
| Amortização Acumulada - Ativos Intangíveis (NOTA 13) | (59.597) | (55.591) | (63.493) | (59.040) | | | | | |
| T O T A L | 7.319.532 | 6.825.236 | 7.805.344 | 7.239.542 | | | | | |

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS MIL

| EVENTOS | CAPITAL REALIZADO CAPITAL SOCIAL | AUMENTO DECAPITAL | LEGAL | RESERVAS DE LUCROS | | AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS | TOTAL BANESE MÚLTIPLO | PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES | TOTAL BANESE CONSOLIDADO |
|---|-------------------------------------|----------------------|---------------|--------------------|----------------|------------------------------------|----------------------------------|--------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| | | | | ESTATUTÁRIA | ESPECIAL | | | | | |
| SALDOS EM 31.12.2019 | 348.000 | - | 35.737 | 86.848 | 2.742 | (39.470) | - | 433.857 | 39.411 | 473.268 |
| Ajustes de Retificação de Erro em 01.01.2020 | - | - | - | (14.226) | - | 14.226 | - | - | - | - |
| SALDOS EM 31.12.2019 Reapresentado | 348.000 | - | 35.737 | 72.622 | 2.742 | (25.244) | - | 433.857 | 39.411 | 473.268 |
| LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO | - | - | - | - | - | - | 50.110 | 50.110 | - | 50.110 |
| - Aumento de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Variação na Participação de Não Controladores | - | 78.000 | - | (78.000) | - | - | - | - | 8.229 | 8.229 |
| - Ganhos/(Perdas) Atuariais | - | - | - | - | - | 17.067 | - | 17.067 | - | 17.067 |
| - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | (13.164) | (13.164) | - | (13.164) |
| - Pagamento de dividendos a não controladores | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.712) | (1.712) |
| DESTINAÇÕES: | - | - | - | - | (2.742) | - | - | (2.742) | - | (2.742) |
| - Dividendos Adicionais Propostos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| - Reservas Legal | - | - | 2.718 | - | - | - | (2.718) | - | - | - |
| - Reservas para Margem Operacional | - | - | - | 34.228 | - | - | (34.228) | - | - | - |
| SALDOS EM 31.12.2020 | 348.000 | 78.000 | 38.455 | | | | | | | |

Relatório de Desempenho 2021

Pode Contar 

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM REAIS MIL

| | BANESE MÚLTIPLO | | | BANESE CONSOLIDADO | | |
|---|------------------|------------------|-------------------------|--------------------|------------------|-------------------------|
| | 2021 | | 2020 | 2021 | | 2020 |
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício Reapresentado | 2º Semestre | Exercício | Exercício Reapresentado |
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 396.256 | 710.872 | 634.048 | 396.528 | 719.587 | 653.234 |
| Operações de Crédito (NOTA 8 h.) | 291.047 | 561.177 | 530.748 | 289.198 | 558.526 | 528.762 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (NOTA 6 b.) | 96.698 | 135.584 | 65.083 | 98.819 | 146.950 | 86.255 |
| Resultado das Aplicações Compulsórias (NOTA 7 b.) | 8.511 | 14.111 | 38.217 | 8.511 | 14.111 | 38.217 |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | (192.588) | (283.756) | (179.688) | (222.975) | (331.338) | (212.822) |
| Operações de Captações no Mercado (NOTA 14 d.) | (134.620) | (199.902) | (122.961) | (133.567) | (197.394) | (120.981) |
| Operações de Empréstimos e Repasses (NOTA 14 d.) | (7.167) | (11.944) | (6.216) | (7.167) | (11.944) | (6.216) |
| Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito (NOTA 8 f.) | (50.801) | (71.910) | (50.511) | (50.801) | (71.910) | (50.511) |
| Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito (NOTA 8 f.) | - | - | - | (31.440) | (50.090) | (35.114) |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 203.668 | 427.116 | 454.360 | 173.553 | 388.249 | 440.412 |
| OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS | (132.848) | (255.485) | (320.915) | (101.313) | (202.736) | (277.589) |
| Receitas de Prestação de Serviços (NOTA 20 a.) | 33.387 | 61.534 | 56.371 | 89.331 | 163.098 | 135.688 |
| Receitas de Tarifas Bancárias (NOTA 20 b.) | 33.647 | 67.525 | 76.354 | 33.647 | 67.525 | 76.354 |
| Despesas de Pessoal (NOTA 20 c.) | (93.996) | (178.631) | (233.579) | (113.673) | (215.925) | (265.073) |
| Outras Despesas Administrativas (NOTA 20 d.) | (106.859) | (202.542) | (175.348) | (140.488) | (267.787) | (232.988) |
| Despesas Tributárias (NOTA 20 e.) | (19.080) | (36.995) | (39.147) | (32.951) | (62.677) | (59.837) |
| Resultado de Participações em Coligadas e Controlada (NOTA 11) | (2.293) | 5.277 | 8.923 | - | - | - |
| Outras Receitas Operacionais (NOTA 20 f.) | 41.191 | 68.612 | 34.961 | 98.200 | 180.677 | 126.736 |
| Outras Despesas Operacionais (NOTA 20 g.) | (18.845) | (40.265) | (49.450) | (35.379) | (67.647) | (58.469) |
| DESPESAS PROVISÕES | (12.103) | (27.987) | (63.245) | (15.696) | (33.149) | (68.904) |
| Despesa com Provisões Judiciais (NOTA 20 h.) | (12.103) | (27.987) | (63.245) | (15.696) | (33.149) | (68.904) |
| RESULTADO OPERACIONAL | 58.717 | 143.644 | 70.200 | 56.544 | 152.364 | 93.919 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 58.717 | 143.644 | 70.200 | 56.544 | 152.364 | 93.919 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (21.013) | (47.465) | (13.204) | (18.246) | (52.600) | (24.955) |
| Despesa com Imposto de Renda (NOTA 22) | (14.299) | (23.588) | (38.404) | (16.425) | (29.192) | (43.283) |
| Despesa com Contribuição Social (NOTA 22) | (15.258) | (22.839) | (30.939) | (17.242) | (26.968) | (34.089) |
| IR e CSLL Diferidos | 8.544 | (1.038) | 56.139 | 15.421 | 3.560 | 52.417 |
| PARTICIPAÇÕES DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO | (4.758) | (12.440) | (8.093) | (4.758) | (12.440) | (8.093) |
| LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES | 32.946 | 83.739 | 48.903 | 33.540 | 87.324 | 60.871 |
| PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES (NOTA 18) | - | - | - | (594) | (3.585) | (11.968) |
| LUCRO LÍQUIDO | 32.946 | 83.739 | 48.903 | 32.946 | 83.739 | 48.903 |
| Lucro líquido por Ação Ordinária do Capital Social (em R\$) | 2,05 | 5,22 | 3,39 | | | |
| Lucro líquido por Ação Preferencial do Capital Social (em R\$) | 2,26 | 5,74 | 3,72 | | | |

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EM REAIS MIL

| | BANESE MÚLTIPLO E CONSOLIDADO | | |
|---|-------------------------------|---------------|-------------------------|
| | 2021 | | 2020 |
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício Reapresentado |
| LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO | 32.946 | 83.739 | 48.903 |
| Itens que serão reclassificados para o resultado | - | - | - |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado - Passivo Atuarial | 9.234 | 13.455 | 31.293 |
| RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO | 42.180 | 97.194 | 80.196 |
| RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA CONTROLADOR | 42.180 | 97.194 | 80.196 |

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS - EM REAIS MIL

| | BANESE MÚLTIPLO | | | BANESE CONSOLIDADO | | |
|--|-------------------------------------|-----------------|--------------------------|--------------------|-----------------|--------------------------|
| | 2º Semestre | Exercício | 31.12.2020 Reapresentado | 2º Semestre | 31.12.2021 | 31.12.2020 Reapresentado |
| | APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | | | |
| Receita da intermediação financeira | 396.256 | 710.872 | 634.048 | 396.528 | 719.587 | 653.234 |
| Despesa da intermediação financeira | (192.588) | (283.756) | (179.688) | (222.975) | (331.338) | (212.822) |
| Outras receitas/ despesas operacionais/ despesas provisões | 10.243 | 360 | (77.734) | 47.125 | 79.881 | (637) |
| Receita da prestação de serviços | 67.034 | 129.059 | 132.725 | 122.978 | 230.623 | 212.042 |
| Materiais, energia, serviço de terceiros e outros | (98.260) | (184.648) | (151.576) | (127.801) | (241.699) | (202.111) |
| Valor Adicionado Bruto | 182.685 | 371.887 | 357.775 | 215.855 | 457.054 | 449.706 |
| Retenções | (6.578) | (14.007) | (16.312) | (8.924) | (18.494) | (20.097) |
| Amortização | (1.795) | (4.005) | (4.657) | (2.013) | (4.411) | (4.931) |
| Depreciação | (4.783) | (10.002) | (11.655) | (6.911) | (14.083) | (15.166) |
| Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade | 176.107 | 357.880 | 341.463 | 206.931 | 438.560 | 429.609 |
| Valor Adicionado Recebido em Transferência | (2.293) | 5.277 | 8.923 | - | - | - |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (2.293) | 5.277 | 8.923 | - | - | - |
| Valor Adicionado a Distribuir | 173.814 | 363.157 | 350.386 | 206.931 | 438.560 | 429.609 |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | | | | |
| Governo | 40.093 | 84.460 | 52.351 | 51.197 | 115.277 | 84.792 |
| Despesas Tributárias | 10.536 | 38.033 | (16.992) | 17.530 | 59.117 | 7.420 |
| Imposto de renda e contribuição social | 29.557 | 46.427 | 69.343 | 33.667 | 56.160 | 77.372 |
| Empregados | 98.754 | 191.071 | 241.672 | 118.431 | 228.365 | 273.166 |
| Salários e honorários | 57.968 | 110.207 | 154.588 | 70.608 | 133.735 | 173.984 |
| Encargos sociais | 20.657 | 39.909 | 45.379 | 24.431 | 47.173 | 51.689 |
| Previdência privada | 3.049 | 5.548 | 5.081 | 3.049 | 5.548 | 5.081 |
| Benefícios e treinamentos | 12.322 | 22.967 | 28.531 | 15.585 | 29.469 | 34.319 |
| Participação nos resultados | 4.758 | 12.440 | 8.093 | 4.758 | 12.440 | 8.093 |
| Aluguéis | 1.474 | 3.340 | 4.210 | 1.651 | 3.678 | 4.621 |
| Taxas e Contribuições | 547 | 547 | 3.250 | 2.112 | 3.916 | 6.159 |
| Acionistas | 21.000 | 21.000 | 13.164 | 21.000 | 21.000 | 13.164 |
| Juros sobre o capital próprio | 21.000 | 21.000 | 13.164 | 21.000 | 21.000 | 13.164 |
| Participação não Controladores | - | - | - | 594 | 3.585 | 11.968 |
| (Prejuízo)/Lucro Retido | 11.946 | 62.739 | 35.739 | 11.946 | 62.739 | 35.739 |
| Valor Adicionado Distribuído | 173.814 | 363.157 | 350.386 | 206.931 | 438.560 | 429.609 |

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - EM REAIS MIL

| | BANESE CONSOLIDADO | | | | | |
|---|--------------------|------------------|-------------------------|-----------------|------------------|-------------------------|
| | 2021 | | 2020 | | 2021 | |
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício Reapresentado | 2º Semestre | Exercício | Exercício Reapresentado |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | | | |
| Lucro Líquido Ajustado | 92.521 | 186.074 | 177.019 | 26.721 | 153.869 | 167.639 |
| Lucro Líquido | 32.946 | 83.739 | 48.903 | 32.946 | 83.739 | 48.903 |
| Ajuste ao Lucro Líquido | 59.575 | 102.335 | 128.116 | (6.225) | 70.130 | 118.736 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 50.801 | 71.910 | 50.511 | 50.801 | 71.910 | 50.511 |
| Provisão/(Reversão) para Créditos Vinculados-FCVS | 1.467 | 3.245 | 29.220 | 1.467 | 3.245 | 29.220 |
| Depreciações e Amortizações | 6.578 | 14.007 | 16.312 | 9.163 | 18.949 | 20.476 |
| Crédito de Pis e Cofins sobre Depreciações na coligada | - | - | - | (239) | (455) | (379) |
| Ajuste de Provisões Passivas | 12.103 | 27.987 | 63.245 | 15.696 | 33.149 | 68.904 |
| Outras Provisões Operacionais | 4.684 | 7.116 | 11.550 | 10.660 | 15.398 | 13.597 |
| Despesa com prêmio de fidelização | 171 | 411 | 5.299 | 371 | 835 | 5.846 |
| Outras Provisões | - | - | 2.167 | - | - | 2.167 |
| TVM Ajuste ao Valor de Mercado | (1.658) | (998) | 2.158 | (1.658) | (998) | 2.158 |
| Ativo Fiscal Diferido | (8.544) | 1.038 | (53.883) | (15.421) | (3.560) | (50.161) |
| Perda de Capital | 3.241 | 4.490 | 893 | 4.213 | 5.924 | 2.106 |
| Reversão de Outras Provisões Operacionais | (18.136) | (27.597) | (5.700) | (18.860) | (29.024) | (7.693) |
| Atualização Monetária | (2.659) | (7.452) | (3.007) | (2.912) | (8.608) | (3.856) |
| Resultado de Participação em controladas | 2.293 | (5.277) | (11.603) | - | - | - |
| Ganhos/(Perdas) Outros Resultados Abrangentes | 9.234 | 13.455 | 20.954 | 9.234 | 13.455 | 20.954 |
| Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito | - | - | - | (68.740) | (50.090) | (35.114) |
| Varição de Ativos e Obrigações | (114.084) | (565.914) | 36.696 | (34.136) | (511.438) | (17.515) |
| (Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 28.050 | (164.466) | (754.719) | 28.050 | (164.466) | (754.719) |
| (Aumento) Redução em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos | 70.255 | (197.668) | (167.842) | 155.660 | (102.588) | (128.015) |
| (Aumento) Redução em Ref. Interfinanceiras (Ativos/Passivos) | (33.123) | (50.259) | (68.511) | (63.038) | (111.711) | (88.468) |
| (Aumento) Redução em Operações de Crédito | (242.987) | (523.375) | (9.609) | (242.987) | (523.375) | (9.609) |
| (Aumento) Redução em Outros Valores e Bens | 3.950 | (5.523) | (28.102) | 3.425 | (6.603) | (28.486) |
| (Aumento) Redução em Outros Créditos | 26.916 | 28.961 | 20.909 | (47.607) | (60.939) | (53.422) |
| (Aumento) Redução em Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito | (22.606) | (45.993) | (62.482) | 63.735 | 21.285 | (31.270) |
| (Aumento) Redução em Créditos Tributários | (13.023) | 5.090 | (53.652) | (20.835) | (5.380) | (51.780) |
| (Aumento) Redução em Depósitos | 116.397 | 485.495 | 1.097.301 | 164.757 | 610.103 | 1.011.622 |
| (Aumento) Redução em Captações no Mercado Aberto | 1.686 | 5.140 | 7.710 | 979 | (3.637) | 7.710 |
| (Aumento) Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses | 3.224 | 14.101 | 37.565 | 3.224 | 14.101 | 37.565 |
| (Aumento) Redução em Resultados de Exercícios Futuros | (303) | (518) | (704) | (303) | (518) | (704) |
| (Aumento) Redução em Outros Passivos | (31.699) | (80.746) | 38.446 | (57.711) | (140.236) | 93.433 |
| (Aumento) Redução em Provisões | (20.821) | (36.153) | (19.614) | (21.485) | (37.474) | (21.372) |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | (21.563) | (379.840) | 213.715 | (7.415) | (357.569) | 150.124 |
| Transferência de Imobilizado de Uso p/Comodato | - | - | 123 | (109) | (109) | 123 |
| Aquisição de Imobilizado de Uso | (2.168) | (7.583) | (5.755) | (7.901) | (17.498) | (14.158) |
| Crédito Tributário sobre Aquisição de Imobilizado de Uso e Intangível | - | - | - | 239 | 455 | 379 |
| Baixa de Imobilizado de Uso | 1.006 | 1.006 | 528 | 1.006 | 1.010 | 506 |
| Baixa de Depreciação | (1.199) | (1.199) | - | (1.199) | (1.199) | - |
| Aplicações no Intangível | (3.619) | (6.400) | (5.196) | (11.427) | (14.612) | (5.738) |
| Transferência para Bens não de uso | 243 | 236 | - | 312 | 236 | - |
| Aporte de Capital em Controlada | - | - | (70.000) | - | - | - |
| Dividendo recebido de controlada | - | 4. | | | | |

Relatório de Desempenho 2021



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado de Sergipe S.A. - Banese, ("Instituição" ou "Banco") é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Sergipe, com sede na Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, 31 – Aracaju/SE. Opera na forma de banco múltiplo e disponibiliza produtos e serviços bancários, por meio das carteiras de crédito comercial, desenvolvimento e imobiliário, além de contar com 63 agências no Estado de Sergipe, sendo 54 unidades físicas (12 na capital e 42 no interior).

Como fonte de financiamento de suas operações, o Banese utiliza-se, além dos recursos dos acionistas (Patrimônio Líquido), de recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais.

O Banese atua como banco oficial do Governo do Estado de Sergipe na administração dos recursos do Estado, assim como na prestação de serviços referentes às folhas de pagamento da administração direta e indireta.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que for aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência ao padrão contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a instituição, na elaboração das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01(R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02(R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras – Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03(R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05(R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 10(R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 41 – Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.818/2020; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo - Resolução CMN nº 4.748/2019.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras provisões, crédito tributário e passivo atuarial. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

2.1 Principais práticas adotadas na consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras do Banese - Banco do Estado de Sergipe S.A. e de sua controlada SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A., conforme Resolução CMN nº 2.723/2000.

A Resolução BCB nº 02 e a Resolução CMN nº 4.818/2020 dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações implementadas foram: os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente e a divulgação dos resultados não recorrentes. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido, incluindo a Demonstração de Resultado Abrangente. As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as referidas normas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, seguindo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados;
- Dos saldos de contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- Dos efeitos decorrentes das transações realizadas entre essas instituições.

O Conselho de Administração do Banese autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 21 de fevereiro de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, segue de forma resumida o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

| | Banese 31.12.2021 | SEAC 31.12.2021 | Eliminações 31.12.2021 | Banese Consolidado 31.12.2021 | Banese Consolidado 31.12.2020 |
|---|----------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | 3.826.479 | 544.608 | (103.897) | 4.267.190 | 3.935.459 |
| Disponibilidade | 59.766 | 15.775 | (15.592) | 59.949 | 80.485 |
| Instrumentos Financeiros | 3.828.838 | 578.277 | (88.305) | 4.318.810 | 3.940.388 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 1.379.799 | 8.777 | (8.777) | 1.379.799 | 1.416.741 |
| Títulos e valores mobiliários | 862.423 | 23.821 | (8.538) | 877.706 | 819.728 |
| Relações interfinanceiras | 407.639 | 93.230 | - | 500.869 | 394.853 |
| Operações de crédito | 850.501 | - | - | 850.501 | 696.524 |
| Outros créditos | 328.476 | 452.449 | (70.990) | 709.935 | 612.542 |
| Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito | (64.683) | (51.653) | - | (116.336) | (88.413) |
| Outros valores e bens | 2.558 | 2.209 | - | 4.767 | 2.999 |

| | | | | | |
|---|------------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 3.493.053 | 161.804 | (116.703) | 3.538.154 | 3.304.083 |
| Realizável a longo prazo | 3.315.409 | 108.141 | - | 3.423.550 | 3.202.702 |
| Instrumentos Financeiros | 3.125.515 | 62.551 | - | 3.188.066 | 2.962.251 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 134.932 | - | - | 134.932 | 327.243 |
| Títulos e valores mobiliários | 582.520 | - | - | 582.520 | 536.912 |
| Relações interfinanceiras | 64.074 | - | - | 64.074 | 59.768 |
| Operações de crédito | 2.215.956 | - | - | 2.215.956 | 1.846.558 |
| Outros créditos | 128.033 | 62.551 | - | 190.584 | 191.770 |
| Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito | (63.943) | - | - | (63.943) | (48.761) |
| Créditos Tributários | 176.706 | 45.590 | - | 222.296 | 216.916 |
| Outros valores e bens | 77.131 | - | - | 77.131 | 72.296 |
| Investimentos em Participação de Coligadas e Controladas | 116.703 | - | (116.703) | - | - |
| Outros Investimentos | 6 | - | - | 6 | 6 |
| Imobilizado de Uso | 181.659 | 70.875 | - | 252.534 | 236.273 |
| Intangível | 75.250 | 13.725 | - | 88.975 | 74.321 |
| Depreciações e Amortizações | (195.974) | (30.937) | - | (226.911) | (209.219) |
| Total do ativo | 7.319.532 | 706.412 | (220.600) | 7.805.344 | 7.239.542 |

| | | | | | |
|--|------------------|----------------|-----------------|------------------|------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | 4.919.782 | 522.876 | (95.120) | 5.347.538 | 5.090.172 |
| Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros | 4.775.622 | 78.461 | (95.120) | 4.758.963 | 4.373.682 |
| Depósitos | 4.676.763 | 2.353 | (24.130) | 4.654.986 | 4.280.166 |
| Relações interfinanceiras | 1.577 | 76.108 | (70.990) | 6.695 | 4.839 |
| Recursos de aceites e emissão de títulos | 40.364 | - | - | 40.364 | 43.873 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 56.918 | - | - | 56.918 | 44.804 |
| Outros Passivos | 144.160 | 444.415 | - | 588.575 | 716.490 |

| | | | | | |
|--|------------------|---------------|----------------|------------------|------------------|
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 1.838.428 | 20.725 | (8.777) | 1.850.376 | 1.618.314 |
| Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros | 1.548.514 | - | (8.777) | 1.539.737 | 1.324.435 |
| Depósitos | 1.427.559 | - | - | 1.427.559 | 1.192.276 |
| Captações no mercado aberto | 12.954 | - | (8.777) | 4177 | 7.814 |
| Recursos de aceites e emissão de títulos | 20.369 | - | - | 20.369 | 38.700 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 87.632 | - | - | 87.632 | 85.645 |
| Outros Passivos | 130.424 | 589 | - | 131.013 | 109.410 |
| Provisões | 149.657 | 20.136 | - | 169.793 | 174.118 |
| Receitas Diferidas | 9.833 | - | - | 9.833 | 10.351 |

| | | | | | |
|--|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
| Patrimônio líquido | 561.322 | 162.811 | (116.703) | 607.430 | 531.056 |
| Capital Social | 426.000 | 133.827 | (133.827) | 426.000 | 348.000 |
| Aumento de Capital | - | - | - | - | 78.000 |
| Reserva de Capital | - | 10.000 | (10.000) | - | - |
| Reserva de Lucro | 130.044 | 18.984 | (18.984) | 130.044 | 67.305 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 5.278 | - | - | 5.278 | (8.177) |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | - | - | - | - | - |
| Participação de Não Controladores | - | - | 46.108 | 46.108 | 45.928 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 7.319.532 | 706.412 | (220.600) | 7.805.344 | 7.239.542 |

Segue de forma resumida a demonstração do resultado consolidada em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

| | Banese 31.12.2021 | SEAC 31.12.2021 | Eliminações 31.12.2021 | Banese Consolidado | | |
|---|----------------------|--------------------|---------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | | | | 2º Semestre 2021 | Exercício 2021 | Exercício 2020 |
| Receitas de intermediação financeira | 710.872 | 13.874 | (5.159) | 396.528 | 719.587 | 653.234 |
| Despesas de intermediação financeira | (283.756) | (50.090) | 2.508 | (222.975) | (331.338) | (212.822) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 427.116 | (36.216) | (2.651) | 173.553 | 388.249 | 440.412 |
| Outras receitas/despesas operacionais | (255.485) | 55.375 | (2.626) | (101.313) | (202.736) | (277.589) |
| Despesas de provisões | (27.987) | (5.162) | - | (15.696) | (33.149) | (68.904) |
| Resultado operacional | 143.644 | 13.997 | (5.277) | 56.544 | 152.364 | 93.919 |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação | 143.644 | 13.997 | (5.277) | 56.544 | 152.364 | 93.919 |
| Imposto de renda e contribuição social | (47.465) | (5.135) | - | (18.246) | (52.600) | (24.955) |
| Participações estatutárias no lucro | (12.440) | - | - | (4.758) | (12.440) | (8.093) |
| Lucro líquido antes da participação de não controladores | 83.739 | 8.862 | (5.277) | 33.540 | 87.324 | 60.871 |
| Participação de não controladores | - | - | (3.585) | (594) | (3.585) | (11.968) |
| Lucro líquido | 83.739 | 8.862 | (8.862) | 32.946 | 83.739 | 48.903 |

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banese e sua controlada.

b. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando o critério pro rata die. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial, com exceção daquelas relativas a títulos descontados, as quais são atualizadas pelo método linear. As rendas das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito. As rendas a partir do 60º dia de atraso são reconhecidas no resultado quando de seu efetivo recebimento.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução – CMN nº 4.818/2020 e CPC 03(R2)), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das rendas auferidas e ajustadas por provisão para desvalorização, quando aplicável. Representam os recursos aplicados no mercado interbancário.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração. Os títulos e valores mobiliários possuem as seguintes classificações e formas de valorização:

- Títulos para negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo o ajuste a valor de mercado como contrapartida o resultado do período. São classificados no ativo circulante, independentemente da data do seu vencimento;
- Títulos Disponíveis para Venda** - são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;

- Títulos mantidos até o vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira do Banese para sua manutenção em carteira até o vencimento, conforme estudo realizado internamente, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

O Banese não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos Disponíveis para Venda".

f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

O Banese não opera com instrumentos financeiros derivativos, e os fundos exclusivos não possuem posição ativa em sua carteira nessa categoria de ativos na data base.

g. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são atualizados ao seu valor justo mediante cotação junto a instituições participantes do Mercado Financeiro em condições semelhantes à da posição detida na data-base. Na impossibilidade ou inexistência de cotações para os ativos em carteira, observam-se a curva de rentabilidade ou a precificação com desconto em fluxo de caixa com as condições negociais estabelecidas.

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

- Nível I** – São os instrumentos financeiros cujo valor justo é realizado mediante cotação junto a instituições participantes do Mercado Financeiro;
- Nível II** – São os instrumentos financeiros cujo valor justo é realizado através de outras metodologias não contempladas no nível I; observa-se a curva de rentabilidade ou a precificação com desconto em fluxo de caixa com as condições negociais estabelecidas;
- Nível III** – São instrumentos financeiros cujo valor justo é mensurado utilizando dados não observáveis no mercado. O Banese não possui instrumentos financeiros neste nível em 31.12.2021.

h. Relações interfinanceiras

Os créditos junto ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, estão registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data base e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS.

O Banco constituiu provisão de 50% para os contratos em validação e para os contratos decorrentes do processo de indício de multiplicidade. Na avaliação da Administração, a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

i. Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito

As operações de crédito, bem como as respectivas provisões constituídas são registradas no ativo circulante ou não circulante obedecendo aos prazos contratuais.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada e registrada observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina:

- A classificação das operações de crédito em nove níveis de risco AA (risco mínimo) até H (risco máximo), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;
- As operações de crédito em atraso classificadas em "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas a prejuízo e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial;
- As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;
- Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do artigo 4º (prazo dobrado);
- Com base no artigo 5º, a Instituição adota critério interno de classificação e constituição de provisão para as operações com pessoas físicas da carteira comercial, com responsabilidade total do devedor inferior a R\$ 50 mil, considerando informações pessoais, financeiras, históricas e externas dos clientes.

Nas operações de crédito rural, financiamento e financiamento habitacional com essas características, a classificação individual é feita de acordo com seu respectivo nível de risco (AA - H), conforme a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Administração revisa periodicamente os riscos e as estimativas de perda em relação à carteira de créditos, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682/1999. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco.

j. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica do Cosif "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no período. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada considerando a alíquota de 25%.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

Relatório de Desempenho 2021

Pode Contar **Banese**

O Governo Federal editou em 01 de março de 2021, a Medida Provisória nº 1.034, convertida na Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL do setor financeiro de 20% para 25% do lucro tributável, entre 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, retornando para 20% a partir de 01 de janeiro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

k. Outros valores e bens

Os bens imóveis não de uso próprio, são registrados pelo custo de aquisição, apurado entre o valor contábil da dívida e o valor de mercado do bem, o que for menor e, quando aplicável, ajustado por provisão para perdas.

As despesas antecipadas registram os valores decorrentes de pagamentos antecipados ou de acordos de cooperação, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo amortizadas conforme a duração contratual, associada à expectativa de geração dos resultados futuros desses acordos.

l. Investimentos, Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, considerando os seguintes aspectos:

- Avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as informações mensais individuais levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;
- Depreciação do Imobilizado de uso calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens considerando as seguintes taxas anuais:

| | |
|------------------------------------|-----------|
| Edificações | 4% |
| Equipamentos de uso | 10% |
| Sistemas de processamento de dados | 20% |
| Outros | 10% a 20% |

- Ativos Intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esse grupo está representado por aquisições de licença de *software*, que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. A amortização é calculada pelo método linear durante as suas vidas úteis estimadas, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

m. Redução do valor recuperável de ativos financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

n. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país - instituições oficiais

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e incluem, quando aplicável, os encargos até a data base, reconhecidos de forma *pro rata die*.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Para os processos judiciais em que o Banese e sua controlada figuram como réus, os assessores jurídicos classificam as ações em perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável e para os casos em que se discute a constitucionalidade da Lei, de acordo com a estimativa do valor da perda.

As provisões para perdas prováveis nos processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do Banese e sua controlada, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhantes, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Deliberação CVM nº 594/2009.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Para os ativos reconhecidos em períodos anteriores, que estão em fase de cálculo pericial, e gerem expectativa de ganho de valor inferior aos reconhecidos, foram constituídas provisões.

As obrigações legais são integralmente provisionadas qualquer que seja a probabilidade de perda da ação judicial.

p. Dívidas subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas diariamente pela taxa de emissão da operação.

q. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

r. Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações e considerando os benefícios conferidos aos seus titulares.

s. Benefício a empregados

O Banese mantém dois planos previdenciários administrados pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes e seus beneficiários, benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social: (a) O Plano de Benefícios SERGUS Saldado (PBSS), na modalidade Benefício Definido, que em Novembro/2018, teve seu processo de saldamento universal, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em que houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das contribuições normais. Conforme o regulamento do plano, os benefícios ofertados aos participantes e beneficiários do plano são: (i) suplementação de aposentadoria por invalidez, (ii) suplementação de aposentadoria por idade, (iii) suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, (iv) suplementação de pensão, (v) pecúlio por morte e (vi) suplementação de abono anual; (b) O Plano SERGUS CD, na modalidade de Contribuição Definida, onde o participante é quem define o valor de sua contribuição, e o benefício é estabelecido de acordo com o total de recursos acumulados na sua conta individual do Plano juntamente com a rentabilidade líquida dos investimentos.

t. JCP e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. O Banco por deliberação do Conselho de Administração pode declarar dividendos adicionais.

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Banese no período em que os dividendos são aprovados.

De acordo com o Estatuto os juros sobre capital próprio deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

u. Reapresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão de: (i) correção de erro na contabilização de juros sobre passivo atuarial, contabilizado totalmente no Patrimônio Líquido “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando deveria ser registrado em contas de resultado; (ii) correção de erro no registro da equivalência patrimonial; e (iii) reclassificação da linha de ganhos e perdas em outros resultados abrangentes na DFC, passando de variação de ativos e obrigações para ajuste ao lucro líquido.

Os valores estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

u.1) Balanço Patrimonial

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|---|----------------|----------------|----------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO DE COLIGADAS E CONTROLADAS (NOTA 11) | 118.927 | (2.680) | 116.247 | |
| Participação em Coligadas e Controladas | 118.927 | (2.680) | 116.247 | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 487.808 | (2.680) | 485.128 | |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | (23.952) | 15.775 | (8.177) | |
| Reservas de Lucros | 85.760 | (18.455) | 67.305 | |

Banese Consolidado

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|-----------------------------------|----------------|----------|----------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 531.056 | - | 531.056 | |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | (23.952) | 15.775 | (8.177) | |
| Reservas de Lucros | 85.760 | (18.455) | 67.305 | |
| Participação de Não Controladores | 43.248 | 2.680 | 45.928 | |

u.2) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | 31.12.2019 | | 01.01.2020 | |
|---------------------------------|----------------|----------|----------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 433.857 | - | 433.857 | |
| Reservas Estatutárias | 86.848 | (14.226) | 72.622 | |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | (39.470) | 14.226 | (25.244) | |

Banese Múltiplo

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|---------------------------------|----------------|----------------|----------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 487.808 | (2.680) | 485.128 | |
| Reservas Estatutárias | 47.305 | (18.455) | 28.850 | |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | (23.952) | 15.775 | (8.177) | |

Banese Consolidado

| | 31.12.2019 | | 01.01.2020 | |
|---------------------------------|----------------|----------|----------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 473.268 | - | 473.268 | |
| Reservas Estatutárias | 86.848 | (14.226) | 72.622 | |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | (39.470) | 14.226 | (25.244) | |

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|-----------------------------------|----------------|----------|----------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 531.056 | - | 531.056 | |
| Reservas Estatutárias | 47.305 | (18.455) | 28.850 | |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | (23.952) | 15.775 | (8.177) | |
| Participação de Não Controladores | 43.248 | 2.680 | 45.928 | |

u.3) Demonstração do Resultado

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|--|------------------|----------------|------------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS | (313.223) | (7.692) | (320.915) | |
| Resultado de Participações em Coligadas e Controlada (Nota 20 f) | 11.603 | (2.680) | 8.923 | |
| Outras Despesas Operacionais (NOTA 20 g) | (44.438) | (5.012) | (49.450) | |

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|---|-----------------|--------------|-----------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (15.460) | 2.256 | (13.204) | |
| IR e CSLL Diferidos (NOTA 22) | 53.883 | 2.256 | 56.139 | |

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|----------------------|---------------|----------------|---------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| LUCRO LÍQUIDO | 54.339 | (5.436) | 48.903 | |

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|--|------------------|----------------|------------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS | (272.577) | (5.012) | (277.589) | |
| Outras Despesas Operacionais (NOTA 20 g) | (53.457) | (5.012) | (58.469) | |

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|---|-----------------|--------------|-----------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (27.211) | 2.256 | (24.955) | |
| IR e CSLL Diferidos (NOTA 22) | 50.161 | 2.256 | 52.417 | |

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|--|----------------|----------------|-----------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES (NOTA 18) | (9.288) | (2.680) | (11.968) | |

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|----------------------|---------------|----------------|---------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| LUCRO LÍQUIDO | 54.339 | (5.436) | 48.903 | |

u.4) Demonstração do Valor Adicionado

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|--|----------------|----------------|----------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| Outras receitas/despesas operacionais/despesas provisões | (72.722) | (5.012) | (77.734) | |
| Valor Adicionado Bruto | 362.787 | (5.012) | 357.775 | |
| Valor Adicionado Recebido em Transferência | 11.603 | (2.680) | 8.923 | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 11.603 | (2.680) | 8.923 | |
| Valor Adicionado a Distribuir | 358.078 | (7.692) | 350.386 | |
| Governo | 54.607 | (2.256) | 52.351 | |
| Imposto de renda e contribuição social | (14.736) | (2.256) | (16.992) | |
| (Prejuízo)/Lucro Retido | 41.175 | (5.436) | 35.739 | |
| Valor Adicionado Distribuído | 358.078 | (7.692) | 350.386 | |

Banese Consolidado

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|--|----------------|----------------|----------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| Outras receitas/despesas operacionais/despesas provisões | 4.375 | (5.012) | (637) | |
| Valor Adicionado Bruto | 454.718 | (5.012) | 449.706 | |
| Valor Adicionado a Distribuir | 434.621 | (5.012) | 429.609 | |
| Governo | 87.048 | (2.256) | 84.792 | |
| Imposto de renda e contribuição social | 9.676 | (2.256) | 7.420 | |
| Participação não Controladores | 9.288 | 2.680 | 11.968 | |
| (Prejuízo)/Lucro Retido | 41.175 | (5.436) | 35.739 | |
| Valor Adicionado Distribuído | 434.621 | (5.012) | 429.609 | |

u.5) Demonstração do Resultado Abrangente

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|---|---------------|----------------|---------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO | 54.339 | (5.436) | 48.903 | |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado - Passivo Atuarial | 15.518 | 15.775 | 31.293 | |
| RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO | 69.857 | 10.339 | 80.196 | |

u.6) Demonstração do Fluxo de Caixa

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|---|----------------|-----------------|----------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| Lucro Líquido Ajustado | 161.501 | 15.518 | 177.019 | |
| Lucro Líquido | 54.339 | (5.436) | 48.903 | |
| Ajuste ao Lucro Líquido | 107.162 | 20.954 | 128.116 | |
| Ganhos/(Perdas) Outros Resultados Abrangentes | - | 20.954 | 20.954 | |
| Variação de Ativos e Obrigações | 52.214 | (15.518) | 36.696 | |
| Ganhos/(Perdas) Outros Resultados Abrangentes | 15.518 | (15.518) | - | |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS | 213.175 | - | 213.175 | |
| AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | 113.913 | - | 113.913 | |

Banese Consolidado

| | 31.12.2020 | | 31.12.2020 | |
|---|----------------|-----------------|-----------------|--|
| | Original | Ajustes | Reapresentado | |
| Lucro Líquido Ajustado | 147.467 | 15.518 | 162.985 | |
| Lucro Líquido | 54.339 | (5.436) | 48.903 | |
| Ajuste ao Lucro Líquido | 93.128 | 20.954 | 114.082 | |
| Ganhos/(Perdas) Outros Resultados Abrangentes | - | 20.954 | 20.954 | |
| Variação de Ativos e Obrigações | 2.657 | (15.518) | (12.861) | |
| Ganhos/(Perdas) Outros Resultados Abrangentes | 15.518 | (15.518) | - | |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS | 150.124 | - | 150.124 | |
| AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | 113.876 | - | 113.876 | |

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|--|-----------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Caixa | 59.766 | 80.155 | 59.949 | 80.485 |
| Disponibilidade em moeda nacional | 59.766 | 80.155 | 59.828 | 80.170 |
| Disponibilidade em moeda estrangeira | - | - | 121 | 315 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1) | 253.285 | 647.004 | 253.285 | 647.004 |
| Aplicações no Mercado Aberto | 253.285 | 647.004 | 253.285 | 647.004 |
| Total de caixa e equivalente de caixa | 313.051 | 727.159 | 313.234 | 727.489 |

Relatório de Desempenho 2021

B A N E S E . C O M . B R

Pode Contar 

Banese Consolidado

| | Sem | | | | | TOTAL | | |
|--|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | Venci-mento | Até 3 Meses | 3 a 12 Meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Para negociação | 18.650 | 5.262 | - | 609.863 | 111.835 | - | 745.610 | 809.492 |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - | - | 609.863 | 111.835 | - | 721.698 | 690.106 |
| Certificado de Depósito Bancário (1) | - | 5.262 | - | - | - | - | 5.262 | 5.041 |
| Fundos abertos multi-mercado | 4 | - | - | - | - | - | 4 | 4 |
| Fundos exclusivos multi-mercado (NOTA a.4) | 3.353 | - | - | - | - | - | 3.353 | 3.970 |
| Fundos exclusivos de direito creditório (NOTA a.4) | 15.283 | - | - | - | - | - | 15.283 | 110.363 |
| Fundos abertos de renda fixa | 10 | - | - | - | - | - | 10 | 8 |
| Mantidos até o vencimento | - | 52.222 | 79.875 | - | 358.581 | 223.938 | 714.616 | 547.148 |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | 52.222 | - | - | 358.581 | 208.568 | 619.371 | 443.280 |
| Letras Financeiras | - | - | 79.875 | - | - | - | 79.875 | 85.485 |
| CVS - Títulos do FCVS (2) | - | - | - | - | - | 15.370 | 15.370 | 18.383 |
| Total de TVM | 18.650 | 57.484 | 79.875 | 609.863 | 470.416 | 223.938 | 1.460.226 | 1.356.640 |
| Ativo circulante | - | - | - | - | - | - | 877.706 | 819.728 |
| Ativo realizável a longo prazo | - | - | - | - | - | - | 582.520 | 536.912 |

(1) Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A.

(2) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

a.2 Carteira da Banese Múltiplo e Banese Consolidado por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:

Banese Múltiplo

| | 31.12.2021 | | | 31.12.2020 | | | | |
|--|------------------|------------------|---------------------------|------------------|------------------|------------------|---------------------------|------------------|
| | Custo Atualizado | Valor de Mercado | Ajuste a valor de Mercado | Valor contábil | Custo Atualizado | Valor de Mercado | Ajuste a valor de Mercado | Valor contábil |
| Títulos para negociação | 731.211 | 730.327 | (5.718) | 730.327 | 700.999 | 699.129 | (1.870) | 699.129 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 709.577 | 708.710 | (5.694) | 708.710 | 684.134 | 682.285 | (1.849) | 682.285 |
| Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra (1) | 13.005 | 12.988 | (24) | 12.988 | 7.842 | 7.821 | (21) | 7.821 |
| Certificado de Depósito Bancário | 5.262 | 5.262 | - | 5.262 | 5.041 | 5.041 | - | 5.041 |
| Fundos exclusivos multi-mercado (NOTA a.4) | 3.353 | 3.353 | - | 3.353 | 3.970 | 3.970 | - | 3.970 |
| Fundos abertos multi-mercado | 4 | 4 | - | 4 | 4 | 4 | - | 4 |
| Fundos de renda fixa | 10 | 10 | - | 10 | 8 | 8 | - | 8 |
| Títulos mantidos até o vencimento | 714.616 | 712.394 | (2.222) | 714.616 | 547.148 | 543.368 | (3.780) | 547.148 |
| Letras Financeiras do Tesouro - carteira própria | 619.371 | 617.846 | (1.525) | 619.371 | 443.280 | 439.015 | (4.265) | 443.280 |
| Letra Financeira | 79.875 | 79.875 | - | 79.875 | 85.485 | 85.485 | - | 85.485 |
| CVS - Títulos do FCVS (2) | 15.370 | 14.673 | (697) | 15.370 | 18.383 | 18.868 | 485 | 18.383 |
| Total | 1.445.827 | 1.442.721 | (7.940) | 1.444.943 | 1.248.147 | 1.242.497 | (5.650) | 1.246.277 |

(1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;

(2) Os CVS são apurados a partir do preço unitário divulgado pela B3 SA. - Brasil, Bolsa, Balcão, através de metodologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Banese Consolidado

| | 31.12.2021 | | | 31.12.2020 | | | | |
|--|------------------|------------------|---------------------------|------------------|------------------|------------------|---------------------------|------------------|
| | Custo Atualizado | Valor de Mercado | Ajuste a valor de Mercado | Valor contábil | Custo Atualizado | Valor de Mercado | Ajuste a valor de Mercado | Valor contábil |
| Títulos para negociação | 746.494 | 745.610 | (5.718) | 745.610 | 811.362 | 809.492 | (1.870) | 809.492 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 709.577 | 708.710 | (5.694) | 708.710 | 684.134 | 682.285 | (1.849) | 682.285 |
| Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra (1) | 13.005 | 12.988 | (24) | 12.988 | 7.842 | 7.821 | (21) | 7.821 |
| Certificado de Depósito Bancário | 5.262 | 5.262 | - | 5.262 | 5.041 | 5.041 | - | 5.041 |
| Fundos exclusivos multi-mercado (NOTA a.4) | 3.353 | 3.353 | - | 3.353 | 3.970 | 3.970 | - | 3.970 |
| Fundos abertos multi-mercado | 4 | 4 | - | 4 | 4 | 4 | - | 4 |
| Fundos exclusivos de direito creditório (NOTA a.4) | 15.283 | 15.283 | - | 15.283 | 110.363 | 110.363 | - | 110.363 |
| Fundos de renda fixa | 10 | 10 | - | 10 | 8 | 8 | - | 8 |
| Títulos mantidos até o vencimento | 714.616 | 712.394 | (2.222) | 714.616 | 547.148 | 543.368 | (3.780) | 547.148 |
| Letras Financeiras do Tesouro - carteira própria | 619.371 | 617.846 | (1.525) | 619.371 | 443.280 | 439.015 | (4.265) | 443.280 |
| Letra Financeira | 79.875 | 79.875 | - | 79.875 | 85.485 | 85.485 | - | 85.485 |
| CVS - Títulos do FCVS (2) | 15.370 | 14.673 | (697) | 15.370 | 18.383 | 18.868 | 485 | 18.383 |
| Total | 1.461.110 | 1.458.004 | (7.940) | 1.460.226 | 1.358.510 | 1.352.860 | (5.650) | 1.356.640 |

(1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;

(2) Os CVS são apurados a partir do preço unitário divulgado pela B3 SA. - Brasil, Bolsa, Balcão, através de metodologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

O Banese declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Para os títulos nesta categoria, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, não está registrado na contabilidade.

Não houve reclassificação entre as categorias de títulos durante o período.

a.3 Valor justo por níveis

Banese Múltiplo

| | Valor Contábil | | Valor Justo | |
|-----------------------------------|------------------|----------|------------------|----------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 1 | Nível 2 |
| Títulos para Negociação | 730.327 | - | 721.698 | 8.627 |
| Títulos Mantidos até o Vencimento | 714.616 | - | 617.846 | 94.547 |
| Total | 1.444.943 | - | 1.339.544 | 103.174 |

Banese Consolidado

| | Valor Contábil | | Valor Justo | |
|-----------------------------------|------------------|----------|------------------|----------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 1 | Nível 2 |
| Títulos para Negociação | 745.610 | - | 721.698 | 23.912 |
| Títulos Mantidos até o Vencimento | 714.616 | - | 617.846 | 94.548 |
| Total | 1.460.226 | - | 1.339.544 | 118.460 |

a.4 Banese Múltiplo e Banese Consolidado - Composição dos fundos exclusivos:

Banese Múltiplo

| | TOTAL | | | | | | |
|-------------------------------|-----------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|
| | Sem Venci-mento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 Anos | 5 a 15 Anos | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Títulos públicos | - | - | - | 1.312 | 1.312 | 1.255 | - |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - | - | 1.312 | 1.312 | 1.255 | - |
| Títulos privados | 1.978 | - | - | - | 1.978 | 2.637 | - |
| Cota de fundo de renda fixa | 1.978 | - | - | - | 1.978 | 2.637 | - |
| Caixa | 74 | - | - | - | 74 | 89 | - |
| Outras Obrigações | - | (10) | (1) | - | (11) | (11) | - |
| Valores a pagar/receber | - | (10) | (1) | - | (11) | (11) | - |
| Total | 2.052 | (10) | (1) | 1.312 | 3.353 | 3.970 | - |

Banese Consolidado

| | TOTAL | | | | | | |
|---|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|----------------|
| | Sem Venci-mento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 Anos | 5 a 15 Anos | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Títulos públicos | - | - | - | 1.312 | 1.553 | 2.865 | 4.483 |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - | - | 1.312 | 1.553 | 2.865 | 4.483 |
| Títulos privados | 9.422 | 6.390 | 669 | - | - | 16.481 | 107.046 |
| Cota de fundo de investimento multi-mercado | 7.444 | - | - | - | - | 7.444 | 651 |
| Cota de Fundo de Renda Fixa | 1.978 | - | - | - | - | 1.978 | 2.637 |
| Direitos Creditórios a receber | - | 6.390 | 669 | - | - | 7.059 | 103.758 |
| Caixa | 175 | - | - | - | - | 175 | 3.264 |
| Outras Obrigações | - | (884) | (1) | - | - | (885) | (460) |
| Valores a pagar/receber | - | (884) | (1) | - | - | (885) | (460) |
| Total | 9.597 | 5.506 | 668 | 1.312 | 1.553 | 18.636 | 114.333 |

As aplicações em cotas de fundos de investimento multi-mercado classificadas como títulos para negociação, estão sendo apresentadas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras por vencimento.

a. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

| | Banese Múltiplo | | | Banese Consolidado | | |
|--|------------------|----------------|----------------|--------------------|----------------|----------------|
| | 2º Semestre 2021 | Exercício 2021 | Exercício 2020 | 2º Semestre 2021 | Exercício 2021 | Exercício 2020 |
| Rendas de aplicações em operações compromissadas | 9.740 | 13.961 | 24.490 | 9.740 | 13.961 | 24.490 |
| Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros | 38.761 | 54.150 | 12.192 | 38.761 | 54.150 | 12.192 |
| Rendas de títulos de renda fixa | 45.619 | 65.711 | 29.707 | 45.619 | 65.711 | 29.707 |
| Rendas de aplicações em fundos de investimentos | 949 | 987 | 1.101 | 3.070 | 12.353 | 22.273 |
| Prejuízo de aplicações em fundos de investimentos | - | - | (249) | - | - | (249) |
| Prejuízo com títulos de renda fixa | (29) | (223) | - | (29) | (223) | - |
| Ajuste positivo ao valor de mercado | 3.463 | 4.329 | 1.318 | 3.463 | 4.329 | 1.318 |
| Ajuste negativo ao valor de mercado | (1.805) | (3.331) | (3.476) | (1.805) | (3.331) | (3.476) |
| Total | 96.698 | 135.584 | 65.083 | 98.819 | 146.950 | 86.255 |

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Estão compostas por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, por créditos vinculados representados por cumprimentos das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros recursos, por créditos junto ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH e por correspondentes, conforme demonstrados a seguir:

a. Relações interfinanceiras

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|---|-----------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Conta de pagamento instantâneo | 31.006 | 29.964 | 31.006 | 29.964 |
| Compulsório sobre depósitos à vista (1) | 107.769 | 76.386 | 107.769 | 76.386 |
| Compulsório sobre depósitos de poupança (2) | 268.511 | 258.747 | 268.511 | 258.747 |
| Créditos junto ao FCVS (3) | 100.477 | 93.302 | 100.477 | 93.302 |
| Provisão para perda de créditos junto ao FCVS (3) | (36.403) | (33.534) | (36.403) | (33.534) |
| BACEN - outros depósitos | - | 1 | - | 1 |
| Bancos oficiais | 232 | 251 | 232 | 251 |
| Direitos junto participação sistema de liquidação | 121 | 124 | 93.351 | 29.464 |
| Relações com Correspondentes | - | 40 | - | 40 |
| Total | 471.713 | 425.281 | 564.943 | 454.621 |
| Ativo circulante | 407.639 | 365.513 | 500.869 | 394.853 |
| Ativo realizável a longo prazo | 64.074 | 59.768 | 64.074 | 59.768 |

- (1) Não remunerado;
- (2) Remunerado pela mesma taxa da poupança. Conforme Circular BACEN 3.975/2020 a exigibilidade do recolhimento compulsório para cada modalidade de poupança é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento) sobre a base de cálculo;
- (3) Remunerado conforme a origem dos recursos (TR + 6,17% a.a. para poupança e TR + 3,12% a.a. para FGTS) e registrados pelo valor nominal atualizado pelos respectivos rendimentos até a data do balanço; O saldo corresponde a R\$ 27.671 (R\$ 26.234 - 31.12.2020) contratos validados pelo FCVS, R\$ 10.077 (R\$ 8.836 - 31.12.2020) contratos em processo de validação, R\$ 62.729 (R\$ 58.232 - 31.12.2020) contratos ref. processo indicio multiplicidade transitado em julgado. O Banco constituiu provisão de 50% para os contratos em validação e com indicio de multiplicidade. Na avaliação da Administração a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

b. Resultado das aplicações compulsórias

| | Banese Múltiplo e Consolidado | | |
|--|-------------------------------|---------------|---------------|
| | 2021 | 2021 | 2020 |
| Receita sobre créditos vinculados ao SFH (FCVS) | 3.572 | 7.550 | 59.882 |
| Atualização monetária e juros sobre recolhimentos compulsórios | 6.406 | 9.806 | 7.555 |
| Provisão sobre créditos vinculados ao SFH (FCVS) | (1.467) | (3.245) | (29.220) |
| Total | 8.511 | 14.111 | 38.217 |

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a. Composição por tipo de operação

| | Banese Múltiplo | |
|------------------------------|-----------------|------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Adiantamentos a depositantes | 368 | 438 |
| Empréstimos | 2.358.080 | 1.913.803 |
| Títulos Descontados | 829 | - |
| Financiamentos | | |

Relatório de Desempenho 2021

B A N E S E . C O M . B R



c. Composição da carteira classificada

Banese Múltiplo 31.12.2021

| Nível de Risco | Total | Comercial | Financiamento | Rural | Imobiliário | Outros Créditos | Valor da Provisão |
|----------------|------------------|------------------|---------------|----------------|----------------|-----------------|-------------------|
| AA | 1.371.831 | 1.371.831 | - | - | - | - | - |
| A | 1.098.896 | 288.010 | 15.843 | 114.086 | 419.875 | 261.082 | 5.495 |
| B | 467.634 | 380.292 | 44.302 | 22.812 | 13.386 | 6.842 | 4.676 |
| C | 192.004 | 146.555 | 30.714 | 11.362 | 2.827 | 546 | 5.760 |
| D | 58.423 | 52.494 | 381 | 4.066 | 1.191 | 291 | 5.842 |
| E | 25.236 | 22.899 | 20 | 2.037 | 30 | 250 | 7.571 |
| F | 37.166 | 21.413 | 2185 | 13.270 | 156 | 142 | 18.583 |
| G | 13.171 | 12.283 | 295 | 511 | - | 82 | 9.220 |
| H | 71.479 | 63.499 | 735 | 6.711 | 386 | 148 | 71.479 |
| Total | 3.335.840 | 2.359.276 | 94.475 | 174.855 | 437.851 | 269.383 | 128.626 |

Banese Múltiplo 31.12.2020

| Nível de Risco | Total | Comercial | Financiamento | Rural | Imobiliário | Outros Créditos | Valor da Provisão |
|----------------|------------------|------------------|---------------|----------------|----------------|-----------------|-------------------|
| Total | 2.798.266 | 1.914.240 | 89.437 | 128.325 | 411.079 | 255.185 | 102.709 |

Banese Consolidado – 31.12.2021

| Nível de Risco | Total | Comercial | Industrial | Rural | Imobiliário | Outros Créditos | Valor da Provisão (1) |
|----------------|------------------|------------------|---------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------------|
| AA | 1.371.831 | 1.371.831 | - | - | - | - | - |
| A | 1.406.412 | 288.010 | 15.843 | 114.086 | 419.875 | 568.598 | 7.193 |
| B | 501.487 | 380.292 | 44.302 | 22.812 | 13.386 | 40.695 | 5.126 |
| C | 196.472 | 146.555 | 30.714 | 11.362 | 2.827 | 5.014 | 6.169 |
| D | 63.573 | 52.494 | 381 | 4.066 | 1.191 | 5.441 | 6.801 |
| E | 29.812 | 22.899 | 20 | 2.037 | 30 | 4.826 | 9.920 |
| F | 41.500 | 21.413 | 2.185 | 13.270 | 156 | 4.476 | 22.080 |
| G | 17.183 | 12.283 | 295 | 511 | - | 4.094 | 13.630 |
| H | 103.430 | 63.499 | 735 | 6.711 | 386 | 32.099 | 109.360 |
| Total | 3.731.700 | 2.359.276 | 94.475 | 174.855 | 437.851 | 665.243 | 180.279 |

(1) Ao consolidar, há provisões registradas apenas na controladora, por ela ser a responsável pelo risco do cliente em operações de empréstimo vinculadas ao rotativo de cartão de crédito.

Banese Consolidado – 31.12.2020

| Nível de Risco | Total | Comercial | Industrial | Rural | Imobiliário | Outros Créditos | Valor da Provisão |
|----------------|------------------|------------------|---------------|----------------|----------------|-----------------|-------------------|
| Total | 3.099.840 | 1.914.240 | 89.437 | 128.325 | 411.079 | 556.759 | 137.174 |

d. Composição da carteira por setor de atividade econômica

| Descrição | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|-------------------|------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| | Valor | % | Valor | % |
| Pessoas físicas | 2.470.970 | 74,07 | 2.099.069 | 75,01 |
| Pessoas jurídicas | 332.555 | 9,97 | 244.021 | 8,72 |
| Indústria | 46.863 | 1,40 | 47.870 | 1,71 |
| Comércio | 285.692 | 8,57 | 196.151 | 7,01 |
| Rural | 174.854 | 5,24 | 128.325 | 4,59 |
| Habituação | 85.954 | 2,58 | 93.884 | 3,36 |
| Outros serviços | 271.507 | 8,14 | 232.967 | 8,33 |
| Total | 3.335.840 | 100,00 | 2.798.266 | 100,00 |

| Descrição | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|-------------------|------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| | Valor | % | Valor | % |
| Pessoas físicas | 2.866.830 | 76,82 | 2.400.643 | 77,44 |
| Pessoas jurídicas | 332.555 | 8,91 | 244.021 | 7,87 |
| Indústria | 46.863 | 1,26 | 47.870 | 1,54 |
| Comércio | 285.692 | 7,65 | 196.151 | 6,33 |
| Rural | 174.854 | 4,69 | 128.325 | 4,14 |
| Habituação | 85.954 | 2,30 | 93.884 | 3,03 |
| Outros serviços | 271.507 | 7,28 | 232.967 | 7,52 |
| Total | 3.731.700 | 100,00 | 3.099.840 | 100,00 |

e. Concentração de crédito

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|----------------------------|------------------|---------------|--------------------|------------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| | Saldo | % | Saldo | % |
| 10 maiores devedores | 150.840 | 4,52 | 20.473 | 5,34 |
| 11 a 60 maiores devedores | 208.130 | 6,24 | 7.531 | 193.627 |
| 61 a 160 maiores devedores | 119.759 | 3,59 | 9.985 | 103.733 |
| Demais clientes | 2.857.111 | 85,65 | 90.637 | 2.351.341 |
| Total | 3.335.840 | 100,00 | 128.626 | 2.798.266 |

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|----------------------------|------------------|---------------|--------------------|------------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| | Saldo | % | Saldo | % |
| 10 maiores devedores | 150.840 | 4,04 | 20.473 | 149.565 |
| 11 a 60 maiores devedores | 208.130 | 5,58 | 7.531 | 193.627 |
| 61 a 160 maiores devedores | 119.759 | 3,21 | 9.985 | 103.733 |
| Demais clientes | 3.252.971 | 87,17 | 142.290 | 2.652.915 |
| Total | 3.731.700 | 100,00 | 180.279 | 3.099.840 |

f. Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|---|-----------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa | 101.192 | 113.100 | 101.192 | 113.100 |
| (+) Constituição de provisão líquida no período | 67.846 | 45.306 | 67.846 | 45.306 |
| (-) Baixas de operações de crédito no período | (42.182) | (57.214) | (42.182) | (57.214) |
| Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa | 126.856 | 101.192 | 126.856 | 101.192 |

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|---|-----------------|--------------|--------------------|--------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão de outros créditos com característica de concessão | 1.517 | 1.580 | 1.517 | 1.580 |
| (+) Constituição de provisão líquida no período | 4.064 | 5.205 | 4.064 | 5.205 |
| (-) Baixas de operações de crédito no período | (3.811) | (5.268) | (3.811) | (5.268) |
| Saldo final da provisão de outros créditos com característica de concessão | 1.770 | 1.517 | 1.770 | 1.517 |

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|--|-----------------|------------|--------------------|---------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão sobre transações de pagamento | - | - | 38.030 | 38.367 |
| (+) Constituição de provisão líquida no período | - | - | - | 50.090 |
| (-) Baixas de operações de crédito no período | - | - | (36.467) | (35.451) |
| Saldo final da provisão sobre transações de pagamento | - | - | 51.653 | 38.030 |

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|--|-----------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa, outros créditos com característica de concessão e transações de pagamento | 128.626 | 102.709 | 180.279 | 137.174 |
| Ativo circulante | 64.683 | 53.948 | 116.336 | 88.413 |
| Ativo realizável a longo prazo | 63.943 | 48.761 | 63.943 | 48.761 |

g. Montante de operações renegociadas e recuperadas

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|-------------------------|-----------------|---------------|--------------------|----------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Dívidas renegociadas | 40.947 | 28.637 | 122.060 | 87.720 |
| Recuperação de créditos | 23.588 | 25.258 | 39.960 | 40.276 |
| Total | 64.535 | 53.895 | 162.020 | 127.996 |

h. Rendas de operações de crédito

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|--|------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2º Semestre 2021 | Exercício 2021 | 2º Semestre 2021 | Exercício 2021 |
| Empréstimos | 249.246 | 479.470 | 456.027 | 247.397 |
| Títulos descontados | 108 | 108 | 63 | 108 |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 10.523 | 23.588 | 25.258 | 10.523 |
| Financiamentos e empreendimentos imobiliários | 24.358 | 45.588 | 39.587 | 24.358 |
| Financiamentos rurais | 6.626 | 12.121 | 9.514 | 6.626 |
| Outros financiamentos | 186 | 302 | 299 | 186 |
| Total | 291.047 | 561.177 | 530.748 | 289.198 |

9. OUTROS CRÉDITOS

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|---|-----------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Rendas a receber | 3.235 | 3.375 | 12.240 | 13.842 |
| Serviços prestados a receber | 2.319 | 1.097 | 9.632 | 10.100 |
| Dividendos e Bonificações a receber | 914 | - | 914 | - |
| Outras rendas a receber | 2 | 2.278 | 1.694 | 3.742 |
| Diversos | 460.313 | 459.613 | 895.482 | 798.054 |
| Devedores por depósitos em garantia (Nota 9.1) | 140.954 | 146.256 | 176.759 | 180.819 |
| Adiantamentos e antecipações | 1.503 | 554 | 1.700 | 744 |
| Pagamentos a ressarir | 2.255 | 2.453 | 2.255 | 2.453 |
| Devedores diversos | 10.776 | 6.014 | 13.784 | 8.061 |
| Adiantamentos para pagamentos por nossa conta | 17.733 | 31.443 | 18.032 | 31.510 |
| Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito (Nota 8a) | 269.383 | 255.184 | 269.383 | 255.184 |
| Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito (1) | 17.709 | 17.709 | 17.709 | 17.709 |
| Valores a receber relativo a transações de pagamento (Nota 8a) | - | - | 395.860 | 301.574 |

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|--|-----------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem característica de concessão de crédito (2) | (7.039) | (7.039) | (7.203) | (7.584) |
| Total | 456.509 | 455.949 | 900.519 | 804.312 |
| Ativo circulante | 328.476 | 298.772 | 709.935 | 612.542 |
| Ativo realizável a longo prazo | 128.033 | 157.177 | 190.584 | 191.770 |

(1) Créditos decorrentes de precatórios;
(2) Provisão sobre precatório para Banese Múltiplo.

9.1 Devedores por depósito em garantia

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|--|-----------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Interposição de recursos previdenciários (1) | 21.603 | 38.804 | 21.603 | 38.804 |
| Interposição de recursos fiscais - Receita Federal (2) | 48.453 | 42.841 | 82.653 | 76.107 |
| Interposição de recursos municipais (3) | 18.644 | 22.471 | 18.644 | 22.471 |
| Interposição de recursos trabalhistas (4) | 46.043 | 34.520 | 47.602 | 35.792 |
| Interposição de recursos cíveis | 6.211 | 7.620 | 6.257 | 7.645 |
| Total | 140.954 | 146.256 | 176.759 | 180.819 |

(1) Depósitos para interposição de recursos previdenciários os quais pretendem a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco a funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição. Em 2021 houve atualização dos depósitos no montante de R\$ 985, e resgates de depósitos judiciais, pelo Banese, no total de R\$ 22.090 e novo depósito no montante de R\$ 4.627;
(2) Depósitos para interposição de recursos fiscais decorrentes do alargamento da base de cálculo do Pis e Cofins - Lei nº 9.718/98; Autuação multa isolada e compensações não homologadas;
(3) Depósitos para interposição de recursos fiscais municipais, onde alguns municípios pretendem o alargamento da base de cálculo do ISS, incluindo todas as receitas operacionais; Em 2021 houve atualização/depósitos no montante de R\$ 2.812, e resgates de depósitos judiciais, pelo Banese, no total de R\$ 6.639;
(4) Depósitos para interposição de recursos trabalhistas decorrente de ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais.

9.2 Créditos Tributários sobre Impostos e contribuições a compensar

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|---|-----------------|------------|--------------------|------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| COFINS - Lei nº 9.718/1998 (1) | 3.213 | 3.213 | 3.213 | 3.213 |
| CSLL (repetição de indébito ano 1989) (2) | 8.779 | 8.779 | 8.779 | 8.779 |
| PIS - Decretos nºs 2.445/1988 e 2.449/1988 (2) | 13.070 | 13.070 | 13.070 | 13.070 |
| Provisão PIS - Decretos / CSLL / COFINS (-) (3) | (17.292) | (17.357) | (17.292) | (17.357) |
| IRRF | - | - | 382 | 329 |
| IRPJ | 7.127 | 3.643 | 20.144 | 11.948 |
| CSLL | 5.088 | | | |

Relatório de Desempenho 2021



a.1) Letras Financeiras

| Papel | Banese Múltiplo e Consolidado | | | | |
|------------------|-------------------------------|----------------|-----------------|--------------------|------------|
| | Valor de Emissão | Valor Atual em | Data de Emissão | Data de Vencimento | |
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | | | |
| Letra Financeira | 20.850 | - | 21.051 | 10.01.2019 | 11.01.2021 |
| Letra Financeira | 17.000 | - | 17.009 | 19.06.2019 | 21.06.2021 |
| Letra Financeira | 11.000 | 11.621 | 11.118 | 22.06.2020 | 22.06.2022 |
| Letra Financeira | 19.000 | 19.590 | - | 11.01.2021 | 11.01.2023 |
| Total | 67.850 | 31.211 | 49.178 | | |

b. Composição de depósitos por prazos

| Banese Múltiplo | Sem vencimento | Até 90 dias | De 91 a 360 dias | Acima de 360 dias | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|-------------------------------------|------------------|----------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|
| | | | | | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Depósitos à vista | 1.158.353 | - | - | - | 1.158.353 | 1.046.963 |
| Depósitos de poupança | 1.937.941 | - | - | - | 1.937.941 | 1.879.392 |
| Depósitos interfinanceiros | - | 71.533 | 80.474 | - | 152.007 | 139.906 |
| Depósitos judiciais | 1.287.274 | - | - | - | 1.287.274 | 1.088.545 |
| Depósitos a prazo (1) | - | 55.278 | 85.426 | 1.427.559 | 1.568.263 | 1.463.781 |
| Depósitos especiais com remuneração | - | 484 | - | - | 484 | 240 |
| Total | 4.383.568 | 127.295 | 165.900 | 1.427.559 | 6.104.322 | 5.618.827 |

(1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

Banese Consolidado

| Banese Consolidado | Sem vencimento | Até 90 dias | De 91 a 360 dias | Acima de 360 dias | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|-------------------------------------|------------------|----------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|
| | | | | | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Depósitos à vista | 1.142.761 | - | - | - | 1.142.761 | 1.036.185 |
| Depósitos de poupança | 1.937.941 | - | - | - | 1.937.941 | 1.879.392 |
| Depósitos interfinanceiros | - | 71.533 | 80.474 | - | 152.007 | 139.906 |
| Depósitos judiciais | 1.287.274 | - | - | - | 1.287.274 | 1.088.545 |
| Depósitos a prazo (1) | - | 46.739 | 85.426 | 1.427.559 | 1.559.724 | 1.326.203 |
| Depósitos especiais com remuneração | - | 484 | - | - | 484 | 240 |
| Outros depósitos | 2.354 | - | - | - | 2.354 | 1.971 |
| Total | 4.370.330 | 118.756 | 165.900 | 1.427.559 | 6.082.545 | 5.472.442 |

(1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

c. Composição de obrigações por repasses por prazos

| Banese Múltiplo e Consolidado | Até 90 dias | De 91 a 360 dias | Acima de 360 dias | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|-------------------------------|---------------|------------------|-------------------|----------------|----------------|
| | | | | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| BNDDES | 641 | 2.284 | 7.897 | 10.822 | 12.488 |
| FINAME | 7 | 375 | 415 | 797 | 1.239 |
| BNB | 2.375 | 17.709 | 79.320 | 99.404 | 90.083 |
| FUNGETUR | 33.527 | - | - | 33.527 | 26.639 |
| Total | 36.550 | 20.368 | 87.632 | 144.550 | 130.449 |

As captações em depósitos a prazo são realizadas com clientes da instituição, predominantemente na modalidade de encargos pós fixados, tendo uma operação na modalidade pré-fixada, correspondente a menos 0,01% da carteira.

A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 95,12% (94,68% - 31.12.2020) da variação do CDI e os pré-fixados 96,66% - 4,25% acumulada até dezembro/2021 (102,55% - 2,84% acumulada até dezembro/2020).

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100,00% da variação do CDI.

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNB, BNDDES e Ministério do Turismo/FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais até dezembro de 2031. Os encargos financeiros para as operações não-rurais pós-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2021 variam de IPCA + 1,2178 % a.a. e IPCA + 5,9535% a.a. (31.12.2020 IPCA + 0,6937% a.a. e IPCA + 2,9792% a.a.), já o encargo financeiro anual para as operações rurais de investimento pré-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2021 foi de 5,75 % a.a. (31.12.2020 foi de 4,49% a.a.). Os encargos financeiros para as operações com recursos oriundos do BNDDES (FINAME/ Automático/ PROGEREN) até 31.12.2021 é uma composição de encargos pós-fixados TLP + 3,95% a TLP + 4,15% a.a. (31.12.2020 - (TJLP ou Selic) + 7,5% a 13,5% a.a.). O encargo financeiro anual para as operações pós-fixadas com recursos oriundos do Ministério do Turismo/FUNGETUR até 31.12.2021 foi de SELIC + 5,0% a.a. (31.12.2020 - INPC + 5,0% a.a.) para todas as finalidades disponíveis para contratação com esta fonte de recurso.

d. Despesas de captação

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|--|------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Depósitos judiciais | (25.826) | (36.388) | (25.826) | (36.388) |
| Depósitos de poupança | (39.535) | (59.943) | (39.535) | (59.943) |
| Depósitos a prazo | (49.745) | (69.912) | (48.767) | (67.565) |
| Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros | (349) | (500) | (184) | (339) |
| Fundo Garantidor de Créditos - FGC | (2.864) | (5.645) | (4.818) | (4.818) |
| Letras financeiras subordinadas - LFS | (9.871) | (18.179) | (9.871) | (18.179) |
| Letras financeiras - LF | (974) | (1.578) | (1.400) | (1.578) |
| Letras de crédito imobiliária - LCI | (868) | (1.270) | (985) | (1.270) |
| Depósitos interfinanceiros | (4.576) | (6.468) | (3.685) | (6.468) |
| Depósitos especiais com remuneração | (12) | (19) | (13) | (19) |
| Despesas com captações no mercado | (134.620) | (199.902) | (122.961) | (197.394) |
| Despesas de repasses BNDDES | (1.722) | (2.504) | (106) | (1.722) |
| Despesas de repasses FINAME | (20) | (40) | (62) | (40) |
| Despesas de repasses BNB | (5.425) | (9.400) | (5.885) | (9.400) |
| Despesas de repasses FUNGETUR | - | - | (163) | - |
| Despesas com empréstimos e repasses | (7.167) | (11.944) | (6.216) | (11.944) |
| Total das despesas de captação | (141.787) | (211.846) | (129.177) | (209.338) |

15. OUTROS PASSIVOS

| | Banese Múltiplo | | Banese Consolidado | |
|---|-----------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 2.607 | 498 | 2.948 | 660 |
| Outros tributos e assemelhados | 2.607 | 498 | 2.948 | 660 |
| Sociais e estatutárias - Dividendos e bonificações a pagar | 16.182 | 13.369 | 17.457 | 16.547 |
| Provisão para impostos e contribuições sobre lucros | - | 16.337 | - | 16.337 |
| Impostos e contribuições a recolher | 11.043 | 15.251 | 14.510 | 18.505 |
| Provisão para impostos e contribuições diferidos (1) | 4.318 | - | 4.318 | - |
| Dividas subordinadas (Nota 15 a) | 126.105 | 108.414 | 126.105 | 108.414 |
| Recursos em Trânsito de Terceiros | 298 | 262 | 298 | 262 |
| Diversas | 114.031 | 175.981 | 553.952 | 665.175 |
| Provisão para Garantias Financeiras Prestadas | 28 | 49 | 28 | 49 |
| Provisão para pagamentos - Despesas de pessoal | 52.232 | 75.683 | 56.192 | 78.927 |
| Provisão para pagamentos - Fornecedores | 22.568 | 18.580 | 25.953 | 21.693 |
| Passivo Atuarial (Nota 25) | 2.931 | 43.549 | 2.931 | 43.549 |
| Credores diversos - País | 11.263 | 13.635 | 26.781 | 22.638 |
| Recursos do FGTS para Amortizações | 197 | 277 | 197 | 277 |
| Credores por recursos a liberar | 6.514 | 7.212 | 6.514 | 7.212 |
| Obrigações por convênios oficiais | 1.306 | 1.655 | 1.306 | 1.655 |
| Outros valores | 16.992 | 15.341 | 16.992 | 15.341 |
| Obrigações por transações de pagamentos | - | - | 417.058 | 473.834 |
| Total | 274.584 | 330.112 | 719.588 | 825.900 |
| Passivo circulante | 144.160 | 221.649 | 588.575 | 716.490 |
| Passivo exigível a longo prazo | 130.424 | 108.463 | 131.013 | 109.410 |

(1) Impostos e contribuições diferidos sobre resultado positivo de Outros Resultados Abrangentes-ORA do cálculo atuarial.

a. Dividas Subordinadas

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, são as seguintes:

| Papel | Banese Múltiplo e Consolidado | | | | |
|---------------------------------|-------------------------------|----------------|-----------------|--------------------|------------|
| | Valor de Emissão | Valor Atual em | Data de Emissão | Data de Vencimento | |
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 | | | |
| Letras Financeiras Subordinadas | 46.997 | - | 92.809 | 24.07.2015 | 24.07.2023 |
| Letras Financeiras Subordinadas | 15.445 | 15.993 | 15.605 | 30.07.2015 | 31.07.2023 |
| Letras Financeiras Subordinadas | 98.420 | 110.112 | - | 16.04.2021 | 26.04.2029 |
| Total | 160.862 | 126.105 | 108.414 | | |

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a. Contingências ativas

O Banese possui registrado contingências ativas transitadas em julgado pelo Supremo Tribunal Federal, assim como possui, neste momento, processo judicial que gera expectativa de ganhos futuros e estão sob análise de peritos para conclusão dos montantes envolvidos a receber, conforme Nota 9.2.

b. Contingências passivas

O Banese e sua controlada figuram como réus em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

- Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais. Em 31 de dezembro de 2021, o montante provisionado a título de contingências trabalhistas é de R\$ 45.885 (R\$ 53.921 - 31.12.2020) no Banese Múltiplo e R\$ 51.092 (R\$ 58.035 - 31.12.2020) no Banese Consolidado.
- Os processos cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de ressarcimento e indenização por dano moral e patrimonial - R\$ 6.857 e correção dos saldos de poupança referente aos planos econômicos - Bresser, Verão e Collor I e II - R\$ 2.947 sendo o montante provisionado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 9.804 (R\$ 9.223 - 31.12.2020) no Banese Múltiplo e R\$ 14.820 (R\$ 11.675 - 31.12.2020) no Banese Consolidado.
- Os processos fiscais são decorrentes de alguns tributos e contribuições que o Banese vem discutindo na esfera administrativa e judicial, tais como: autuações fiscais previdenciárias as quais pretende a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco à funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição, compensações não homologadas pela Receita Federal do Brasil, tributos com exigibilidade suspensa como PIS Lei nº 9.718/98 e o ISSQN, onde alguns municípios incluíram, através de Decretos Municipais, todas as receitas operacionais em sua base de cálculo. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2021 R\$ 93.968 (R\$ 94.679 - 31.12.2020) no Banese Múltiplo e R\$ 103.881 no Banese Consolidado (R\$ 104.408 - 31.12.2020).

O procedimento utilizado pelo Banese para reconhecimento destas obrigações apresenta-se de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Deliberação CVM nº 594/2009. Os processos judiciais são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, por meio de avaliação na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, são provisionados os processos classificados como probabilidade de perda provável e as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade da Lei.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

| | Banese Múltiplo | | | Total | |
|---|--------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Fiscais | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Saldo inicial - dezembro do exercício anterior | 53.921 | 9.223 | 94.679 | 157.823 | 114.191 |
| Atualização monetária | 3.338 | 173 | 2.075 | 5.586 | 3.493 |
| Constituição líquida de reversões e baixas | 10.911 | 2.552 | 7.355 | 20.818 | 70.337 |
| Reversão de provisão | (15.380) | - | (9.149) | (24.529) | (14.659) |
| Pagamentos | (6.905) | (2.144) | (992) | (10.041) | (15.539) |
| Saldo final do período | 45.885 | 9.804 | 93.968 | 149.657 | 157.823 |
| | Banese Consolidado | | | Total | |
| | Trabalhistas | Cíveis | Fiscais | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Saldo inicial - dezembro do exercício anterior | 58.035 | 11.675 | 104.408 | 174.118 | 126.586 |
| Atualização monetária | 3.338 | 173 | 2.075 | 5.586 | 3.493 |
| Constituição líquida de reversões e baixas | 12.331 | 6.195 | 7.567 | 26.093 | 75.997 |
| Reversão de provisão | (15.380) | - | (9.149) | (24.529) | (14.659) |
| Pagamentos | (7.232) | (3.223) | (1.020) | (11.475) | (17.299) |
| Saldo final do período | 51.092 | 14.820 | 103.881 | 169.793 | 174.118 |

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto ao seu desfecho. São ações para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem da verificação e análise dos fatos, ou, ainda, apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de perda. As estimativas de perda para os processos assim classificados, de possível mensuração, montam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2021: trabalhista - R\$ 23.985 (R\$ 39.775 - 31.12.2020), cíveis - R\$ 39.061 (R\$ 28.224 - 31.12.2020) e fiscais R\$ 53.828 (R\$ 66.665 - 31.12.2020). Nestes grupos encontram-se causas de naturezas diversas, principalmente: indenização por danos morais, além de reclamações de natureza trabalhista, tais como isonomia salarial, reintegração de demitidos, indenização por LER, e processos previdenciários, PIS, COFINS e compensações de tributos não homologados pela Secretaria da Receita Federal.

c. Outros Assuntos

A Administração do Banese não possui processos administrativos movidos pelos Órgãos Reguladores.

17. RECEITAS DIFERIDAS

| | Banese Múltiplo e Consolidado | |
|--------------------------------|-------------------------------|---------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Rendas Antecipadas | 113 | 23 |
| Rendas Antecipadas - Icatu (1) | 9.720 | 10.328 |
| Total | 9.833 | 10.351 |

(1) Refere-se à receita em decorrência do convênio, celebrado em dezembro de 2017, pelo Banese com a Icatu Capitalização, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, para distribuição de produtos de capitalização.

18. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---|---------------------|---------------|
| | Representado | |
| Participação de 71,68% na Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A. | (116.703) | (116.247) |
| Patrimônio Líquido da Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A. | 162.811 | 162.175 |
| Total de participação de não controladores | 46.108 | 45.928 |

O Banese possui preponderância nas deliberações sociais, poder de eleger ou destituir seus administradores e controle operacional efetivo.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O Capital Social, totalmente integralizado, está representado por 7.642.545 ações ordinárias e 7.642.545 ações preferenciais sem valor nominal, todas em circulação. O acionista majoritário, o Estado de Sergipe, detém 93,63% das ações ordinárias e 86,09% das preferenciais.

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: I - Prioridade no reembolso do Capital Social, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Sociedade; II - Receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias; III - Inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade. IV - Participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e cada ação ordinária, sem limitação, corresponderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, salvo na hipótese de adoção do voto múltiplo para a eleição de membro do Conselho de Administração.

A Assembleia Geral Extraordinária de 15.10.2020 aprovou com parecer favorável dos Conselhos Fiscal e de Administração, o aumento do Capital Social no montante de R\$ 78.000, por incorporação de reservas, elevando o Capital Social de R\$ 348.000 para R\$ 426.000, homologado pelo Bacen em 06.01.2021.

A tabela a seguir demonstra o lucro por ação com base nas ações ordinárias e preferenciais em circulação:

| | 01.01.2021 | 01.01.2020 a |
|--|------------|--------------|
| | a 31.12. | |

Relatório de Desempenho 2021



O Banese registrou no período, JCP, no montante de R\$ 21.000.

c.3 Dividendos obrigatórios – de acordo com o estatuto social do Banco, art. 44, parágrafo único, os juros sobre capital próprio pagos ou creditados aos acionistas, deverão ser imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a. Receitas de Prestações de Serviços

| | Banese Múltiplo | | | Banese Consolidado | | |
|---|-----------------|---------------|---------------|--------------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2021 | 2020 | 2021 | 2021 | 2020 |
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Rendas de serviços prestados a correntistas | 10.169 | 20.663 | 7.363 | 66.113 | 122.227 | 86.680 |
| Convênios de arrecadação/pagamento | 20.930 | 36.412 | 44.780 | 20.930 | 36.412 | 44.780 |
| Cobrança | 2.192 | 4.268 | 4.034 | 2.192 | 4.268 | 4.034 |
| Rendas de garantias prestadas | 96 | 191 | 194 | 96 | 191 | 194 |
| Total | 33.387 | 61.534 | 56.371 | 89.331 | 163.098 | 135.688 |

b. Receitas de Tarifas Bancárias

| | Banese Múltiplo | | | Banese Consolidado | | |
|---|-----------------|---------------|---------------|--------------------|---------------|---------------|
| | 2021 | 2021 | 2020 | 2021 | 2021 | 2020 |
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Devoluções de cheques | 367 | 658 | 804 | 367 | 658 | 804 |
| Transações com cheques | 313 | 608 | 897 | 313 | 608 | 897 |
| Tarifa de saques | 1.226 | 2.447 | 2.275 | 1.226 | 2.447 | 2.275 |
| Tarifas de Manutenção de conta | 18.699 | 37.068 | 38.310 | 18.699 | 37.068 | 38.310 |
| Tarifa de convênio – pagamento de salário | 839 | 1.514 | 1.512 | 839 | 1.514 | 1.512 |
| Tarifa de confecção de cartões | 106 | 154 | 245 | 106 | 154 | 245 |
| INSS sobre salários | 8.369 | 17.155 | 18.616 | 8.369 | 17.155 | 18.616 |
| Outras tarifas bancárias | 3.728 | 7.921 | 13.695 | 3.728 | 7.921 | 13.695 |
| Total | 33.647 | 67.525 | 76.354 | 33.647 | 67.525 | 76.354 |

| | Banese Múltiplo | | | Banese Consolidado | | |
|--|-----------------|----------------|----------------|--------------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2021 | 2020 | 2021 | 2021 | 2020 |
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Total de receita de prestação de serviços + tarifas bancárias | 67.034 | 129.059 | 132.725 | 122.978 | 230.623 | 212.042 |

c. Despesas de Pessoal

| | Banese Múltiplo | | | Banese Consolidado | | |
|---------------------------------|-----------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|------------------|
| | 2021 | 2021 | 2020 | 2021 | 2021 | 2020 |
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Salários | (55.716) | (105.895) | (150.954) | (66.907) | (127.027) | (168.964) |
| Encargos sociais | (9.067) | (17.514) | (19.662) | (10.028) | (19.527) | (21.091) |
| INSS sobre salários | (14.640) | (27.943) | (30.797) | (17.452) | (33.194) | (35.679) |
| Remuneração dos Administradores | (2.070) | (3.939) | (3.211) | (3.450) | (6.184) | (4.384) |
| Benefícios | (11.978) | (22.466) | (28.257) | (15.065) | (28.625) | (33.982) |
| Treinamento | (343) | (501) | (275) | (520) | (844) | (337) |
| Estagiários | (182) | (373) | (423) | (251) | (524) | (636) |
| Total | (93.996) | (178.631) | (233.579) | (113.673) | (215.925) | (265.073) |

d. Outras Despesas Administrativas

| | Banese Múltiplo | | | Banese Consolidado | | |
|------------------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|------------------|
| | 2021 | 2021 | 2020 | 2021 | 2021 | 2020 |
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Processamento de dados | (12.205) | (25.381) | (22.017) | (14.742) | (30.986) | (26.518) |
| Serviços do sistema financeiro | (6.096) | (14.149) | (6.241) | (6.168) | (14.282) | (6.352) |
| Depreciações e amortizações | (6.578) | (14.007) | (16.312) | (8.924) | (18.494) | (20.097) |
| Comunicação | (1.338) | (2.460) | (2.870) | (4.267) | (8.112) | (9.641) |
| Serviços de vigilância e segurança | (4.501) | (9.312) | (10.410) | (4.934) | (10.183) | (11.208) |
| Serviços técnicos especializados | (13.569) | (23.940) | (14.910) | (25.820) | (48.815) | (37.966) |
| Aluguéis | (1.474) | (3.340) | (4.210) | (1.652) | (3.678) | (4.622) |
| Manutenção e conservação de bens | (4.755) | (8.353) | (7.677) | (10.413) | (9.676) | (9.676) |
| Propaganda e publicidade | (2.980) | (4.884) | (4.664) | (5.866) | (9.530) | (9.203) |
| Material | (614) | (1.193) | (1.035) | (1.502) | (3.027) | (2.648) |
| Serviços de terceiros | (30.346) | (58.162) | (53.507) | (34.007) | (64.463) | (57.475) |
| Água, energia e gás | (3.410) | (6.121) | (5.224) | (3.756) | (6.749) | (5.700) |
| Transporte | (5.449) | (10.599) | (9.761) | (5.782) | (11.211) | (10.419) |
| Seguro | (1.437) | (4.039) | (3.616) | (1.477) | (4.165) | (3.800) |
| Promoções e relações públicas | (7.753) | (8.414) | (2.827) | (7.824) | (8.645) | (2.969) |
| Doações | - | - | (3.250) | (1.565) | (3.368) | (6.159) |
| Outras | (4.354) | (8.188) | (6.817) | (6.404) | (11.666) | (8.535) |
| Total | (106.859) | (202.542) | (175.348) | (140.488) | (267.787) | (232.988) |

e. Despesas Tributárias

| | Banese Múltiplo | | | Banese Consolidado | | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|--------------------|-----------------|-----------------|
| | 2021 | 2021 | 2020 | 2021 | 2021 | 2020 |
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Contribuição ao Cofins | (13.104) | (25.267) | (26.282) | (21.978) | (41.594) | (39.638) |
| Contribuição ao PIS - Papep | (2.138) | (4.116) | (4.272) | (4.025) | (7.571) | (7.103) |
| Imposto sobre serviços de qualquer natureza | (3.390) | (6.524) | (6.697) | (6.331) | (11.917) | (10.981) |
| Tributos federais | (84) | (197) | (267) | (84) | (197) | (267) |
| Tributos estaduais | (14) | (37) | (34) | (14) | (37) | (34) |
| Tributos municipais | (2) | (153) | (856) | (2) | (377) | (1.059) |
| Outras | (348) | (701) | (739) | (517) | (984) | (755) |
| Total | (19.080) | (36.995) | (39.147) | (32.951) | (62.677) | (59.837) |

f. Outras Receitas Operacionais(*)

| | Banese Múltiplo | | | Banese Consolidado | | |
|---|-----------------|---------------|---------------|--------------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2021 | 2020 | 2021 | 2021 | 2020 |
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Recuperação de encargos e despesas | 706 | 3.548 | 1.116 | 706 | 3.548 | 1.116 |
| Recuperação de créditos baixados para prejuízo | - | - | - | 4.783 | 8.302 | 7.611 |
| Reversão de provisões operacionais | 18.136 | 27.597 | 5.700 | 18.860 | 29.024 | 7.693 |
| Atualização monetária de tributos | 3.085 | 7.452 | 3.000 | 3.085 | 7.452 | 3.000 |
| Juros, multas e descontos obtidos na operação de cartão | - | - | - | 38.083 | 94.027 | 82.099 |
| Cessão de crédito – SEAC | 10.787 | 11.382 | 7.273 | 8.303 | 8 | 2 |
| Descontos financeiros com antecipação de repasse | - | - | - | 13.949 | 16.487 | 1.368 |
| Lucro na alienação de bens e investimentos | 73 | 73 | 15 | 30 | 73 | 15 |
| Ganhos de capital | 1.420 | 1.524 | 227 | 1.426 | 1.530 | 227 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos | - | - | 28 | - | - | 28 |
| Atualização monetária | - | - | 7 | 817 | 1.156 | 856 |
| Juros passivo atuarial | - | 9.583 | - | - | 9.583 | - |
| Outras | 7.027 | 7.453 | 17.595 | 8.158 | 9.487 | 22.721 |
| Total | 41.191 | 68.612 | 34.961 | 98.200 | 180.677 | 126.736 |

(*) Em atendimento à Resolução BCB nº 02, as receitas não operacionais estão incluídas no grupo das receitas operacionais.

g. Outras Despesas Operacionais(*)

| | Banese Múltiplo | | | Banese Consolidado | | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|--------------------|-----------------|-----------------|
| | 2021 | 2021 | 2020 | 2021 | 2021 | 2020 |
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Contribuição ao SFH | (211) | (498) | (194) | (211) | (498) | (194) |
| Operações de crédito - descontos concedidos | (357) | (4.473) | (4.265) | (9.527) | (18.589) | (9.123) |
| Variação Monetária INSS | (216) | (256) | (105) | (216) | (256) | (105) |
| Despesas Financeiras | - | - | - | (210) | (3.113) | (181) |
| Despesa Convênio TJ (1) | (7.658) | (17.209) | (17.513) | (7.658) | (17.209) | (17.513) |
| Despesa com prêmio de fidelização (2) | (171) | (411) | (5.299) | (371) | (835) | (5.846) |
| Cessão de crédito – SEAC | (146) | (2.917) | (2.181) | (146) | (2.917) | (2.181) |
| Prejuízo na alienação de valores, bens e investimentos | (94) | (101) | (44) | (94) | (108) | (53) |
| Perdas de capital | (4.661) | (6.014) | (1.120) | (5.639) | (7.454) | (2.333) |
| Juros Passivo Atuarial | (647) | (1.270) | (5.012) | (647) | (1.270) | (5.012) |
| Outras provisões | - | - | (2.167) | - | - | (2.167) |
| Outras despesas operacionais | (4.684) | (7.116) | (11.550) | (10.660) | (15.398) | (13.761) |
| Total | (18.845) | (40.265) | (49.450) | (35.379) | (67.647) | (58.469) |

(*) Em atendimento à Resolução BCB nº 02, as despesas não operacionais estão incluídas no grupo das despesas operacionais.

(1) Referem-se às despesas decorrentes do convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

(2) Referem-se às despesas com fidelização dos clientes oriundas da cessão da carteira de crédito da SEAC.

h. Despesas Provisões

| | Banese Múltiplo | | | Banese Consolidado | | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|--------------------|-----------------|-----------------|
| | 2021 | 2021 | 2020 | 2021 | 2021 | 2020 |
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Despesas de provisões Passivas – contingências trabalhistas | (4.812) | (15.557) | (45.430) | (5.635) | (16.957) | (47.440) |
| Despesas de provisões Passivas – contingências civis | (1.036) | - | (8.739) | (3.663) | (6.386) | (10.452) |
| Despesas de provisões Passivas – contingências fiscais | (6.255) | (9.574) | (9.029) | (6.398) | (9.778) | (10.965) |
| Despesas de provisões Passiva – Outras | - | (13) | (47) | - | (13) | (47) |
| Despesas de provisões Passiva – Garantia Financeira | - | (15) | - | - | (15) | - |
| Total | (12.103) | (27.987) | (63.245) | (15.696) | (33.149) | (68.904) |

21. EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

A Resolução CMN nº 4.192/2013 dispõe sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal, enquanto a Resolução CMN nº 4.193/2013 instituiu o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nºs 3.644/2013, 3.652/2013, 3.679/2013 e 3.696/2014 para risco de crédito; das Circulares BACEN nºs 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 04/03/2013, para risco de mercado; da Circular BACEN nº 3.640/2013 para risco operacional.

Para a parcela de risco operacional, o BANESE utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS). Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.957/2021, o Índice de Imobilização apurado em relação ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial foi de 14,53%, estando, portanto, em conformidade com o máximo permitido pelo BACEN, que é de 50%.

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices, bem como os Ativos Ponderados de Risco, em 31/12/2021, estão demonstrados abaixo:

| | 31.12.2021 |
|--|------------------|
| Patrimônio de Referência | 613.250 |
| Patrimônio de referência nível I (Capital Principal + Capital Complementar) | 499.939 |
| Capital Principal – CP | 499.939 |
| Capital Social + Participação de Não Controladores | 472.108 |
| Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros | 130.044 |
| Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceção de Hedge de Fluxo de Caixa | 5.278 |
| Sobras ou Lucros Acumulados | - |
| Contas de Resultado Credoras | - |
| Contas de Resultado Devedoras | - |
| Perdas ou Prejuízos Acumulados | - |
| Depósito Para Suficiência de Capital | - |
| Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal | - |
| Total de Deduções de Ajustes Prudenciais | 107.491 |
| Não Realizadas - Avaliação Patrimonial e TVM | - |
| Ajustes Prudenciais Exceção Participações Não Consolidadas e Crédito Tributário | 73.164 |
| Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis | 25.482 |
| Ajuste Prudencial VIII - Demais Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e relacionados à CSLL | 1.574 |
| Ajuste Prudencial XIV - Participação de não Controladores em Subsidiárias não Autorizadas Pelo BCB | 46.108 |
| Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução 4.277/13 | - |
| Ajustes Prudenciais V, VII e X - Créditos Tributários e Investimentos Superiores em Asse- | 34.327 |
| melhadas e Instituições Financeiras | 34.327 |
| Ajuste Prudencial - Créditos Tributários de Diferença Temporária - excedente a 10% do CP III | - |
| Capital Complementar | 113.311 |
| Instrumentos Elegíveis ao Nível II | 113.311 |
| Autorizados em conformidade com a Resolução CMN 4.192/13 - Com redutor | 113.311 |
| Redutor 0% | 110.112 |
| Redutor 20% | 3.199 |
| Redutor 40% | - |
| Redutor 60% | - |
| Redutor 80% | - |
| Redutor 100% | - |
| Ativos Ponderados de Risco: | 4.662.289 |
| Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA CPAD) | 4.197.223 |
| a) Por Fator de Ponderação (FPR): | - |
| FPR de 2% | - |
| FPR de 20% | 12.866 |
| FPR de 35% | 122.644 |
| FPR de 50% | 629.090 |
| FPR de 75% | 1.762.966 |
| FPR de 85% | - |
| FPR de 100% | 1.516.940 |
| FPR de 150% | - |
| FPR de 250% | 133.566 |
| FPR de 300% | - |
| FPR de 909,09% | - |
| FPR de 1.250% | 19.150 |
| b) Por Tipo: | - |
| Ativos | |

Relatório de Desempenho 2021



Banese Múltiplo

| Período | Realização do Crédito de IR | | Realização do Crédito de CSLL | | Total | |
|---------------------------|-----------------------------|----------------|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Valor Previsto | Valor Presente | Valor Previsto | Valor Presente | Valor Previsto | Valor Presente |
| 2022 | 8.907 | 8.003 | 7.125 | 6.402 | 16.032 | 14.405 |
| 2023 | 8.464 | 6.783 | 6.772 | 5.427 | 15.236 | 12.210 |
| 2024 | 4.267 | 3.068 | 3.414 | 2.454 | 7.681 | 5.522 |
| 2025 | 4.267 | 2.764 | 3.414 | 2.212 | 7.681 | 4.976 |
| 2026 | 4.267 | 2.493 | 3.414 | 1.994 | 7.681 | 4.487 |
| Acima de 5 anos | 54.162 | 23.000 | 43.328 | 18.400 | 97.490 | 41.400 |
| Total – 31.12.2021 | 84.334 | 46.111 | 67.467 | 36.889 | 151.801 | 83.000 |
| Total – 31.12.2020 | 92.982 | 71.787 | 74.388 | 57.432 | 167.370 | 129.219 |

Banese Consolidado

| Período | Realização do Crédito de IR | | Realização do Crédito de CSLL | | Total | |
|---------------------------|-----------------------------|----------------|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Valor Previsto | Valor Presente | Valor Previsto | Valor Presente | Valor Previsto | Valor Presente |
| 2022 | 10.697 | 9.611 | 8.199 | 7.367 | 18.896 | 16.978 |
| 2023 | 10.851 | 8.696 | 8.822 | 7.069 | 19.673 | 15.765 |
| 2024 | 6.057 | 4.354 | 4.488 | 3.226 | 10.545 | 7.580 |
| 2025 | 6.057 | 3.923 | 4.488 | 2.908 | 10.545 | 6.831 |
| 2026 | 6.057 | 3.539 | 4.488 | 2.621 | 10.545 | 6.160 |
| Acima de 5 anos | 63.107 | 27.704 | 48.695 | 21.223 | 111.802 | 48.927 |
| Total – 31.12.2021 | 102.826 | 57.827 | 79.180 | 44.414 | 182.006 | 102.241 |
| Total – 31.12.2020 | 108.172 | 84.868 | 84.274 | 66.018 | 192.446 | 150.886 |

O total do valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2021, para Banese Múltiplo, é de R\$ 83.000 (R\$ 129.219 – 31.12.2020), e para Banese Consolidado R\$ 102.241 (R\$ 150.886 – 31.12.2020), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes. A capacidade de realização do crédito tributário da SEAC, no montante de R\$ 19.241, está baseada em projeções de resultados positivos futuros, decorrentes da: i) reestruturação organizacional da SEAC; (ii) redução de custos operacionais e aumento das receitas através de parceria com empresa de recuperação de crédito e empresas de tecnologia na área automação de cartões de créditos.

23. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA

A Gestão de Riscos do Banese é supervisionada pela Superintendência de Gestão de Riscos, com unidades específicas para gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental e de capital, devidamente segregadas das áreas relacionadas aos negócios. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do Banese, ri.banese.com.br

Gestão de Capital

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco dispõe de processo contínuo de monitoramento e controle do capital, bem como de planejamento de metas e avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a organização está sujeita, considerando suas metas e objetivos estratégicos. Nesse sentido, conta com estrutura interna responsável por acompanhar de forma integrada os riscos que podem impactar no capital da Instituição.

Risco de Crédito

Entende-se por Risco de Crédito a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, assim como o da depreciação da classificação de risco do tomador do contrato de crédito, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação, dos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento das obrigações pela contraparte, pautados nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco de Mercado

Compreende a possibilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, que inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities), pautada nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco de Liquidez

Abrange a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar, a preço de mercado, uma posição, por causa de seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado, pautado nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional do Banese está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais próprios e do Conglomerado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/2017. Essa estrutura, aprovada pelo Conselho de Administração, tem como missão cumprir as estratégias e política de risco operacional, refletir sobre o papel e as responsabilidades das unidades, disseminar a cultura da gestão de risco operacional, bem como promover a capacitação do corpo funcional e a comunicação interna e externa.

Risco Socioambiental

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. É pautado nos princípios da Relevância, Proporcionalidade, Eficiência, Transparência, Ética, Conformidade e Combate à Corrupção, sendo ratificado por meio da Resoluções CMN nºs 4.327/2014 e 4.557/2017.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos tem cunho estratégico em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios do Banco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

O Banese, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente, de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Risco Operacional

Com base nos preceitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/2017 e nos princípios do Acordo de Basileia III, a Política de Risco Operacional representa um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pela administração do Banco,

que delinea o modelo adotado para proporcionar, além do cumprimento da legislação vigente, a adoção de práticas de identificação de riscos e controles mitigadores, capazes de manter todos os processos, produtos e serviços oferecidos pelo Banese seguros e competitivos, minimizando perdas relativas aos riscos operacionais aprovadas por alçadas competentes. Com relação à alocação de capital oriunda da apuração da parcela dos Ativos Ponderados para Risco Operacional, o Banese adota o modelo da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – APAS.

Risco de Crédito

Visando mitigar as posições expostas a esse tipo de risco na carteira de crédito, o Banese estabeleceu metodologias de avaliação de risco de crédito que ponderam aspectos do risco do cliente e do risco da operação, objetivando a mensuração adequada do risco final da operação. Também visam traçar perfis de comportamento dos clientes, notadamente através de informações pessoais, financeiras e históricas, a fim de separá-los em “bons” e “maus”, minimizando o risco de perda para a Instituição. Após os devidos processamentos, as pontuações obtidas através dos modelos de risco de crédito da Instituição são convertidas em nota de risco, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/1999. De acordo com os procedimentos do Banco, os referidos modelos estão em constante monitoramento, objetivando as adequações pertinentes, sempre que necessárias.

Em referência às regras estabelecidas para a realização de provisões de créditos de liquidação duvidosa, o Banese obedece aos critérios positivados na citada Resolução e utiliza-se da faculdade disposta no parágrafo 1º do art. 4º, a qual permite a contagem em dobro dos prazos elencados no inciso I do mesmo artigo, nas operações cujo o prazo a decorrer seja superior à 36 (trinta e seis) meses. Além das medidas prudenciais retro mencionadas, que minimizam o risco de default das operações de crédito, as exposições financeiras do Banese, que são incorridas ao risco de crédito, são minimizadas devido ao fato de serem realizadas por servidores públicos, com créditos vinculados ou consignados à folha de pagamento e de financiamento ao cartão de crédito, correspondendo a cerca de 76% da carteira de crédito pessoa física, representando assim um portfólio de baixo risco.

Destaca-se ainda que cerca de 93,5% do portfólio de Títulos e Valores Mobiliários é aplicado em títulos públicos federais. As posições em caixa ou equivalente de caixa não possuem exposição ao risco de crédito, haja vista se tratar de recursos em espécie ou de aplicação em títulos públicos federais. O volume de contas a receber está representado pelas operações de crédito apresentadas na tabela abaixo:

Banese Consolidado

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---|------------|------------|
| - Operações de crédito | 3.006.457 | 2.543.082 |
| - Outros títulos com característica de concessão de crédito | 665.243 | 556.759 |
| - TVM | 1.460.226 | 1.356.640 |
| - Depósitos interfinanceiros | 1.261.446 | 1.096.980 |
| - Aplicações no mercado aberto | 253.285 | 647.004 |

Risco de Liquidez

O Banese mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos assumidos pela Instituição, resultado da alta capilaridade da sua rede de agências, como também da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos. O controle do risco de liquidez do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

Este controle é realizado por área responsável distinta à gestão direta da tesouraria do Banco, a qual envia relatório diário contendo informações sobre os cenários de normalidade e estressado da nossa liquidez, bem como faz uma análise econômico-financeira com base na liquidez interna e nos indicadores do mercado.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros:

| Título | S/Vencimento | até 3 meses | de 3 a 12 meses | de 1 a 5 anos | acima de 5 anos | Total |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|
| LFTs e LFT-A | - | 52.222 | - | 1.288.847 | - | 1.341.069 |
| Operações compromissadas TPF | - | 253.285 | - | - | - | 253.285 |
| CVSA/CVSC | - | - | - | - | 15.370 | 15.370 |
| Letras Financeiras | - | - | 79.875 | - | - | 79.875 |
| Fundos exclusivos multimercado | 3.353 | - | - | - | - | 3.353 |
| Fundos abertos multimercado | 4 | - | - | - | - | 4 |
| Fundos exclusivos de direito creditório | 15.283 | - | - | - | - | 15.283 |
| Fundos abertos de renda fixa | 10 | - | - | - | - | 10 |
| CDB | - | 5.262 | - | - | - | 5.262 |
| Depósitos Interfinanceiros | - | 287.314 | 769.515 | 134.932 | - | 1.191.761 |
| Dts Vinculados ao Crédito Rural | - | 25.446 | 44.239 | - | - | 69.685 |
| Operações de crédito | - | 255.309 | 478.856 | 2.152.013 | - | 2.886.178 |
| Total de Ativos | 18.650 | 878.838 | 1.372.485 | 3.575.792 | 15.370 | 5.861.135 |
| Depósito à vista | 1.142.761 | - | - | - | - | 1.142.761 |
| Depósito a prazo | - | 46.739 | 85.426 | 1.427.559 | - | 1.559.724 |
| Depósito de poupança | 1.937.941 | - | - | - | - | 1.937.941 |
| Depósito Judicial | 1.287.274 | - | - | - | - | 1.287.274 |
| Depósito Interfinanceiro | - | 71.533 | 80.474 | - | - | 152.007 |
| Depósitos especiais com remuneração | - | 484 | - | - | - | 484 |
| Outros Depósitos | 2.354 | - | - | - | - | 2.354 |
| Letra Financeira Subordinada | - | - | - | 15.993 | 110.112 | 126.105 |
| Letra Financeira | - | - | 11.621 | 19.590 | - | 31.211 |
| Letra de Crédito Imobiliário | - | 11.766 | 16.977 | 779 | - | 29.522 |
| LFT – Operações compromissadas | - | - | - | 12.954 | - | 12.954 |
| Obrigações por Repasse BNB | - | 2.375 | 17.709 | 79.320 | - | 99.404 |
| Obrigações por Repasse FINAME | - | 7 | 375 | 415 | - | 797 |
| Obrigações por Repasse BNDES | - | 641 | 2.284 | 7.897 | - | 10.822 |
| Obrigações por Repasse FUNGETUR | - | 33.527 | - | - | - | 33.527 |
| Total de Passivos | 4.370.330 | 167.072 | 214.866 | 1.564.507 | 110.112 | 6.426.887 |

Risco de Mercado

O Conglomerado Prudencial utiliza um sistema integrado para aferição do risco, determinação das exposições e acompanhamento dos limites determinados em suas políticas/normativos internos. Os limites internos são acompanhados diariamente e preveem travas de exposição global aos riscos, em moedas estrangeiras, fundos de investimento multimercados, de ações e de renda fixa. Como forma de acompanhar a exposição do Conglomerado às variações de

ativos e passivos sujeitos ao risco de mercado, periodicamente são realizadas análises de sensibilidade, como forma de estimar o comportamento de nossa carteira em condições de estresse de mercado, bem como supondo quebras de premissas. O controle do risco de mercado do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

Em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 475/2008, o Conglomerado realizou análise de sensibilidade por fator de risco de mercado considerado relevante, aos quais a instituição estava exposta. Nessa análise, o fator Pré, CDI e Cupom de TR representam 93,47% do total de exposições ativas e 80,94% passivas, sendo, portanto, as posições predominantes em função da expressividade das operações de crédito pré-fixadas, bem como da captação em poupança e da aplicação em crédito imobiliário no total das exposições da empresa.

A Carteira Trading consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, detidas com intenção de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à venda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

A Carteira Banking se refere às operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização. O quadro, a seguir, demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras Trading e Banking) e não reflete o modo como os riscos de mercado dessas exposições são administrados no dia a dia da Organização.

Banese Consolidado – 31.12.2021

| Operação | Exposição | Risco de Variação | Cenário Provável (I) | Cenário II | Cenário III |
|--|-------------|-----------------------------------|----------------------|------------|-------------|
| Operações de crédito e demais exposições sujeitas a variações das taxas de juros pré-fixadas em real | 3.207.781 | Taxas de juros (pré-fixadas) | (160.367) | (196.944) | (232.256) |
| Operações de crédito imobiliário, captações em poupança e demais exposições sujeitas a variações nas taxas | (2.811.627) | Taxas de cupom de TR | 222.194 | 273.715 | 323.646 |
| Exposições sujeitas às variações do Cupom de IPCA | (141.111) | Taxas de cupom de inflação (IPCA) | 23.007 | 28.003 | 32.824 |

Fonte: Sistema Plataforma de Riscos (SPR), dezembro/21.

Para efeito dos cálculos apresentados acima, considerou-se no Cenário I a situação mais provável, com a projeção de um cenário de aumento das taxas de juros, com base em dados do mercado, quais sejam, as curvas de contratos de DI1 com negociação no dia na B3 e nas taxas médias de swap DI X PRE para o prazo de um ano (vértice 252 du). Em relação à TR (taxa Referencial), utilizou-se as cotações médias de swap ou as curvas de cupom para esta taxa informada pela B3 para o prazo de um ano (vértice 252 du). Já para o IPCA, utilizou-se a taxa média para o prazo de um ano (vértice 252 du). Para a construção dos Cenários II e III aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novas posições estressadas. Os cenários da tabela acima representam o resultado financeiro estimado, considerando a marcação a mercado das exposições feitas em função da análise de sensibilidade apresentada.

Risco Socioambiental

O Banese adota procedimentos de avaliação e gerenciamento dos riscos socioambientais em seus processos, produtos, negócios e serviços para assegurar:

- A classificação, identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental nas atividades e operações do Banese;
- Os registros de perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo prazo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico relacionado ao caso;
- A análise e avaliação dos clientes que possam estar em desacordo com a legislação socioambiental vigente;
- A análise prévia dos potenciais impactos e oportunidades socioambientais causados pela criação de novas linhas de crédito;
- Que as operações de crédito sejam realizadas de forma consciente objetivando o não endividamento excessivo e a uma possível inadimplência, para que haja qualidade na carteira através do crédito consciente;
- Recebimento de garantias reais em favor de operações, que não estão localizadas em áreas de preservação ambiental;
- Oportunidades profissionais aos colaboradores, inclusive quanto à qualificação técnica, garantia da liberdade de expressão, combate a práticas discriminatórias e ações de combate ao assédio moral;
- O combate ao trabalho infantil, escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes;
- A qualificação dos colaboradores acerca da Responsabilidade Socioambiental tanto no ambiente externo quanto interno;
- A análise dos fornecedores quanto à conduta ética, social e ambiental, repudiando práticas em desconformidade com as imposições legais;
- A inclusão em seus contratos de cláusulas que preveem o cumprimento de práticas socioambientais em conformidade com a legislação vigente;
- Manter o compromisso com o desenvolvimento do Estado através de ações que promovam o desenvolvimento socioambiental da região;
- A análise e desenvolvimento de serviços e produtos que estimulem as práticas socioambientais;
- O apoio a projetos desenvolvidos por entidades que promovam o desenvolvimento social e cultural do Estado;
- A promoção de ações educativas para incentivar práticas de consumo sustentável no ambiente de trabalho, incentivando o consumo consciente de energia e recursos naturais;
- O desenvolvimento de projetos que favoreçam a destinação adequada de recursos sólidos, objetivando a redução de impactos ao meio ambiente;
- A implementação de equipamentos mais eficientes que promovam a redução de energia;
- A aplicação de conceitos de ecoeficiência nas obras e serviços de engenharia realizadas pelo Banco, atendendo a critérios socioambientais;
- O apoio a mecanismos de mercado, políticas públicas e iniciativas que promovam melhorias contínuas para a sociedade e mitiguem desafios sociais e ambientais;
- O incentivo a projetos e investimentos a clientes que promovam o desenvolvimento socioambiental;



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser confirmada no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

Relatório de Desempenho 2021

BANESSE.COM.BR

Pode Contar **Banese**

- O incentivo a educação financeira e consumo do crédito consciente perante a sociedade;
- O estímulo dos clientes ao envolvimento com a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

24. REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco aos seus empregados e administradores são os seguintes em R\$ 1,00:

| Remuneração Bruta | Empregados (1) R\$ | Administradores (2) R\$ |
|-------------------|--------------------|-------------------------|
| Máxima | 26.658,89 | 37.765,29 |
| Média | 8.015,36 | 35.106,00 |
| Mínima | 2.705,22 | 34.129,04 |

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.
(2) Inclui honorários, verba de representação e direitos individuais atribuídos a empregados.

Em 31 de dezembro de 2021, o número de empregados do Banco do Estado de Sergipe totalizava 799 (965 – 31.12.2020), registrando-se, no período, um decréscimo de 17,20% no quadro de pessoal do Banco, decorrente principalmente dos desligamentos do Programa de Incentivo à Aposentadoria.

O Banco custeia plano de Benefício Sergus Saldado (PBSS) e de Contribuição Definida (CD) e patrocina o plano de assistência à saúde para seus empregados. O valor acumulado até 31 de dezembro de 2021 e 2020 das contribuições está demonstrada a seguir:

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Plano de Previdência Complementar | 5.548 | 5.081 |
| Plano de Assistência à Saúde | 3.649 | 5.664 |

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em atendimento aos requerimentos dispostos na Deliberação CVM nº 695/2012 e Resolução CMN nº 4.877/2020, que aprovaram o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o Banco contabilizou os seus benefícios a empregados reconhecendo as suas obrigações atuariais.

Para fins de atendimento à supracitada Deliberação, os valores calculados por atuário externo, na data-base de 31 de dezembro de 2021, conforme relatório técnico de 18 de janeiro de 2022, apresentou déficit atuarial de responsabilidade da patrocinadora no montante de R\$ 2.931.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e/ou de mudanças nas premissas atuariais são registradas, como ativos ou passivos, tendo como contrapartida o patrimônio líquido. Como houve ganho atuarial, o efeito acumulado da aplicação dessa norma no Banese impactou positivamente o patrimônio líquido no valor de R\$ 5.278 em 31.12.2021, líquido de provisões com impostos e contribuições diferidos no montante de R\$ 4.318. Em 30/06/2021 o Banco passou a reconhecer, em suas demonstrações financeiras, a obrigação de passivo atuarial de acordo com a paridade e proporção contributivas, na ordem de 39,25% sobre o valor presente da obrigação atuarial não coberta pelo valor justo dos ativos do plano. Tal fato foi resultado de estudos aprofundados realizados pela Administração do Banco que trouxeram, durante o primeiro semestre de 2021, informações adicionais sobre a ótica de segurança jurídica e sobre casos de equacionamentos de déficits, onde ficou claro que a paridade contributiva sobre as contribuições extraordinárias do patrocinador, dos participantes e assistidos em planos de equacionamento de déficits tem sido sempre observada no contexto da Lei Complementar nº 108/2001.

O impacto decorrente da aplicação do compartilhamento de riscos foi reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras, tendo sido tratado como uma “mudança de estimativa”, de acordo com o “CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, dado que novas informações e práticas sobre o tema para a conclusão do estudo, alinhadas aos dispositivos das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, foram obtidas no primeiro semestre de 2021.

Características do plano de previdência dos empregados do Banco do Estado de Sergipe

O Banco é patrocinador do Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, constituído em 13.06.1980, entidade fechada de previdência complementar, dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária, custeada por contribuições dos participantes ativos, participantes assistidos e de patrocinadoras, abrangendo os seguintes benefícios: suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, por tempo de contribuição e especial, suplementação de benefício diferido por desligamento, pecúlio por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, suplementação de pensão e abono anual.

A Política Previdenciária executada pelo Instituto Banese de Seguridade Social tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001 e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Economia, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e os respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios. Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banese se fundamentam nos seus respectivos regulamentos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e da Patrocinadora, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial.

Descrição geral das características do plano previdenciário de benefício definido saldado

O Banese mantém um plano previdenciário para os seus empregados e ex-empregados (aposentados e pensionistas), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou semelhantes aos da Previdência Social. O processo de Saldamento Universal do Plano SERGUS BD foi aprovado em 07.11.2018 pela PREVIC por meio do Parecer nº 656/2018 publicado no DOU em 09.11.2018, em que, a partir do mês dezembro/2018, houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das contribuições normais. Com a aprovação desse processo o plano passou a ser denominado Plano de Benefícios SERGUS Saldado – PBSS. O Saldamento do Plano SERGUS BD não criou novos compromissos previdenciários para a Entidade. Pelo contrário, a operação proposta visou à mitigação de determinados riscos que poderiam, de uma forma ou outra, afetar futuramente o equilíbrio

econômico e financeiro do plano de benefícios, dos quais destaca-se à promessa de crescimento real dos salários, que não mais afeta os compromissos previdenciários do Plano Saldado, já que os benefícios são definidos em valor constante e atualizados anualmente pela variação do INPC.

Plano de Custeio

O valor das contribuições normais necessários às coberturas dos custos dos planos de benefícios e a constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento dos benefícios dos planos de benefícios, foram calculadas de acordo com a metodologia definida na nota técnica atuarial realizada por empresa especializada, respeitando-se o regime financeiro e o método de financiamento adotado. Sua definição contemplou o fluxo de contribuições de participantes (ativos e assistidos) e patrocinadores. Para o Plano de Benefício Definido Saldado o custeio administrativo foi definido como um percentual sobre o benefício saldado. Para o Plano de Contribuição Definida o custeio previdenciário foi definido como um percentual sobre o salário de contribuição. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do SERGUS, <https://portalsergus.banese.com.br/>

Gerenciamento de riscos

Liquidez: A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, num horizonte de tempo definido e, também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado. O SERGUS estabelece limites operacionais para o Risco de Liquidez consistente com as futuras obrigações da Entidade, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente por comitês e submetidos a instâncias diretivas, visando garantir sua operacionalidade de maneira eficaz pelos gestores.

Operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o SERGUS está exposto. O objetivo do seu gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a Entidade e, consequentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos participantes e das patrocinadoras.

Mercado: O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Entidade. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações. O SERGUS está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de seus instrumentos financeiros.

Crédito: O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Atuarial: O risco atuarial está relacionado à possibilidade de os fluxos de caixa futuros não serem suficientes para assegurar a cobertura das obrigações atuariais do plano, logo o risco é decorrente da adoção de metodologias inadequadas, ou de premissas atuariais agressivas e pouco aderentes à massa de participantes. As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são: (i) Premissas demográficas, relacionadas aos eventos de vida, morte e invalidez a que os participantes estão expostos; (ii) Premissas econômicas, relacionadas à inflação e à taxa de juros que impactam os recursos garantidores; e (iii) Premissas administrativas, relacionadas ao custo de administração do plano.

Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos do SERGUS possui como foco principal a preservação de capital, mínima exposição à ativos de risco, diversificação e busca sempre ativos com taxas esperadas de retorno que façam frente à sua meta de rentabilidade. Atualmente, a Entidade possui uma estratégia de risco de suas aplicações financeiras que é mista, ou seja, parte dos recursos, 71,30% encontra-se sob a gestão da carteira própria e 28,70% sob uma gestão terceirizada. No entanto, o SERGUS sempre acompanha, monitora e controla, de maneira contínua, todos os recursos obtidos pela gestão terceirizada de maneira integral.

Nesse sentido, o direcional segue apontado no estudo de ALM, que possui como principal objetivo obter uma carteira ótima de ativos que forneça: (i) O cumprimento dos objetivos atuariais; (ii) Liquidez adequada à carteira; e (iii) Geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

Premissas atuariais

Premissas Biométricas:

Tábua de mortalidade geral de válidos: BREMSsb-2015 (por sexo) suavizada em 10% (dez por cento); tábua de mortalidade de inválidos: AT-83 IAM (por sexo); tábua de entrada em invalidez – TASA 1927; tábua de rotatividade - nula.

Premissas Econômicas:

Taxa de desconto de longo prazo da obrigação atuarial: 5,4850% a.a.; taxa de inflação futura 3,00% a.a.; índice de aumento salarial real estimado: não aplicável; taxa de crescimento real dos benefícios: 0% a.a.; fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios da Entidade: 98,66%; índice de reajuste do plano: INPC/IBGE.

Os resultados da avaliação atuarial, conforme CPC 33 (R1) são demonstrados a seguir:

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---|------------|------------|
| Valor presente das obrigações | 921.122 | 1.039.666 |
| Valor justo dos ativos do plano | (913.654) | (996.117) |
| Déficit Atuarial | 7.468 | 43.549 |
| Passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora | 2.931 | 17.093 |

O perfil de vencimento da obrigação atuarial de benefício definido está demonstrado a seguir:

| | Até 1 Ano | Entre 1 e 2 Anos | Entre 2 e 5 Anos | Acima de 5 Anos | Total |
|------------|-----------|------------------|------------------|-----------------|-----------|
| Plano PBSS | 65.591 | 67.563 | 202.807 | 1.694.493 | 2.030.454 |

As movimentações do saldo do Passivo atuarial são as seguintes:

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---|------------|------------|
| Passivo atuarial líquido anterior | 43.549 | 65.784 |
| Despesa do exercício | 3.235 | 5.013 |
| Contribuições pagas | - | (42) |
| Perda/(Ganho) atuarial reconhecido imediatamente em Outros Resultados | | |
| Abrangentes | (39.316) | (27.206) |
| Passivo atuarial líquido integral | 7.468 | 43.549 |
| Passivo atuarial líquido de responsabilidade da patrocinadora | 2.931 | 17.093 |

A reconciliação do valor da obrigação atuarial é demonstrada a seguir:

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|--|------------------|------------------|
| Valor presente da obrigação em 31 de dezembro do exercício anterior | 1.039.666 | 1.049.668 |
| Custo dos juros | 77.220 | 79.985 |
| Benefícios pagos pelo fundo | (41.697) | (33.179) |
| Ganhos atuariais sobre a obrigação atuarial | (154.067) | (56.808) |
| (Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa econômica | 58.785 | (46.669) |
| Ganhos atuariais em decorrência da experiência | (212.852) | (10.139) |
| Valor presente da obrigação | 921.122 | 1.039.666 |

A reconciliação do valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---|----------------|----------------|
| Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro do exercício anterior | 996.117 | 983.884 |
| Rendimento esperado do valor justo dos ativos do plano | 73.985 | 74.972 |
| Contribuições recebidas pelo fundo | - | 43 |
| Benefícios pagos pelo fundo | (41.697) | (33.179) |
| Perdas atuariais sobre o valor justo dos ativos | (114.751) | (29.603) |
| Valor justo dos ativos do plano | 913.654 | 996.117 |

O detalhamento das despesas é demonstrado a seguir:

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Juros sobre a obrigação atuarial | 77.220 | 79.985 |
| Rendimento dos ativos do plano | (73.985) | (74.972) |
| Despesa líquida do período | 3.235 | 5.013 |

As categorias do valor justo dos ativos do plano estão demonstradas a seguir:

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---------------------------|------------|------------|
| Títulos de renda fixa | 90% | 85% |
| Títulos de renda variável | 6% | 12% |
| Imóveis | 3% | 2% |
| Empréstimos | 1% | 1% |

O montante das contribuições do Banese no período totalizou R\$ 5.548 (R\$ 5.081 – 31.12.2020), correspondentes, principalmente, ao plano CD, e foi imputado às despesas operacionais.

O demonstrativo da análise de sensibilidade por alteração da taxa de juros é demonstrado a seguir:

| | Taxa de Juros de 5,4850%a.a | Taxa de Juros de 6,4850%a.a | Taxa de Juros de 4,4850%a.a |
|---|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Valor presente da obrigação em 30.06.2021 | 921.122 | 825.295 | 1.037.891 |

O resultado abrangente, registrado no Banese, é demonstrado a seguir:

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---|------------|------------|
| Lucro Líquido do Período | 83.739 | 48.903 |
| Passivo Atuarial | 24.463 | 56.896 |
| Crédito Tributário sobre Passivo Atuarial | (11.008) | (25.603) |
| Total do Resultado Abrangente | 97.194 | 80.196 |

a) Planos de assistência à saúde e odontológico

O Banco patrocina o Plano de Assistência à Saúde e o Plano Odontológico, obedecendo a relação contributiva de 1 por 1, os quais são destinados aos empregados ativos e dependentes, não assumindo nenhuma responsabilidade após a aposentadoria.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)

a) Transações do Banese Múltiplo com controlador e com as controladas:

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As transações do Banese Múltiplo com as controladas estão relacionadas a seguir:

| | Ativo (Passivo) | Receita (Despesa) |
|--|-----------------|-------------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---|------------|------------|
| Empresa consolidada | | |
| Depósitos à vista | | |
| SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA. | (15.592) | (10.778) |
| Depósitos à prazo (1) | | |
| SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA. | (8.538) | (137.578) |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | | |
| SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA. | (8.777) | - |
| Outros créditos | | |
| SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA. | (70.990) | (45.948) |
| Estado de Sergipe | (17.630) | (17.630) |
| Outras obrigações (2) | | |
| SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA. | - | (4.613) |
| Investimentos | | |
| SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA. | (116.703) | (116.247) |
| Outras despesas operacionais (2) | | |
| SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA. | - | (15.562) |
| Outras receitas operacionais (3) | | |
| SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços SA. | - | (7.923) |
| Controladores e pessoal chave da administração | | |
| Depósitos à vista | | |
| Controladores | (199.816) | (118.274) |
| Pessoal chave da administração | (104) | (33) |
| Depósitos a prazo | | |
| Controladores | (552.125) | (327.110) |
| Pessoal chave da administração | (1.437) | (633) |

(1) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das respectivas operações;

(2) Refere-se a receita de tarifa a qual é cobrada de acordo com o contrato mantido entre as partes.

(3) Refere-se a receita de desconto concedido na operação da cessão da carteira de cartão de crédito.

Os valores envolvendo o Banese e sua empresa controlada foram eliminados nas demonstrações consolidadas.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Relatório de Desempenho 2021

BANESSE.COM.BR

Pode Contar 

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

O Banco dispõe de um plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/2010.

Este plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de remuneração ao gerenciamento da gestão de risco; (ii) adequar a política de remuneração às melhores práticas de mercado; (iii) compatibilizar a política de remuneração com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; (iv) ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

I. 49% (quarenta e nove por cento) serão pagos em espécie, a partir do semestre seguinte ao da apuração; e

II. 51% (cinquenta e um por cento) apurado anualmente com base no 1º e 2º semestres, sendo esse valor diferido para pagamento em 03 (três) anos, escalonado em parcelas proporcionais, após deliberação de resultados pela Assembleia Geral Ordinária – AGO do exercício subsequente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva do Banese Múltiplo estão representadas a seguir:

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Benefícios de Curto Prazo | | |
| Remuneração | 3.909 | 4.183 |
| Encargos Sociais | 1.069 | 1.046 |
| Benefícios Pós-emprego | | |
| Plano de Previdência Complementar | 145 | 131 |
| Total | 5.122 | 5.360 |

O Banese possui benefício de remuneração baseada na cotação de ações para seu pessoal-chave da Administração, em 31/12/2021, no montante de R\$ 163, entretanto não possui benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

c) Outras Informações sobre partes relacionadas

Conforme Resolução CMN nº 4.693, de 29 de outubro de 2018, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art. 6º e os limites previstos no art. 7º.

Considera-se parte relacionada:

- Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

- Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais, assim como seus companheiros, parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- As pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- As pessoas jurídicas:
 - Com participação qualificada em seu capital;
 - Em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada;
 - Nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas liberações, independentemente da participação societária;
 - Que possuírem diretor ou membro de conselho de administração em comum.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Garantias concedidas

O Banese concedeu garantias, por meio de fianças bancárias, cujo montante em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 2.500 (R\$ 9.821 – 31.12.2020).

b) Créditos cedidos

O Banese possui créditos cedidos com coobrigação (crédito rural), em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 76 (R\$ 87 – 31.12.2020).

c) Fundos de investimento

O Banese, atualmente, não possui nenhum fundo de investimento sendo negociado nas suas agências.

d) Resultado não recorrente

São resultados não recorrentes para o Banese, o resultado que não está ligado às atividades típicas da instituição e que não sejam previstos de ocorrer com periodicidade nos próximos exercícios.

| | Banese Múltiplo e Consolidado | |
|--|-------------------------------|----------------|
| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Lucro Líquido | 83.739 | 48.903 |
| Eventos não recorrentes | (8.600) | (1.090) |
| Receita com Juros Passivo Atuarial | (9.583) | - |
| PEA – Programa de Estímulo à Aposentadoria | 1.966 | 47.095 |
| PEA – Efeito fiscal | (983) | (21.124) |
| FCVS – Atualização de contratos | - | (46.967) |
| FCVS – Provisão | - | 29.116 |
| FCVS – Efeito fiscal | - | (9.210) |
| Lucro Líquido Recorrente | 75.139 | 47.813 |

Em observância ao CPC 23, o reconhecimento contábil da obrigação de passivo atuarial oriundo do CPC 33 (R1) observando a proporção contributiva foi enquadrado como aplicação prospectiva, consequentemente seus efeitos foram registrados na competência de 06/2021. Assim, a receita apresentada acima é resultante da diferença entre o valor integral (R\$ 15.774) e o valor pela proporção contributiva (R\$ 6.191) dos Juros Acumulados do Passivo Atuarial de 31.12.2020.

No terceiro trimestre houve a reabertura do Programa de Estímulo à Aposentadoria – PEA com 12 novas adesões.

e) Covid-19

O Banese continua reforçando o estímulo à utilização dos canais digitais e a obrigatoriedade de observância aos protocolos sanitários durante o atendimento em suas unidades de negócio como forma de enfrentamento à Covid-19 e manutenção de cuidados com seus clientes e empregados.

Os impactos da pandemia em relação ao modelo de negócio e perfil financeiro do Banese foram abaixo do esperado, principalmente nas métricas de qualidade de crédito e rentabilidade, o que manteve os resultados da Companhia positivos e acima das expectativas projetadas.

28. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do Banese aprovou a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 21 de fevereiro de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

| | |
|---|--|
| Helom Oliveira da Silva Presidente | Alessio de Oliveira Rezende Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores |
| Luciano Cerqueira Passos Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia | Léa Selmara Almeida de Matos Diretora Administrativa |
| Ademário Alves de Jesus Diretor de Crédito e Serviços | José Anderson Santos de Jesus Contador – CRC-SE - 4458/0 |

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco do Estado de Sergipe S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado de Sergipe S.A. (“Banco”) identificadas como Banese Múltiplo e Banese Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Estado de Sergipe S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Retificação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3(u), certas informações correspondentes ao balanço patrimonial individual e consolidado, as demonstrações do resultado individual e consolidada, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, as demonstrações do fluxo de caixa individual e consolidada, as demonstrações do valor adicionado individual e consolidado e as notas explicativas, referente ao período anterior apresentados para fins de comparação, foram alteradas em relação àquelas anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa nº 3(u) e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, in-

cluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Planos de benefício pós emprego

O Banco possui passivos relevantes relacionados a plano de benefício pós emprego que, conforme mencionado na nota explicativa 25, compreendem benefícios de aposentadoria. Consideramos esse assunto como relevante em nossa auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: tábua de mortalidade geral, taxa de desconto e inflação.

Conforme descrito na nota explicativa 25, em 31 de dezembro de 2021, o saldo atuarial devido pelo patrocinador, referente ao plano de benefício pós-emprego do Banco, apresentou um déficit no montante de R\$ 2.931 mil.

Abordagem de auditoria:

Analisamos, com o suporte de nossos especialistas atuários, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela Administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós emprego, atentando para a acurácia matemática do cálculo e analisando a coerência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, entre outros, os testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós emprego. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para avaliação do passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para apuração e reconhecimento do passivo atuarial são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2021 os saldos brutos de operações de crédito são de R\$ 3.335.840 mil (individual) e de R\$ 3.731.700 mil (consolidado), para os quais foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 128.626 mil (individual) e R\$ 180.279 mil (consolidado), respectivamente, sendo que durante o exercício de 2021 foi reconhecido, pelo Banco e sua controlada, despesa, em base líquida, com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 71.910 mil (individual) e R\$ 122.000 (consolidado).

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) julgamento da Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Abordagem de auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; e (viii) a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Também realizamos, com base em uma amostra de operações de crédito, testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens selecionados, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “ratings” atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para apuração e registro contábil das operações de créditos e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco e sua controlada são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações, a estratégia de auditoria é baseada na eficácia do mesmo. O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de seus sistemas.

Abordagem de auditoria

Avaliamos, com o suporte de nossos especialistas em tecnologia, os controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria, dando ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser confirmada no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Relatório de Desempenho 2021



de acessos. Também realizamos procedimentos quanto à efetividade dos controles automáticos relevantes que suportam os processos considerados significativos para as demonstrações financeiras.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-25P034519/0-6

Renato Nantes
Contador CRC-1R115529/0-7

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) foi instituído nos termos da Lei 13.303, de 2016 (Lei das Estatais) e da Resolução CMN nº 3.198, de 2004, sucedida pela Resolução CMN nº 4.910, de 2021. O COAUD é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por três membros independentes, tem suas atribuições definidas também pela Lei 13.303/2016, pela Resolução CMN 4.910/2021, pelo Estatuto Social do Banese e por seu Regimento Interno.

O Comitê tem entre suas atribuições supervisionar, monitorar e avaliar as atividades de auditoria interna e externa, de qualidade e integridade dos mecanismos de controles interno, das demonstrações financeiras e informações divulgadas pelo Banco, além de avaliar e monitorar exposições ao risco do conglomerado e acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações.

Atividades Desenvolvidas

No segundo semestre de 2021 o COAUD realizou 14 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias, com a participação dos executivos do Banese, além de reuniões periódicas com os auditores independentes Ernest Young Auditores (EY), visando a uma melhor compreensão do negócio e a explanação dos resultados dos trabalhos realizados pelo Comitê.

O COAUD analisou e opinou sobre os seguintes temas:

- Acompanhamento da execução do Plano de Auditoria Interna – PAINT 2021, dos resultados das auditorias internas, dos critérios para a elaboração e a definição do escopo do PAINT 2022, bem como revisão do regimento da Auditoria Interna;
- Discussão do planejamento, do escopo e das principais conclusões obtidas na revisão das Demonstrações Financeiras do segundo e terceiro trimestres;

- Discussão do passivo atuarial com a administração do Banese e com os Auditores Independentes;
- Monitoramento da gestão dos riscos corporativos (Resolução CMN nº 4577), bem como da aderência dos indicadores de tolerância do apetite a riscos com a RAS (Declaração de Apetite a Riscos do Banese, da evolução mensal da ocorrência de fraudes em meios de pagamento operado pelo Banese (Resolução BCB nº 42) e da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (Circular Bacen nº 3.978)
- Acompanhamento dos planos de ação para atendimento de demandas do Bacen de ordem regulatórias e de apontamentos, da Auditoria Independente e da Auditoria Interna;
- Acompanhamento do tratamento das denúncias recebidas no canal de denúncias do Banese, do Banco Central de outras organizações e órgãos;
- Avaliação do relatório semestral da Ouvidoria;
- Entendimento e acompanhamento das tratativas relacionadas com o incidente relativo ao vazamento de informações cadastrais do PIX; e
- Monitoramento do andamento dos trabalhos relacionados ao cumprimento da LGPD.

Analisado o parecer emitido pelos auditores independentes sem ressalvas e as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, e tendo presente as atribuições e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, o Comitê de Auditoria Estatutário do Banese recomenda ao Conselho de Administração sua aprovação.

Aracaju (SE), 21 de fevereiro de 2022

Corinto Lucca Arruda
Coordenador

Luis Carlos Spaziani

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, respaldado em seu artigo 25, § 1º, inciso V, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes emitidos pela Ernst & Young Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Helom Oliveira da Silva
Presidente

Helom Oliveira da Silva
Presidente

Ademário Alves de Jesus
Diretor de Crédito e Serviços

Alessio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Ademário Alves de Jesus
Diretor de Crédito e Serviços

Alessio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Léa Selmara Almeida de Matos
Diretora Administrativa

Luciano Cerqueira Passos
Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

Léa Selmara Almeida de Matos
Diretora Administrativa

Luciano Cerqueira Passos
Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, respaldado em seu artigo 25, § 1º, inciso VI, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado de Sergipe S.A. e, no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras que compreendem: o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado, a demonstração do resultado abrangente e as notas explicativas, incluindo a proposta de destinação do resultado, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício e nos relatórios dos auditores independentes e do comitê de auditoria, sem ressalvas, concluimos que as citadas demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes e em condições de serem submetidas para a aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Aracaju/SE, 21 de fevereiro de 2022

Eliana de Matos
Conselheira

Carlos Américo A. de Santana
Conselheiro

José Morais Monteiro
Conselheiro

Leonardo Peixoto Estevão
Conselheiro

Leonardo Coelho Guerra
Conselheiro

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Belivaldo Chagas Silva
Governador

Marco Antônio Queiroz
Secretário de Estado da Fazenda

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Guilherme Maia Rebouças
Presidente

Helom Oliveira da Silva
Presidente

Silvana Maria Lisboa Lima
Vice-Presidente

Ademário Alves de Jesus
Diretor de Crédito e Serviços

Gilberto Magalhães Occhi
Conselheiro

Alessio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Marcos Venícios Nascimento
Conselheiro

Léa Selmara Almeida de Matos
Diretora Administrativa

Tiago Curi Isaac
Conselheiro

Ana Cristina de Carvalho Prado Dias
Conselheira

Luciano Cerqueira Passos
Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

Luiz Alves dos Santos Filho
Conselheiro representante dos empregados

José Anderson Santos de Jesus
Contador - CRC-SE - 4458/0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser confirmada no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>